



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

3.º SUPLEMENTO

IMPRENSA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE

AVISO

A matéria a publicar no «**Boletim da República**» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado Para publicação no «**Boletim da República**.»

SUMÁRIO

Assembleia da República:

Resolução n.º 32/2005:

Aprova a informação prestada pela Comissão *Ad-Hoc* para a Revisão da Legislação Eleitoral à III Sessão Ordinária da Assembleia da República

Resolução n.º 37/2005:

Aprova o Plano Económico e Social para o ano de 2006.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Resolução n.º 32/2005

de 19 de Dezembro

Ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 179 da Constituição, conjugado com o n.º 1 do artigo 68 do Regimento da Assembleia da República, aprovado pela Lei n.º 6/2001 de 30 de Abril, a Assembleia da República determina:

Artigo 1. É aprovada a informação prestada pela Comissão *Ad-Hoc* para a Revisão da Legislação Eleitoral à III Sessão Ordinária da Assembleia da República, a qual faz parte integrante da presente Resolução.

Artigo 2. A presente Resolução entra em vigor na data da publicação.

Aprovada pela Assembleia da República, aos 19 de Dezembro de 2006.

Publique-se.

O Presidente da Assembleia da República. — *Eduardo Joaquim Mulémbwè*.

Informação prestada pela Comissão *Ad-Hoc* para a revisão da Legislação Eleitoral à III Sessão Ordinária da Assembleia da República

Através da Resolução n.º 7/2005, de 2 de Março, foi criada a Comissão *Ad-Hoc* para a revisão da Legislação Eleitoral.

Nos termos do n.º 3 da referida Resolução, vem a Comissão *Ad-Hoc* apresentar ao Plenário da Assembleia da República, a seguinte informação:

1. O depósito, em sede da Comissão, das propostas de alteração apresentadas pelas Bancadas Parlamentares, a sistematização e elaboração de quadros comparativos e o início do processo de harmonização decorreram dentro dos prazos estabelecidos na informação prestada a 25 de Abril de 2005, no decurso da II Sessão Ordinária da Assembleia da República.

2. No processo de harmonização das propostas de alteração da Lei da CNE foi identificado logo no início uma divergência de fundo com implicações no restante articulado, relacionada com a natureza do órgão, que teve de ser submetida para a apreciação e decisão das Chefias das Bancadas.

3. A apreciação e decisão da divergência teve como consequência a necessidade de reestruturação do trabalho da Comissão *Ad-Hoc* e reprogramação das suas actividades por forma a assegurar que o debate público se realiza na 2.ª quinzena de Fevereiro de 2006 e os projectos de alteração da legislação eleitoral sejam depositados e apreciados no decurso da IV Sessão Ordinária da Assembleia da República.

4. Nestas circunstâncias a Comissão *Ad-Hoc* deliberou:

- a) constituir dois grupos de trabalhos que, em simultâneo, vão proceder à harmonização de duas leis cada uma, até ao dia 23 de Janeiro de 2006;
- b) que o depósito, em sede da Comissão, dos projectos harmonizados pelos Grupos de trabalho tenha lugar a 24 de Janeiro de 2006;
- c) que a análise, apreciação e adopção definitiva, pela Plenária Comissão *Ad-Hoc*, decorra no período compreendido entre 24 de Janeiro a 21 de Fevereiro de 2006;
- d) que o debate público dos projectos decorra em data a definir na 2.ª quinzena de Fevereiro de 2006;
- e) que o depósito na Assembleia da República da versão definitiva dos projectos de revisão da legislação eleitoral tenha lugar até 30 de Março de 2006;

Os membros da Comissão *Ad-Hoc* saúdam e agradecem o apoio e acompanhamento que têm recebido de Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, a Comissão Permanente e das Chefias das Bancadas e consideram que a sua continuidade é questão fundamental para o sucesso e conclusão dos trabalhos nos prazos definidos na presente informação.

A presente informação foi adoptada pelos membros da Comissão *Ad-Hoc*.

Maputo, 19 de Dezembro de 2005.

Resolução n.º 37/2005

de 19 de Dezembro

Tendo, apreciado o Plano Económico e Social para o ano de 2006, ao abrigo do disposto na alínea 1) do n.º 2 do artigo 179 da Constituição da República, a Assembleia da República determina:

Artigo 1.º É aprovado o Plano Económico e Social para o ano de 2006, o qual faz parte integrante da presente Resolução.

Artigo 2.º Na implementação do Plano Económico e Social para o ano de 2006, o Governo deve ter em consideração as recomendações constantes dos pareceres emitidos pelas Comissões de Trabalho da Assembleia da República.

Artigo 3.º A presente resolução entra em vigor no dia 1 de Janeiro de 2006.

Aprovada pela Assembleia da República, aos 20 de Dezembro de 2005

Publique-se.

O Presidente da Assembleia da República, *Eduardo Joaquim Mulémbwè*.

I. Nota Introdutória

O "Plano Económico e Social para 2006", operacionaliza o Programa Quinquenal do Governo 2005-2009, no seu segundo ano. As propostas nele contidas baseiam-se no Balanço das actividades realizadas durante o 1 Semestre 2005.

O documento de Plano contém cinco grandes capítulos: Contexto Internacional; Contexto Macroeconómico Nacional. Principais Desenvolvimentos por Sector; Política Orçamental, e Questões Transversais.

Em anexo é apresentada uma matriz de indicadores principais.

No Contexto Internacional apresenta-se a evolução da economia internacional por forma a perceber em que condições económicas internacionais o País terá que implementar a seu plano económico e social; no contexto macroeconómico nacional são apresentados os grandes objectivos macro-económicos e a evolução dos principais indicadores económicos; no capítulo dos principais desenvolvimentos por sector são apresentadas as medidas de política a serem implementadas pelo Governo, metas e acções; no capítulo da política orçamental é apresentado o envelope de recursos, sua fonte e respectiva distribuição; no capítulo das questões transversais são abordadas as acções a ser desenvolvidas nas áreas de desminagem, redução do impacto das calamidades, HIV-SIDA, ambiente e género.

II. CONTEXTO INTERNACIONAL

O crescimento da economia mundial em 2004 foi de 5%, um ritmo de crescimento superior ao verificado em 2003. Para 2005 estima-se que o crescimento da economia mundial seja de cerca de 4%. Em 2006 prevê-se a mesma taxa de crescimento. Este crescimento é essencialmente devido ao desempenho da economia americana e asiática, em particular o Japão e a China. As economias emergentes e em desenvolvimento mostram um desempenho favorável, e, as perspectivas para África apresentam-se relativamente boas.

O preço do petróleo tem estado em alta. Por exemplo, o preço do barril do petróleo "West Texas Intermediate" em Junho de 2004 estava em torno de 40 \$US/barril e em finais de Junho de 2005 já se cotava acima dos 58\$US, representando um aumento de cerca de 50% num período de um ano. O ano de 2005 tem sido caracterizado por aumentos do preço do petróleo e com perspectivas de continuar em alta nos próximos anos.

Os riscos de inflação continuam relativamente baixos, o que pressupõe um maior controle sobre as taxas de juros, com tendências para um ligeiro aumento. A situação dos défices fiscais nas economias avançadas continuará a ser um desafio em 2005-2006, dado que essas economias no seu todo apresentam um défice fiscal de 3,4 a 3,5% do seu Produto Interno Bruto (PIB).

Previsões	(Taxas de Crescimento)		
	2004	2005	2006
Crescimento Mundial do PIB	5,1	4,3	4,4
EUA	4,4	3,5	3,2
Japão	2,6	1,5	1,7
Zona do Euro	1,8	1,3	1,7
Economias Avançadas	3,4	2,6	2,8
Países em Desenvolvimento	7,2	6,3	6,0
África	5,1	5,0	5,4
África do Sul	3,7	4,0	3,5
Comércio Internacional	9,9	7,4	7,6
Importações			
Economias Avançadas	8,5	6,5	6,3
Países em Desenvolvimento	15,5	12,0	11,0
Exportações			
Economias Avançadas	8,1	5,9	6,8
Países em Desenvolvimento	13,8	9,9	9,7

Fonte: IMF, World Economic Outlook (Abril 2005);
OECD, Economic Outlook 77 (Junho 2005).

O comércio internacional de bens e serviços crescerá em cerca de 7 a 8% no período entre 2005 e 2006. As importações e as exportações, para este período quer para as economias avançadas, quer para as economias em desenvolvimento apresentarão ritmos de crescimento ligeiramente abaixo dos níveis verificados em 2004.

O PIB nos Estados Unidos da América cresceu nos primeiros seis meses de 2005 em 3,4% e estima-se que cresça a uma taxa 3,5% até ao final do ano. Perspectiva-se que a economia americana tenha um crescimento de 3,2% em 2006. O consumo privado e as exportações líquidas são os factores que têm um grande contributo no crescimento da economia americana. As vendas a retalho em Julho de 2005 cresceram 7,5% comparativamente ao período homólogo de 2004, uma tendência positiva em termos de consumo privado. O Federal Reserve Bank dos EUA aumentou as taxas do "federal funds" de 1% em meados de 2004 para 3% até Junho deste ano. Prevê-se que com o relançamento das economias desenvolvidas as taxas de juros venham a aumentar ligeiramente nos próximos meses.

O Japão registou uma recuperação assinalável no primeiro semestre de 2005 em relação a igual período de 2004. O crescimento em 2005 é relativamente bom podendo atingir uma taxa de 1,5%. Para 2006 estima-se em 1,7%. Este desempenho é resultado do consumo privado, dos lucros das empresas, e da inversão dos níveis de desemprego que se vinham verificando nos últimos anos. As vendas a retalho em finais de Junho de 2005 cresceram 3,6% em relação ao primeiro semestre de 2004.

Na zona do Euro a recuperação esperada não se verificou. A procura interna continua relativamente fraca, bem como o desempenho do sector externo devido à valorização do Euro. Por outro lado, as economias da zona do Euro poderão estar a ser influenciadas pelos aumentos dos preços do petróleo no mercado internacional. Estima-se que o PIB crescerá em 1,3% em 2005, e

1,7% em 2006. As vendas a retalho em finais de Julho de 2005 não variaram em relação a igual período do ano anterior, sinal de que a despesa privada não tem estado a evoluir de forma sustentável.

Na África do Sul o crescimento do PIB no segundo Trimestre de 2005 foi de cerca de 4,5% em relação a igual período de 2004. Prevê-se que para todo o ano essa taxa se situe entre 3,5 e 4%. Para 2006 a taxa de crescimento poderá estar em torno dos 3,5%. Até Julho de 2005 a produção industrial cresceu 2,4% comparativamente a igual período do ano anterior. Até finais de Julho de 2005 a inflação foi de 3,4% e o nível de desemprego foi de 26,5% em Março de 2005.

O Zimbabwe registou em 2004 uma taxa de crescimento de -4,8%. Para 2005 estima-se que seja de -1,6%, e para 2006 o FMI projecta que a taxa de crescimento do PIB continuará negativa. A inflação em 2004 foi na ordem dos 282%, prevendo-se para 2005 e 2006 taxas de 187% e os 104% respectivamente. Os termos de troca para as economias avançadas apresentam uma certa estagnação no período 2004-2006. Os termos de troca para as economias em desenvolvimento sofrerão uma queda em 2006, comparativamente a 2005.

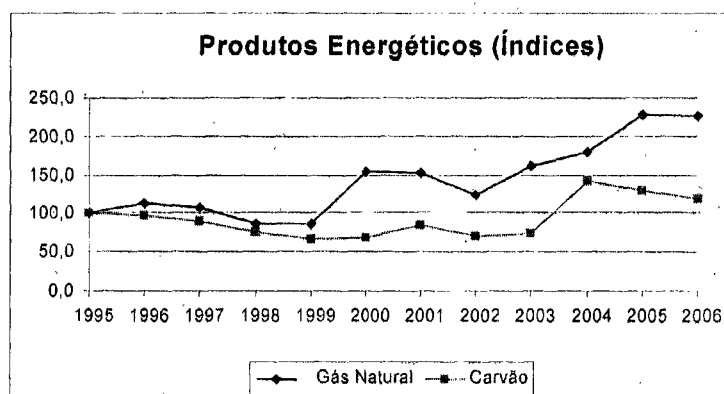
A tabela abaixo mostra a taxa de crescimento do Índice de Preços ao Consumidor para 2004-2006. Nas economias avançadas haverá uma tendência de estabilidade de preços a níveis relativamente baixos (2%), enquanto que nas economias em desenvolvimento se estima entre 5 e 6%. Em África a inflação estará na ordem dos 6%.

A evolução dos preços das principais mercadorias em meados de Setembro de 2005 em relação a igual período de 2004, foi a seguinte: Produtos Alimentares (5,1%), Produtos Manufaturados (12,6%), ouro (10%). Contudo, o preço do barril de petróleo tem estado a evoluir em alta desde os finais do primeiro Semestre de 2004.

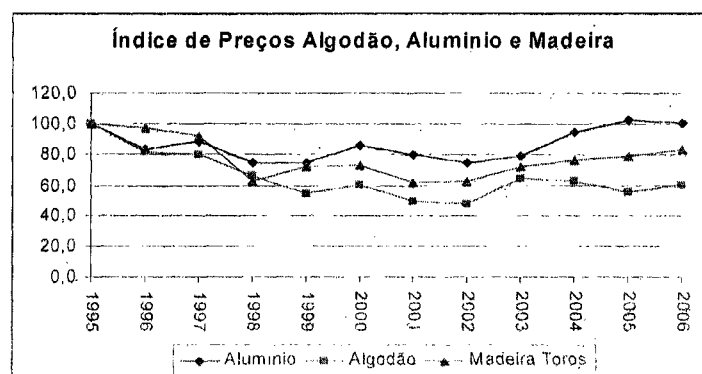
PREVISÕES	PERCENTAGEM		
	2004	2005	2006
Termos de Troca			
Economias Avançadas	-0.4	0.3	-0.1
Países em Desenvolvimento	3.3	2.2	-0.9
Preços em dólares			
Produtos Manufaturados	8.8	6.2	1.3
Petróleo	30.7	45.7	12.3
Commodities	18.8	3.8	-5.1
Inflação			
EUA	2.7	2.9	2.5
Zona do Euro	2.1	1.9	1.5
Economias Avançadas	1.6	1.9	2.0
Países em Desenvolvimento	5.7	5.5	4.6
África	7.7	7.7	5.9

Os gráficos seguintes apresentam a evolução dos índices de preços de alguns produtos importantes quer para exportação quer para importações de Moçambique no período entre 1995 e 2006. No que concerne aos produtos energéticos como o carvão

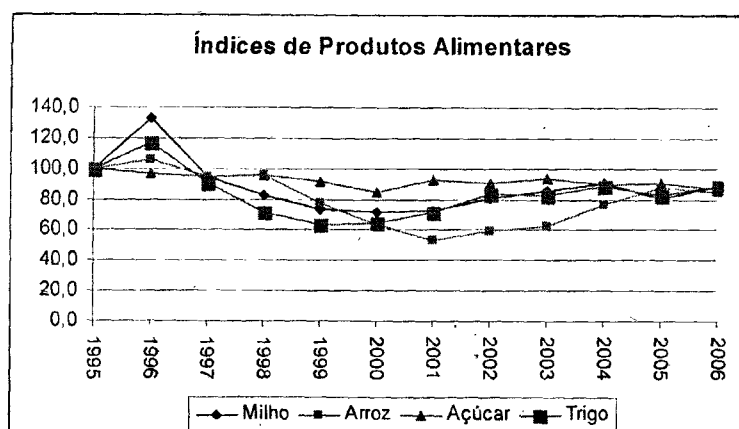
e o gás natural verifica-se que os preços no período 2005-2006 estarão estagnados ou com uma tendência para a baixa, como no caso do carvão.



Os preços do algodão, do alumínio e da madeira em toros manter-se-ão estagnados no período 2005-2006.



Os produtos alimentares que Moçambique produz e/ou importa terão os preços relativamente estagnados entre 2005 e 2006.



Estima-se que as taxas de juros nas economias mais desenvolvidas terão uma tendência para um ligeiro aumento, por

forma a conter potenciais riscos de inflação devido à recuperação das mesmas, sobretudo nos períodos de Julho e Agosto.

Percentagens

	2004	2005	2006
Taxas de Juros de Curto Prazo			
EUA	1,6	3,4	4,7
Reino Unido	4,6	4,8	4,8
Zona do Euro	2,1	1,8	1,9
Japão	0,0	0,0	0,0
Economias Avançadas	1,9	1,9-3,0	2,0-3,5
Desemprego			
EUA	5,5	5,1	4,8
Japão	4,7	4,4	4,1
Zona do Euro	8,9	9,0	8,7
Economias Avançadas	6,7	6,7	6,4

Prevê-se que as taxas de desemprego nas economias avançadas tenderão a baixar ligeiramente em 2006 comparativamente com os níveis de 2005. Nas economias desenvolvidas verificaram-se os seguintes níveis de desemprego nos EUA 4,9% em Agosto de 2005, contra 5,4% em igual período do ano passado; no Japão 4,4% em Julho de 2005 contra 4,9% em 2004; na zona do Euro 8,6%, em Julho de 2005 contra 8,9% do ano anterior. De um modo geral nota-se uma queda das taxas de desemprego nas economias desenvolvidas, sinal de que o sector real dessas economias têm estado a recuperar de uma forma sustentável.

Em meados de Setembro de 2005 o comportamento das bolsas de valores nas economias avançadas apresentou a seguinte evolução quando comparada com Dezembro de 2004: Dow Jones (-2,2%), Standard and Poors 500 (1,3%), NASDAQ (-1,2%), Nikkei (Japão) (11,7%), FTSE100 (Londres) (11,1%), FTSE Euro (13,1%).

O comportamento das bolsas nas economias emergentes em meados de Setembro de 2005 teve a seguinte evolução em relação a Dezembro de 2004: China (-3,8%), Hong Kong (6%), Índia (24%), Coreia do Sul (30,7%), Argentina (17,6%), Brazil (10,9%), México (17,8%), Rússia (49%), e África do Sul (26,3%).

Estes indicadores apontam para um cenário da economia internacional para o período 2005-2006 onde se verifica um comportamento de recuperação relativamente sustentável, mas o crescimento ainda não é abrangente nas várias regiões do mundo. Apresentam-se ainda alguns riscos a considerar: o preço do petróleo que continua em alta, e os défices fiscais e externos das economias desenvolvidas. Os preços dos produtos que Moçambique exporta e/ou importa, nomeadamente alguns produtos primários, serão relativamente estáveis no período 2005-2006.

III. Contexto Social e Demográfico Nacional

III.1. Objectivos e Prioridades Centrais do Governo

No quinquénio 2005-2009, constituem objectivos prioridades centrais do Governo os seguintes:

- A redução dos níveis de pobreza absoluta, através da promoção do crescimento económico rápido, sustentável e abrangente, focalizando a atenção na criação dum ambiente favorável ao investimento e desenvolvimento do empresariado nacional e da incidência de acções na educação, saúde e desenvolvimento rural;
- O Desenvolvimento económico e social do país, orientado, prioritariamente, às zonas rurais;
- A consolidação da Unidade Nacional, da Paz, da Justiça e da Democracia, bem como do espírito de auto-estima dos cidadãos, como condições indispensáveis para um desenvolvimento harmonioso do país;
- A valorização e promoção da cultura de trabalho, zelo, honestidade e prestação de contas;
- O Combate à corrupção, ao burocratismo e à criminalidade;
- O Reforço da Soberania e da Cooperação Internacional.

A redução da pobreza é um desafio de todos e condição fundamental para a promoção do desenvolvimento humano, económico e social, no campo e na cidade.

Esta visão integra objectivos alcançáveis a curto, médio e longo prazos, consubstanciados nos planos de desenvolvimento nacional e nas estratégias de combate à pobreza e ao HIV-SIDA, bem como nos programas de âmbito regional, continental e internacional, com maior destaque para a Nova Parceria de Desenvolvimento para África (NEPAD) e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

As áreas-chaves para a prossecução dos Objectivos do Programa do Governo, são:

- Educação
- Saúde
- Infra-estruturas
- Agricultura
- Desenvolvimento Rural
- Boa Governação, Legalidade e Justiça
- Políticas Macroeconómicas, Financeiras e de Comércio Internacional.

III.2. OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO (ODM)

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio constituem uma Agenda global assumida em Setembro de 2000 por 147 países, incluindo Moçambique, na Declaração do Milénio adoptada pela Cimeira do Milénio. Nesta Declaração estão traçados objectivos e metas globais de desenvolvimento onde se realçam questões relativas à paz, segurança e desenvolvimento, bem como preocupações ligadas ao ambiente, direitos humanos, democracia e boa governação. O País tem estado a realizar avanços significativos em várias áreas, contudo continua com enormes desafios para atingir os Objectivos do Milénio no que diz respeito

a redução da pobreza absoluta, incidência do HIV/SIDA, melhoria da eficiência da prestação de serviços, criação de emprego, aumento das receitas do Estado, redução da dependência da ajuda externa e prontidão de resposta efectiva aos efeitos das calamidades naturais.

Os Objectivos de desenvolvimento do Milénio a atingir até 2015 são oito:

- Erradicar a Pobreza e a Fome;
- Atingir a Educação Primária Universal;
- Promover a Igualdade de Género e a Aquisição de Poder pela Mulher;
- Reduzir a Mortalidade Infantil;
- Melhorar a Saúde Materna;
- Combater o HIV/SIDA, a Malária e outras doenças;
- Garantir a Sustentabilidade Ambiental;
- Criar uma Parceria Mundial em Pro do Desenvolvimento.

A avaliação destes objectivos, e metas em Moçambique, é feita tendo em consideração ao desempenho dos diferentes indicadores definidos no Plano Económico e Social.

1. Erradicar a Pobreza e a Fome

A principal meta deste objectivo é de reduzir em metade a percentagem de pessoas que vivem em extrema pobreza ou que sofrem de fome.

A incidência da pobreza em Moçambique reduziu de 70% em 1997 para 54% em 2003. O desafio actual é reduzir a pobreza até 50% em 2010.

2. Atingir a Educação Primária Universal

A meta é garantir que até 2015, todos os rapazes e raparigas concluíam um ciclo completo do ensino primário.

No país, registam-se avanços significativos na expansão do ensino com aumentos significativos no ingresso tanto de raparigas como de rapazes. Referir que a taxa líquida de matrículas a nível do EPI aumentou de 44% para 79% de 1997 para 2004, respectivamente. Em 2004, foi abolida a taxa de matrícula no ensino primário, assegurando deste modo que as famílias pobres possam mandar as suas crianças a escola. Constituem principais desafios para o país: a expansão e consolidação do acesso à educação, através do alargamento da rede de instituições de ensino e o provimento do número suficiente de professores; melhoria da qualidade de ensino, através da implementação do novo currículo do ensino básico e a reforma e implementação do currículo do ensino secundário, formação de professores para os níveis de ensino, com destaque para o ensino técnico profissional; fortalecimento da capacidade institucional orientado para a planificação, gestão e monitoria, consolidação dos programas de alfabetização e educação não formal; e, operacionalização da estratégia de prevenção e combate ao HIV/SIDA.

A meta para 2006 é atingir uma taxa líquida de escolarização no EPI de 88% e uma taxa bruta de admissão de 161.7%.

3. Promover a Igualdade de Género e a Aquisição de Poder pela Mulher

A meta é reduzir as disparidades de género em todos os níveis do ensino até 2015, priorizando os níveis primário e secundário.

Referir que o rácio de raparigas por rapazes melhorou no EPI de 0.71 em 1997 para 0.83 em 2003.

A meta para 2006 é atingir uma taxa líquida de escolarização das raparigas no EPI de 86% e uma percentagem das raparigas de 48%.

4. Reduzir a Mortalidade Infantil

A meta define a redução em dois terços a taxa de mortalidade infantil até 2015.

De 1997 para 2003, o País reduziu em cerca de 19% a taxa de mortalidade de menores de 5 anos. As principais causas da mortalidade nas crianças são a malária, as infecções respiratórias agudas, as diarreias, a mal nutrição e o sarampo, algumas das quais preveníveis pela vacinação. Neste momento o HIV/SIDA emerge como o maior desafio à realização da meta.

5. Melhorar a Saúde Materna

A meta é reduzir em três quartos, a mortalidade materna. Em Moçambique, as enfermidades reprodutivas são responsáveis por cerca de um quinto do total das doenças e por um terço de todos os óbitos e doenças entre as mulheres em idade reprodutiva. Os principais constrangimentos estão ligados a que mais de metade dos partos não seriam assistidos por técnicos de saúde, inexistência de uma política de enquadramento da saúde sexual e reprodutiva, fraca capacidade de gestão na planificação, monitoria, avaliação e coordenação de parcerias, capacidade e qualidade.

A meta para 2006 é reduzir a mortalidade materna intra-hospitalar para 160/100,000 nados vivos.

6. Combater o HIV/SIDA, a Malária e outras doenças

A meta é travar até 2015 e iniciado a inversão do alastramento do HIV/SIDA.

O HIV/SIDA é uma das maiores ameaças ao desenvolvimento de Moçambique. Em 2002, foi criado um Conselho Nacional de Combate ao SIDA (CNCS) multi-setorial com o objectivo de liderar e de coordenar a resposta ao HIV/SIDA. Os principais desafios resumem-se a: liderança política, número crescente de órfãos e crianças vulneráveis por causa do HIV/SIDA, desigualdade e inequidade de género, necessidade de mecanismos de financiamento melhorados e de harmonização dos parceiros, falta de uma resposta multi-setorial coordenada, envolvimento limitado da Sociedade Civil e prevenção da transmissão vertical de mãe para filho e tratamento pediátrico do SIDA insuficientes. Para a malária os obstáculos têm a ver com o desconhecimento da malária, resistência aos medicamentos, acesso à prevenção e ao tratamento e fraco sistema de informação da saúde.

7. Garantir a Sustentabilidade Ambiental

A meta é integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas sectoriais e inverter a perda dos recursos ambientais.

O combate à pobreza e o desenvolvimento do país requerem a utilização racional dos recursos naturais, de modo que o crescimento económico e o desenvolvimento social sejam feitos sem prejuízos ambientais evitáveis. O contexto de extrema pobreza coloca fortes pressões sobre os recursos naturais, uma vez que estes representam a principal fonte de subsistência para a maior parte das famílias.

O País tem como desafios promover o crescimento económico sustentável, através do aproveitamento racional da diversidade biológica, dos recursos hídricos, florestais e faunísticos.

Em particular, o sector vai promover o planeamento e ordenamento territorial, a avaliação da sustentabilidade ambiental de projectos, a educação e investimento ambiental, a prevenção e controle da degradação dos solos, e da poluição, ambiente, o uso de energias renováveis e o abastecimento de água, o saneamento do meio, em condições que não periguem a disponibilidade do recursos e a qualidade do ambiente.

8. Criar uma Parceria Mundial em Prol do Desenvolvimento

A meta é desenvolver um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório incluindo um compromisso em relação à boa governação, desenvolvimento e redução da pobreza).

III.3. Projecções do Impacto demográfico e macroeconómico do Hiv-sida

Em Moçambique, o conhecimento do nível de prevalência do HIV/SIDA baseia-se nos dados de Vigilância Epidemiológica. A última ronda de vigilância epidemiológica foi realizada entre Setembro de 2004 e Janeiro de 2005 o que permitiu estimar as projecções de prevalência até ao ano 2010. Esta Ronda abrangeu 36 Postos Sentinela. Para cada Posto Sentinela a amostra abrangeu 300 mulheres grávidas em idades entre os 15 e os 49 anos. Foram testadas 10675 mulheres, das quais 2980, 4436 e 3259 das regiões sul, centro e norte respectivamente.

Os resultados destas ronda indicam uma subida de prevalência de 16,4% em 2004, para 18,9% no ano de 2005.

**Prevalência do HIV/SIDA
em adultos (15-49 anos), por região nacional**

	Ambos Sexos			
	Sul	Centro	Norte	Nacional
1998	8.2%	12.2%	3.2%	8.2%
1999	9.9%	13.3%	4.1%	9.4%
2000	11.6%	14.2%	5.3%	10.6%
2001	13.2%	15.0%	6.8%	11.8%
2002	14.5%	15.7%	8.4%	13.0%
2003	15.6%	16.2%	10.0%	14.0%
2004	16.4%	16.7%	11.5%	14.9%
2005	18.1%	20.4%	09.3%	16.2%
2006	17.2%	17.3%	13.8%	16.1%
2007	17.3%	17.5%	14.6%	16.5%
2008	17.3%	17.6%	15.1%	16.7%
2009	17.2%	17.7%	15.4%	16.8%
2010	17.1%	17.7%	15.5%	16.8%

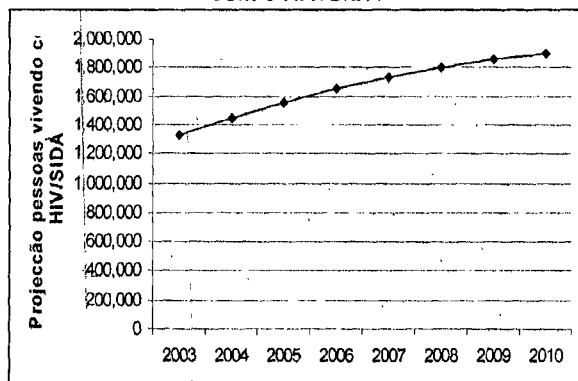
No geral a brecha de prevalência é de 17,9%, sendo a mais alta na província de Sofala 26,5% e a mais baixa, de 8,6% em Cabo Delgado. De acordo com dados actualizados no ano de 2005, verifica-se que a região centro continua apresentando a maior taxa de prevalência, seguida da região sul. A região norte apresenta a taxa mais baixa e indica uma tendência de diminuição da sua prevalência, comparativamente a 2003 e 2004.

A nível de cada região, na zona Sul os resultados indicam, Inhambane com a taxa de prevalência mais baixa, de 11,7% e 20,7% na Cidade e Província de Maputo. Na região Centro, a maior prevalência registou-se na província de Sofala, 19,7% e a menor

em Tete, 16,6%. No norte a maior prevalência registou-se na província do Niassa, 11,1% e a menor em Cabo Delgado 8,6%. Esta situação alerta para uma possível subida de prevalência do HIV/SIDA em 2006.

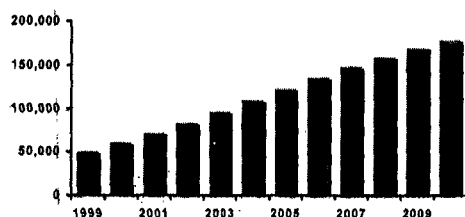
As projecções de impacto demográfico indicam que um pouco mais de 1,6 milhões de pessoas poderão estar infectadas pelo vírus em 2006, sobretudo as da faixa etária dos 15 aos 49 anos.

Projecção de número de pessoas vivendo com o HIV/SIDA



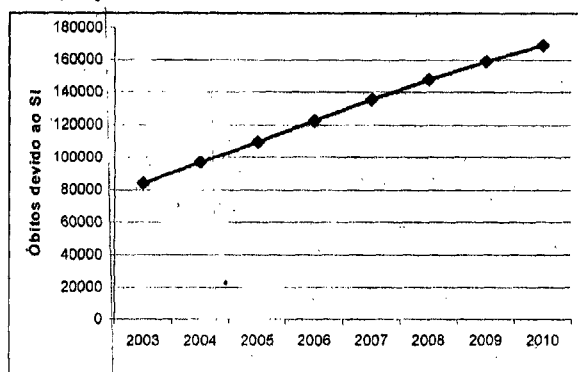
Estima-se que 500 pessoas contraem novas infecções diárias do HIV. A maioria de novos casos irá ocorrer entre as pessoas actualmente HIV positivas. Segundo as projecções, o número de novos casos de SIDA poderá atingir 178,084 no ano 2010. Os esforços do Governo são no sentido de inverter esta tendência.

Gráfico: Novos Casos de SIDA 1999-2010



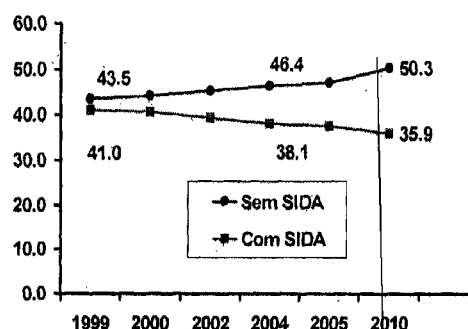
Em pouco tempo o SIDA tornou-se uma das principais causas de mortalidade em Moçambique.

Projecção de número de óbitos devido ao HIV/SIDA



Dados apurados indicam que os órfãos maternos devido ao SIDA têm estado a aumentar, enquanto que os órfãos cujas mães morrem por outras causas tendem a reduzir. Outra consequência do SIDA é a redução da esperança de vida ou longevidade da população, como se pode observar no gráfico abaixo. Num cenário de ausência do SIDA estimou-se que a esperança de vida ao nascer passaria de aproximadamente 44 anos em 1999 para cerca de 50 anos em 2010. Considerando os efeitos da epidemia, a longevidade dos moçambicanos poderá ser menor no futuro.

Gráfico : Esperança de Vida 1999-2010



A análise dos dados da ronda 2002 reforça a hipótese de que a região Centro atingiu a fase madura da evolução da epidemia, com excepção da Zambézia, onde está em crescimento. A região Sul, com a epidemia em lenta ascensão, encontra-se na fase intermédia de evolução da epidemia. Na região Norte, a epidemia aparenta estar ainda numa fase de crescimento. O grupo mais vulnerável são os jovens, em especial as raparigas. A mortalidade causada pelo SIDA está a mudar a estrutura populacional devido a um súbito decréscimo em número de adultos acima dos 30 anos. Este facto terá efeitos negativos no tecido sócio-económico do País.

Impacto Macro-económico do HIV-SIDA

Com o SIDA espera-se que a população em idade escolar bem como a que frequenta já a escola diminua, pondo em causa a capacidade do sistema educativo de responder ao seu mandato de formação de capital humano com capacidade para produzir e inovar cada vez mais e assegurar o crescimento social e económico do nosso país.

As análises das implicações do HIV/SIDA para o crescimento económico indicam também, que as taxas anuais de crescimento do PIB per capita seriam entre 0,3% e 1,0% mais baixas que num cenário sem SIDA, durante o período entre 1997 e 2010 com efeitos mais fortes no período de 2005 a 2010. As maiores fontes de redução do crescimento são: (1) reduzida taxa de crescimento da produtividade, (2) reduzida taxa de crescimento populacional e acumulação de capital humano, e (3) rácio reduzido de acumulação de capital físico.

Dado que a pandemia do HIV-SIDA provavelmente perdurará durante um período de tempo prolongado, os referidos impactos irão acumulando e resultando em grandes impactos a longo prazo

na economia. Consequentemente, as iniciativas bem sucedidas na prevenção da aceleração de infecções por HIV e no combate às perturbações económicas devidas à mortes por SIDA, mantendo ao mesmo tempo as condições básicas para o crescimento, terão provavelmente um grande retorno.

Relativamente ao crescimento económico per capita, os impactos projectados do SIDA no crescimento económico representam uma fracção do alvo. Para o período 2005-2010, esta fracção deve estar no intervalo entre 10 a 50 por cento do alvo da taxa de crescimento per capita de cinco por cento. Portanto, a mitigação da pandemia e a manutenção das condições básicas são ambas importantes para um crescimento económico continuado e a redução da pobreza.

IV. Contexto macroeconómico nacional

A evolução do quadro macroeconómico nos últimos anos deu sinais positivos de uma recuperação económica no País onde se registaram nos últimos anos taxas de crescimento significativas.

De 1997 a 2003 registou-se um crescimento económico médio de cerca de 9%, muito acima da média do continente. Referir que este crescimento foi conseguido num ambiente em que a inflação esteve controlada. Esta evolução reflecte as medidas que vêm sendo adoptadas pelo Governo, através da criação dum ambiente propício para a promoção dum crescimento económico sustentável e abrangente e aumento do investimento no País.

O Governo ao destacar no seu Programa como principal desafio a redução do índice da pobreza absoluta, fê-lo num cenário de estabilidade de crescimento económico e num maior comprometimento na realização das despesas públicas, através da afectação dum maior volume de recursos nas áreas com maior impacto social nomeadamente, na saúde, educação e infra-estruturas. O Plano Económico e Social para 2006 que se apresenta, é feito num cenário em que a economia continuará a crescer a uma taxa de aproximadamente 7%, uma inflação controlada a 1 dígito nos próximos anos.

PRINCIPAIS INDICADORES MACROECONÓMICOS 2004 A 2008

	2004	2005	2006	2007	2008
PIB nominal (10 ⁶ USD)	5912	6720	6882	7545	8272
PIB nominal (10 ⁹ MZM)	133,510	152,894	177,268	201,911	228,379
Crescimento real do PIB (%)	7.5	7.7	7.9	7.0	7.0
Inflação Média anual (%)	12.6	6.3	7.5	6.5	5.7

No quadro acima, pode-se constatar que a economia Moçambicana registou um crescimento de 7,5% em 2004, crescimento este impulsionado pelas elevadas taxas obtidas nos sectores agro-pecuário e silvicultura, nas Indústrias transformadora, extractiva e nos transportes e comunicações.

Em 2005 prevê-se que a economia evolua na ordem dos 7,7%. Com base na continuidade de um bom desempenho dos sectores tradicionais da economia, e uma relativa estabilidade da contribuição de mega-projectos no crescimento. Deste modo, para 2006 prevê-se um ritmo de crescimento económico de cerca de 8%, mantendo a cifra de 7% para os anos 2007 e 2008 respectivamente.

Em relação à inflação o Governo continuará a orientar a sua acção e políticas para que a sua taxa se situe na banda de 1 dígito,

através da limitação do crescimento da base monetária e redução do recurso ao crédito interno para financiar o Orçamento do Estado.

O Governo continuará a criar um ambiente favorável a realização de Investimentos, quer através do apoio ao empresariado nacional quer através da criação de incentivos para atrair investimento estrangeiro, bem como contribuir para a estabilidade no panorama regional e internacional.

A previsão de recursos é um elemento extremamente importante para a projecção eficaz das despesas a serem realizadas nos anos seguintes. A seguir, é apresentado o quadro que visualiza a forma como irão evoluir os recursos totais até 2008.

Resumo dos recursos totais

(milhões de contos)	2004	2005	2006	2007	2008
	CGE	Lei	Plano	CFMP	CFMP
Total de Recursos	33,747.2	46,783.4	52,529.6	59,389.7	63,326.9
Recursos Internos	18,184.1	25,889.3	26,665.8	31,241.3	34,346.6
Recargas do Estado	15,942.5	21,705.7	26,503.4	30,954.3	35,439.0
Recargas Correntes	15,942.5	21,544.1	26,288.4	30,684.1	35,160.2
Recargas Fiscais	13,876.5	18,408.9	21,924.7	25,442.1	29,183.0
Impostos sobre rendimentos	3,428.2	4,694.3	5,781.5	7,134.4	8,611.4
Recargas sobre Bens e Serviços	9,238.8	12,284.8	14,520.1	16,483.0	18,427.8
Outros Impostos Fiscais	1,209.6	1,429.9	1,623.1	1,874.6	2,143.8
<i>dos quais: Imposto sobre Combustíveis</i>	651.0	614.7	834.2	950.4	1,074.6
Recargas Não Fiscais (incl. recargas próprias)	754.4	1,387.9	2,126.6	2,522.9	2,846.5
Recargas Consignadas	1,311.7	1,747.3	2,237.1	2,719.1	3,130.7
Recargas de Capital	0.0	161.6	215.1	270.3	278.9
Privatização (incl. CVRD)	34.9	520.2	513.3	729.8	878.3
Crédito Interno	2,206.7	3,663.4	-351.0	-442.8	-1,970.7
Recursos Externos	15,563.1	20,894.1	25,863.8	28,128.4	28,980.3
Doativos	8,774.3	12,202.2	16,756.7	17,719.3	18,607.2
Créditos	6,788.7	8,692.0	9,107.2	10,409.1	10,373.1
% PIB					
Total de Recursos	25.3%	30.8%	29.6%	29.4%	27.7%
Recursos Internos	13.6%	16.9%	15.0%	15.5%	15.0%
Recargas do Estado	11.9%	14.2%	15.0%	15.3%	15.5%
Crédito Interno	1.7%	2.4%	-0.2%	-0.2%	-0.9%
Recursos Externos	11.7%	13.7%	14.6%	13.9%	12.7%
Crescimento real (%)					
Total de Recursos		-10.7%	10.1%	6.2%	0.9%
Recargas do Estado		-8.6%	17.0%	9.7%	8.3%
Recursos Externos		-8.3%	18.2%	2.2%	-2.6%

Como se pode observar no quadro, espera-se um crescimento contínuo das receitas do Estado, tendo em conta que a economia continuará a crescer e, o Governo continuará a aperfeiçoar a legislação fiscal, por forma a melhorar a colecta de receitas, com uma melhor e a prestação de serviços aos contribuintes.

Deste modo, os principais objectivos macroeconómicos para 2006, resumem-se no seguinte:

- Alcançar um crescimento económico que se situe em torno de 8%;
- Conter a taxa de inflação média anual em 7.5%;
- Atingir um nível de 1,802.5 milhões de dólares, em exportações de bens o que representa um crescimento de cerca de 5%;
- Atingir um nível de reservas internacionais líquidas que financiem cerca de 4 meses de importações de bens e serviços;

- Prosseguir com a criação de condições que tornem atractivo o investimento em Moçambique, salvaguardando no entanto uma correcta gestão do meio ambiente; e

- Melhorar a quantidade e qualidade dos serviços públicos de educação, saúde, água, energia, saneamento e estradas.

IV.1. Produção global e sectorial

A Produção global aponta para um crescimento de 8.2%, em 2006. Para o alcance deste resultado será determinante o desempenho esperado na construção e reabilitação de infra-estruturas. Sem incluir a produção de alumínio, a produção vai crescer a uma taxa de 9.0%, o que evidencia um crescimento da produção de alumínio a ritmos inferiores aos da produção global. A Mozal tem estado a operar com a sua máxima capacidade desde 2004, estando previsto para 2006 um comportamento estacionário.

PRODUÇÃO GLOBAL E SECTORIAL - Taxas de Crescimento em Volume (%)

PRODUÇÃO	2004	2005 PL	2006 PL
AGRICULTURA, PECUÁRIA E SILVICULTURA	6.6	6.6	6.5
Agricultura	9.0	7.2	6.9
Pecuária	12.8	5.1	5.8
Silvicultura e Exploração Forestal	5.6	3.1	2.9
PESCA	-3.8	7.7	3.3
IND. EXTRACÇÃO DE MINERAIS	215.7	41.6	14.6
INDÚSTRIA TRANSFORMADORA	12.7	3.1	4.3
ELECTRICIDADE E ÁGUA	5.7	14.8	4.3
CONSTRUÇÃO	-14.6	0.2	27.3
COMÉRCIO	-0.1	6.5	8.7
SERVIÇOS DE REPARAÇÃO	0.1	0.2	1.0
RESTAURANTES E HOTEIS	1.1	0.7	6.1
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	16.4	13.1	9.6
SERVIÇOS FINANCEIROS	0.9	1.0	2.8
ALUGUER DE IMÓVEIS	2.5	2.5	2.4
SERVIÇOS PRESTADOS A EMPRESAS	1.9	3.1	4.5
SERVIÇOS DO GOVERNO	5.6	9.3	9.6
OUTROS SERVIÇOS	8.5	0.8	1.0
PRODUÇÃO	4.6	5.7	8.2
TOTAL PRODUÇÃO S/ ALUMÍNIO	2.2	6.3	9.0
TOTAL PRODUÇÃO S/ ALUMÍNIO E GÁS	1.3	5.5	9.1
TOTAL PRODUÇÃO S/ GRANDES PROJECTOS	7.3	7.3	9.8

Não obstante os ritmos de crescimento registados no sector mineiro nos últimos anos, este sector tem actualmente um peso inferior a 2% do PIB. Pelo que com a relativa estabilização dos ritmos de produção de gás, o seu impacto no crescimento da produção global é relativamente menor.

Sem grandes projectos em funcionamento e em construção, a produção vai crescer a uma taxa de 9.8%. De referir que sem incluir os mega-projectos na produção total, o sector da construção aumenta o seu peso relativo na estrutura produtiva global, aumentando deste modo, o impacto relativo dos investimentos esperados neste sector.

Para além do crescimento significativo previsto no sector de construção, todos os outros sectores irão apresentar uma evolução positiva, sendo de destacar o crescimento de 14,6% previsto no sector de Recursos Minerais. O desempenho deste sector é fundamentado essencialmente pelo aumento a registar na produção de água marinha refugo, gás natural, calcário, riolitos e tantalite.

A produção global prevista, é sustentada pelo esforço conjunto do Governo, sector privado e outros agentes de desenvolvimento, no quadro da luta contra a pobreza absoluta. Está previsto um crescimento dos serviços do governo na ordem dos 9,6%, mercê do aumento da oferta dos serviços de educação e saúde.

A. Agricultura, Pecuária E Exploração Florestal

A campanha agrícola 2004/2005, foi caracterizada por um regime pluviométrico irregular sobretudo no Sul e Centro do País nos dois períodos da estação chuvosa. Esta situação de irregularidade e má distribuição das chuvas, condicionou o desempenho da campanha agrícola 2004/2005 sobretudo no que diz respeito às

culturas alimentares. Dados indicam que foram perdidas áreas devido aos efeitos conjugados de escassez de chuvas, inundações na zona centro do País, pragas e doenças num total de 317,200 hectares com culturas diversas, correspondentes a 7% do total da área semeada, afectando 265,642 famílias camponesas. A rotura da disponibilidade de sementes durante a campanha 2004/2005, devido à estiagem, poderá influenciar negativamente a disponibilidade de sementes para a campanha 2005/2006.

Assim, a previsão geral de necessidades em sementes, para 2006, será da ordem de 51 mil toneladas de cereais, sendo 57% de milho e (29%) de arroz. Serão, também, necessárias 23 mil toneladas de leguminosas, das quais 61% feijões e 39% amendoim.

Para fazer face a esta situação, o Governo prosseguirá com as medidas de política, de modo a assegurar a satisfação da necessidade de sementes, consolidando as acções de sementes de arroz em Chokwê, trabalhando uma área de 5 mil hectares e impulsionando a capacidade de aquisição de insumos.

Para a campanha 2005/2006 não se prevê perturbações climáticas de realce à escala nacional, registando-se actualmente uma tendência para a normalização do estado meteorológico.

No sector agrário, o Governo vai centrar as suas acções na promoção do uso sustentável dos recursos, com a participação comunitária; na assistência pecuária, no fomento de culturas básicas alimentares e de rendimento; na disponibilização de tecnologias de produção e de pós-colheita sustentáveis; e na simplificação do processo de obtenção do Direito de Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT), com maior enfoque para os pequenos produtores.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA (Taxas de Crescimento em Volume %)

	2004	2005 PL	2006 PL
TOTAL	9.0	7.2	6.9
EMPRESARIAL	10.5	12.0	8.4
FAMILIAR TOTAL	8.8	6.6	6.7
FAM. COMERCIALIZADO	12.1	8.3	10.7
AUTOCONSUMO	6.9	5.5	4.4

Espera-se um crescimento de 6,9% na produção agrícola global. O sector empresarial irá registar um incremento de 8,4%, resultante do aumento significativo de produção em algumas culturas

alimentares e para a indústria, com destaque para o tabaco. A dinâmica deste sector está associada ao processo de reestruturação e reabilitação de algumas unidades produtivas, em particular, a da cana de açúcar, algodão, tabaco e milho.

PRODUÇÃO EMPRESARIAL E COMERCIALIZAÇÃO DO SECTOR FAMILIAR
 (Taxas de Crescimento em Volume %)

DESIGNAÇÃO	2004	2005 PL	2006 PL
PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO	10.5	16.6	5.8
Castanha	-32.6	62.8	-13.6
Algodão	69.9	0.0	25.2
Copra	-3.1	0.0	0.0
Cana de açúcar	-3.3	21.9	11.7
Citrinos	1.6	0.0	0.0
Chá folha	19.2	5.8	0.0
PRODUTOS BÁSICOS ALIMENTARES	6.0	5.3	8.0
Milho	16.1	5.9	4.8
Arroz Casca	-5.5	7.0	3.6
Mapira	5.1	6.4	2.8
Mandioca	4.6	5.2	3.8
Amendoim descascado	19.6	7.0	3.0
Feijão	7.1	7.7	5.0
Hortícolas	10.5	0.0	20.9
Cebola	-22.3	9.3	33.0
PRODUTOS PARA A INDÚSTRIA	28.4	15.6	18.2
Tabaco	68.3	22.9	28.5
Tomate	0.0	6.8	6.0
TOTAL	11.7	9.3	10.1

Cerca de 90% do crescimento previsto na comercialização, resulta da comercialização dos produtos alimentares e produtos para a indústria, onde o tabaco, as hortícolas e a cebola representam 65%.

As estatísticas actuais da comercialização agrícola mostram que 52% derivam de produtos alimentares, 27% para a indústria, 14% para a exportação e 7% de outros produtos agrícolas.

No grupo dos produtos de exportação projecta-se um crescimento de 5,8%, determinado pelos índices de crescimento esperados na cultura do algodão. Os factores determinantes para

este crescimento são o início atempado da campanha, o fomento através da distribuição da semente e o impulso que se espera com a entrada de um novo operador.

Não obstante este crescimento, a produção e comercialização de produtos de exportação vai ser influenciada negativamente pela redução de índices de produtividade da castanha, que decrescerão de 104 mil toneladas para 90 mil na campanha 2005/2006.

O caju é uma cultura que tem um comportamento cíclico de períodos de 5 anos, em que a produção evolui de forma crescente até atingir um "pico", após o qual se regista um decréscimo.

A campanha da castanha 2004/2005 é reportada como sendo a melhor registada nos últimos 10 anos, e representou o referido "pico" havendo neste momento, indicações claras de redução dos níveis de produção na campanha 2005/2006, associado igualmente, com a expansão do Oídio em Nampula, província que actualmente produz cerca de 70% da produção total. Em contrapartida, o aumento do preço de combustível no período em que decorreu a actividade de pulverização contra o Oídio (Julho-Agosto), resultou na redução no número de árvores tratadas.

No contexto da promoção da produção desta cultura, será dada continuidade à formação de produtores e ao desenvolvimento de actividades no âmbito da gestão de pragas e doenças, beneficiando cerca de 40 mil pessoas, nas províncias de Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Inhambane, Gaza e Maputo.

A produção de citrinos irá registar um comportamento estacionário devido ao facto de uma parte das terras usadas para a produção desta cultura estar a ser gradualmente utilizada para a produção de outros produtos agrícolas.

O chá vai estabilizar-se nas actuais 16 mil toneladas, todavia, prevê-se uma dinamização desta cultura a longo prazo, com a entrada em funcionamento de uma nova unidade em Namarroi que irá explorar cerca de 185 ha, bem como a introdução de novos clones de melhor produtividade na Zambézia.

Relativamente a cana-de-açúcar projecta-se um crescimento de 11,7% nos volumes a serem comercializados. A expansão da produção nos próximos anos, estará condicionada pela proposta de redução em 39% do preço do açúcar no mercado preferencial da União Europeia.

Para o grupo dos produtos alimentares básicos espera-se um crescimento de 8% nos níveis comercializados. Espera-se, dum modo geral, incrementos em todas as culturas alimentares, nomeadamente cereais, tubérculos e leguminosas, devido fundamentalmente ao aumento das áreas de cultivo e produtividade, e às acções de disseminação de tecnologias de produção agrícola.

Está na fase conclusiva a elaboração da Estratégia do Relançamento do Arroz para ser implementada em 2006. Com vista a facilitar a comercialização desta cultura, está a ser promovida a introdução de pequenas unidades de processamento, como é o

caso da associação de Nante (Zambézia), que vende o seu produto em Quelimane.

Relativamente a hortícolas, está em curso um programa de teste de novas variedades da cultura da batata, oferecidas pelo HZPC Empresa Mundial de Sementes. Neste momento está sendo feito o teste de adaptabilidade no terreno, prevendo-se o seu lançamento nas províncias de Maputo, Tete, Manica e Niassa. A previsão de produção de hortícolas é de cerca de 223 mil toneladas contra cerca de 173 mil toneladas da campanha 2004/2005.

Com vista a rentabilizar a produção de hortícolas, está em curso a construção de uma fábrica de processamento de hortícolas para exportação em Vanduzi Manica, e, a construção de um mercado grossista de comercialização de hortícolas no Zimpeto em Maputo.

A comercialização de tomate registará um crescimento de 6%, dada a tendência da normalização do clima bem como dos programas de promoção de hortícolas nas zonas rurais e nas zonas verdes das cinturas das cidades, o que resultará na diminuição das importações deste produto. O aumento previsto é de cerca de 1,800 toneladas.

A produção da mandioca vai atingir cerca de 7 milhões de toneladas, como resultado do fomento desta cultura principalmente no litoral, associado ao combate a podridão radicular desta cultura e a propagação de novas variedades de estacas da mandioca resistentes.

No grupo dos produtos para a indústria, o crescimento será de 18,2% sendo determinante o crescimento a ser registado pela produção e comercialização de tabaco em 28,5%. A produção do tabaco vai ser impulsionado com a entrada em funcionamento de uma nova fábrica de processamento em Tete, onde o sector familiar vai produzir 68,704 toneladas, o que representa cerca de 94% da produção nacional.

No global, espera-se um dinamismo no processo de comercialização do sector familiar, onde se perspectiva um crescimento de 4,7% nos produtos de exportação, 8,3% nas culturas alimentares e 28,5% nos produtos para a indústria. A previsão dos níveis de comercialização das principais culturas alimentares do sector familiar, baseiam-se na previsão de produção agrícola deste sector apuradas pelo Sistema Nacional de Aviso Prévio.

COMERCIALIZAÇÃO DO SECTOR FAMILIAR
(Taxas de Crescimento em Volume %)

DESIGNAÇÃO	2004	2005 PL	2006 PL
PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO	17.3	18.8	4.7
Castanha	-32.6	62.8	-13.6
Algodão	79.1	0.0	25.0
Copra			
Cana de açúcar	3.7	3.0	2.2
Citrinos	0.0	0.0	0.0
Chá folha			
PRODUTOS BÁSICOS ALIMENTARES	7.8	6.0	8.3
Milho	15.0	6.6	7.1
Arroz Casca	-6.5	7.5	4.0
Mapira	5.1	6.0	2.9
Mandioca	4.3	5.3	4.0
Amendoim descascado	20.0	6.8	3.0
Feijão	7.2	7.8	5.0
Hortícolas	13.9	0.0	39.9
Cebola	6.5	9.6	33.3
PRODUTOS PARA A INDÚSTRIA	33.1	12.8	28.5
Tabaco	46.9	13.2	31.4
Tomate	0.0	11.4	19.4
total	12.1	8.3	10.7

Não obstante os constrangimentos que afectam a comercialização agrícola, nos últimos anos tem-se registado melhorias no processo de comercialização do sector familiar estando previsto para 2006, um aumento de 10.7% nos níveis comercializados.

Prevê-se uma continuidade de melhorias no escoamento da produção agrícola, com a implementação da Estratégia de Comercialização Agrícola 2005-2009, e com os esforços em curso, com vista uma melhor utilização da rede comercial rural.

No sector pecuário projecta-se o alcance de uma taxa de crescimento global de 5.8%.

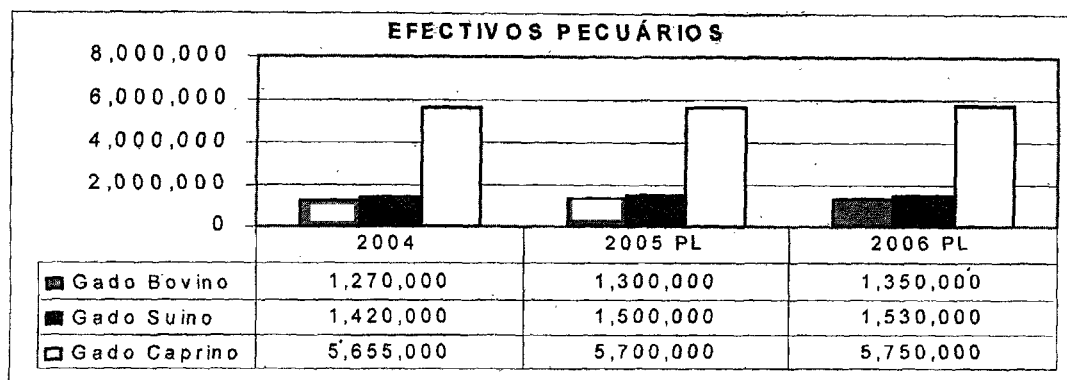
PRODUÇÃO PECUÁRIA (Taxas de Crescimento em Volume %)

	2005 PL		2006 PL	
	SECT. EMP.	SECT. FAM.	SECT. EMP.	SECT. FAM.
Gado Bovino	8.0	8.0	3.8	3.8
Gado Suíno	4.9	4.9	2.0	2.0
Aves vivas	4.2	4.2	0.0	3.1
Ovos frescos	4.5	4.0	20.9	16.4
total	5.1	5.0	5.2	5.4

A contribuição interna para a oferta global de carne bovina tem estado a aumentar nos últimos anos. Com efeito, o ano de 2004 registou uma produção 3,5 vezes superior à produção do ano 2000, sendo a maior parte desta produção proveniente do sector familiar. Esta alteração, resulta, do programa de fomento pecuário, do abrandamento da política de contenção, fruto da estabilização dos efectivos, da interdição da entrada ao País de bovinos de

países vizinhos devido a problemas sanitários e, do clima de estabilidade que tem permitido a intensificação da actividade de comercialização.

De acordo com dados do Trabalho de Inquérito Agrícola (TIA 2003), o País ainda não atingiu o efectivo pico de cerca de 1.500.000 cabeças de gado bovino, registado nos anos oitenta.



A produção florestal irá crescer 2,9% em 2006, ou seja aos mesmos ritmos do programado para 2005. Com vista à uma exploração sustentável dos recursos florestais, a Política e Estratégia de Desenvolvimento do Ramo Florestal e o Regulamento Florestal tem promovido a exploração em regime de concessão reduzindo-se deste modo a exploração desordenada. Para 2006 espera-se que cerca de 45% de concessões florestais tenham os seus planos de manejo aprovados.

B. PESCAS

As melhorias operadas no sistema de recolha da informação estatística da pesca artesanal, com a adopção do método de amostragem, permitem-nos hoje apresentar um quadro mais realista do contributo deste sub-sector na produção pesqueira. O agregado da pesca artesanal, pesca comercial e aquacultura apresenta uma projecção para 2006 de um aumento dos volumes de produção de 3,3%, o que resulta essencialmente do crescimento da produção do camarão da aquacultura e da kapenta.

PRODUÇÃO PESQUEIRA (Taxas de Crescimento em Volume %)

	2004	2005 PL	2006 PL
total	-3.8	7.7	3.3
EMPRESARIAL	-3.2	7.4	5.1
FAMILIAR TOTAL	-4.4	7.9	0.6
FAM. COMERCIALIZADO	-5.5	8.0	0.0
AUTOCONSUMO	-3.2	7.7	1.2

PESCA EMPRESARIAL – Taxas de Crescimento Em Volume (%)

DESIGNAÇÃO	2004	2005 PL	2006 PL
Lagosta	100.0	150.0	0.0
Caranguejo	175.0	-43.2	0.0
Gamba	-28.2	2.8	0.0
Peixe Fresco e Refrigerado	-53.1	112.3	0.0
Kapenta	67.6	-0.1	11.1
Fauna Acompanhante	-8.5	-2.6	0.0
Camarão	9.3	-0.4	3.3
Lagostim	20.0	13.6	0.0
Lulas e polvos	73.5	-22.7	0.0

A produção empresarial do camarão no âmbito da aquacultura irá registar uma subida mercê da expansão das actuais áreas de produção nas províncias de Zambézia, Sofala, Cabo Delgado e Inhambane. Está previsto para 2006, a implantação de novos projectos industriais de aquacultura na Mocimboa da Praia (Cabo Delgado). A produção do camarão vai situar-se em 9,300 toneladas contra 9,000 de 2005, onde prevê-se a produção de 1,200 toneladas de camarão no âmbito da aquacultura contra 900 toneladas de 2005.

De referenciar que ainda não é possível quantificar a produção da aquacultura familiar, no entanto, há indicações de contribuição positiva deste segmento, que se avalia pelo aumento contínuo do número de tanques de piscicultura abertos.

Com vista a gestão sustentável dos recursos pesqueiros estão vedadas novas admissões para a pescaria do camarão, e foi estabelecido um total admissível de captura, pelo que prevê-se que a captura tradicional do camarão se mantenha nas actuais 8,100 toneladas. Ainda neste contexto, está interdita na totalidade a captura empresarial da lagosta no ano de 2006.

A estagnação prevista na gamba deve-se aos elevados custos operacionais desta pescaria, e o baixo valor comercial deste produto, o que tem desencorajado a entrada de novos investidores.

A captura empresarial do peixe vai situar-se nos mesmos níveis previstos para 2005 de cerca de 450 toneladas. A pescaria do peixe geralmente é realizada na zona sul do rio Save. Esta pescaria tem estado a registar baixos níveis de produtividade e de capturas, o que evidência uma excessiva pressão sobre o recurso, nesta zona. Deste modo, tendo em conta a gestão sustentável deste recurso novas admissões para esta pescaria são dirigidas para a região centro e norte. No entanto, a ausência de infra-estruturas de suporte nos portos bases do desembarque do pescado na zona centro e norte, elevam os custos operacionais desta pescaria, uma vez que o peixe é maioritariamente exportado para a África do Sul.

De um modo geral, o plano de exportações de produtos pesqueiros situa-se na ordem de 15,875 toneladas, contra 15,910 de 2005.

C. Indústria Extractiva

A produção da indústria extractiva tem vindo a apresentar índices de crescimento significativos nos últimos anos. O plano para 2006, indica o alcance de uma taxa de crescimento de 14,6%. Este crescimento é fundamentado pelos aumentos previstos na produção de água marinha refugo, gás natural, calcário, riolitos e tantalite. Na estrutura produtiva actual, estes produtos representam cerca de 85% da produção mineira nacional, onde o gás, é o produto que cria o maior valor de produção deste sector.

O grande peso do gás na estrutura da produção mineira nacional, é explicado pelos grandes volumes de gás produzidos, e não pelos ritmos de aumento esperados. Com efeito, a produção do gás tem estado a estabilizar-se, pelo que em 2006 prevê-se um crescimento de 4,1%.

A produção de carvão em 2006 apresenta boas perspectivas devido ao aumento da demanda no mercado regional conjugado com a reabilitação e instalação de novo equipamento pela nova concessionária da mina Chipanga XI. Em 2006 a produção de carvão poderá atingir a cifra de 36 mil toneladas, significando um crescimento de cerca de 200% comparativamente às previsões de 2005.

A produção de tantalite tem aumentado como resultado da abertura de novas minas e reactivação de outras.

A extensão da linha de energia eléctrica da rede nacional para Ancuabe, abre boas perspectivas para a reactivação da produção do grafite.

RECURSOS MINERAIS - Taxas de Crescimento em Volume (%)

DESIGNAÇÃO	2004	2005 PL	2006 PL
Carvão	-55.0	58.6	200.0
Bauxite	-23.9	17.0	24.0
Grafite	0.0	0.0	0.0
Bentonite bruta	0.0	21.8	0.0
Bentonite tratada	-15.5	8.1	11.1
Bentonite triada	-32.5	35.3	22.4
Bentonite Activada	0.0	0.0	0.0
Mármore em chapas	33.6	12.2	24.0
Mármore em blocos	36.5	10.2	33.3
Granada facetável	511.0	76.8	104.5
Pedras lapidadas	0.0	0.0	0.0
Ouro	-10.8	16.1	7.7
Água Marinha Refugo	17.2	25.0	120.0
Turmalinas	170.2	1.0	29.6
Tantalite	277.4	4.6	16.1
Berilo	-65.1	112.5	20.0
Arela	4.2	14.4	3.6
Calcário	18.2	5.4	15.0
Riolitos	5.8	3.6	34.8
Granitos	-3.4	4.6	150.0
Dumortierite	182.5	10.6	20.0
Gás Natural	91405.1	91.0	4.1
total	215.7	41.6	14.6

Com a entrada em funcionamento de uma nova fábrica de ferro na África do Sul, abrem-se boas perspectivas para o aumento da produção e exportação de bentonite. A produção de bentonite tratada, será garantida a partir do stock de bentonite bruta existente na mina.

A produção de granada facetável vai registar um crescimento assinalável em 2006, com a realização de investimentos pelo novo concessionário dos direitos de Exploração Mineira relativa à área de mineração detida pela SOMECE, E.E.

A produção de granito enfrentou problemas durante o I semestre de 2005 relacionados com o mercado para a venda deste produto, prevendo-se que a situação se altere em 2006 com o aumento da procura externa.

Relativamente a Dumortierite, espera-se em 2006 um aumento da produção da ordem de 20%, com a prevista conclusão das vias de acesso a zona da pedreira.

A produção de pequena escala (ouro, turmalinas, quartzo) registou índices baixos durante o I semestre de 2005, com a excepção de turmalinas. Em 2006, prevê-se a colocação de técnicos nos principais centros de mineração, e intensificação das acções de fiscalização e inspecção neste sector, com vista a um maior controlo e monitorio da produção artesanal. Por outro lado, o Fundo de Fomento Mineiro irá expandir as suas áreas de actuação na comercialização do ouro.

D. Indústria Transformadora

Em 2006 a indústria transformadora irá registar um crescimento em 3,6%. A Mozal vai continuar a produzir na sua plena capacidade instalada, prevendo-se para 2006 um comportamento estacionário de 0,4% relativamente a 2005.

INDÚSTRIA TRANSFORMADORA-Taxas de Crescimento em Volume

SECTOR EMPRESARIAL			
Designação	2004	2005 PL	2006 PL
Fabricação de Alimentos	9.8	4.4	8.1
Fabric. Bebidas e Tabaco	3.7	4.6	5.6
Têxteis e Vestuário	10.9	12.0	5.0
Couro e Artigos de Couro	-4.7	0.3	1.6
Indústria da Madeira	-51.4	0.0	5.0
Papel e artes gráficas	45.5	1.3	1.4
Produtos Químicos	-5.3	0.9	2.9
Minerais não metálicos	3.4	0.0	7.2
Metalúrgica de base	33.7	0.5	0.4
Alumínio	33.8	0.5	0.4
Siderurgia	0.0	0.0	0.0
Outros	2.1	1.2	0.6
Prod. Metálicos, máquinas e equip.	5.0	4.0	4.5
Móveis e outros da Indu. Transf.	13.7	2.8	10.0
total Empresarial	17.4	3.2	3.6

Os níveis de produção do sector da indústria resultam da implementação de um conjunto de acções de promoção do investimento no País e o desenvolvimento do empresariado nacional, sendo de destacar, a isenção do pagamento de direitos aduaneiros às importações de matérias primas para a indústria.

O ramo da Indústria Alimentar, Bebidas e Tabaco, constitui a grande aposta do crescimento da Indústria transformadora no País, devido, por um lado, ao dinamismo que tem mostrado nos últimos anos e, por outro lado, devido ao peso que tem na estrutura global da produção industrial.

O sub-ramo de tabaco tem estado a melhorar os níveis de desempenho, devido aos investimentos realizados e a entrada em funcionamento de uma nova fábrica de processamento de tabaco em Tete. No conjunto dos produtos alimentares industriais, espera-se melhorar os indicadores registados no I semestre de 2005, com o aumento previsto na produção de óleos, consequência da instalação de uma nova refinaria de óleos da Fasol.

O ramo de papel e artes gráficas têm apresentado um comportamento instável nos últimos 3 anos, tendo registado um decréscimo durante o primeiro semestre de 2005. O Sector gráfico labora regra geral com base em encomendas. A tendência actual do mercado, tem sido a de se importar trabalhos de edição e impressão do exterior. Tem contribuído, também, para o fraco desempenho do sector, a utilização das novas tecnologias

de informação na impressão caseira de diversos documentos. Deste modo perspectiva-se para 2006, um crescimento ligeiro de 1,4%.

O ramo da indústria química, borracha e plástico, tem apresentado oscilações nos níveis de produção devido à presença no mercado, de produtos similares importados a custo baixo, com maior impacto na fabricação de produtos químicos e de material plástico. O ritmo de crescimento registado no primeiro semestre de 2005, mostra boas perspectivas para se superar o programado no plano. De referir que o ramo de borracha conta apenas com a Bandauto e alguns produtos da Facobol, dado que a Mabor, encontra-se paralisada.

Os minerais não metálicos, avaliados pelos ritmos de produção de cimento, vão crescer 7,2%, impulsionados pela entrada em funcionamento de uma nova fábrica de cimento em Nampula.

No ramo da indústria metalúrgica de base, projecta-se um comportamento estacionário de 0,4%, explicado pela estabilização da produção de alumínio.

E. Electricidade e Água

O sector de energia e água irá registar um crescimento de 4,3%. A produção nacional de energia será de 12,400 Gwh contra 11,900 Gwh de 2005. Este desempenho é fundamentado pela conclusão dos trabalhos de modernização e automação na Hidroeléctrica

de Cahorá Bassa, que tem permitido o funcionamento normal dos geradores, e portanto o aumento da produção de energia eléctrica para exportação tanto em regime de energia firme como para energia de ponta.

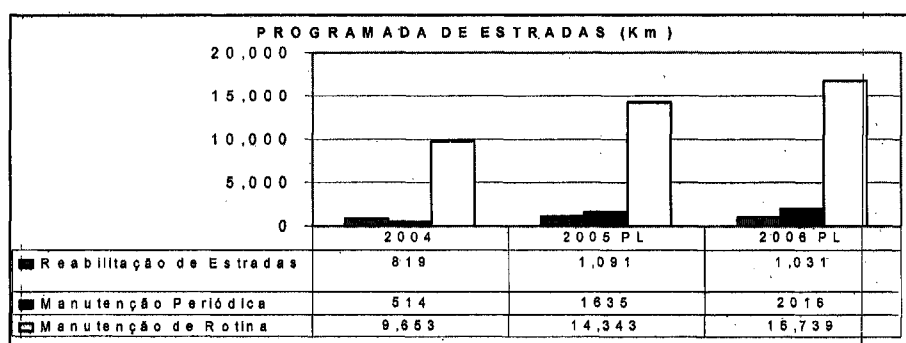
Em 2006, está prevista a expansão das redes de energia eléctrica para a região norte. A produção da água vai continuar a acompanhar as necessidades adicionais criadas pelo crescimento populacional rural e urbano, o que permite projectar um crescimento de 2.4%.

F. Construção

Na área de construção e montagem espera-se uma inversão na tendência dos indicadores de produção registados nos últimos anos, o que representará o retorno ao funcionamento normal deste sector.

A construção do sector empresarial vai crescer 33,3% em termos reais e 43,3% em nominais. Estes resultados são fundamentados pelo volume de investimento público a ser realizado na reabilitação da Linha de Sena, na construção e reabilitação de 10 pontes, onde se destaca a construção das Pontes sobre os Rios Zambeze em Caia, Rovuma em Cabo Delgado, e, a reabilitação da Ponte da Ilha de Moçambique.

A reabilitação das estradas primárias, secundárias e terciárias, prosseguirão, bem como a reabilitação de barragens, a ampliação de sistemas de abastecimento de água urbana e a construção de fontes de abastecimento de água rural.



Os trabalhos programados na área de estradas cobrem um percurso total de 19,786km contra 17,069 km de 2005.

Relativo à construção familiar está previsto um crescimento de 6,5% tendo como base o crescimento da produção dos principais materiais de construção.

G. Comércio

No sector do comércio, o Plano para o ano de 2006 aponta o alcance de uma taxa de 8.7%. Este crescimento é fundamentado pelo crescimento previsto na produção do sector real da economia, e pelo aumento líquido de importações de bens excluindo as de mega-projectos.

O comércio vai ser impulsionado com a simplificação de procedimentos administrativos de licenciamento comercial, com a implementação do Decreto.n.º 49/2004, sobre o licenciamento comercial e a criação dos Balcões únicos, o que de entre outros impactos tem promovido a expansão da rede comercial rural e urbana.

H. Restaurantes e hotéis

O actual ritmo de investimentos no sector e, em particular, a expansão do número de camas e de estabelecimentos hoteleiros e similares abrem boas perspectivas para o contínuo crescimento do sector. A entrada em funcionamento no ano de 2003 de estabelecimentos de alojamento com a classificação de três, quatro e cinco estrelas, sustentam o plano de prestação de serviços de 2006. O desempenho previsto é fundamentado pelo aumento previsto nas receitas por turismo na balança de pagamentos, onde se espera cerca de 124.4 milhões de dólares, contra 108 milhões de dólares previstos para 2005.

I. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Em 2006 o sector prevê atingir uma taxa de crescimento global de 9,6%. Contribuirá para este crescimento o transporte rodoviário e os serviços de comunicações.

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES – Taxas de Crescimento em

Designação	2004	2005 PL	2006 PL
Transporte Ferroviário	13.6	16.6	5.3
Transporte Rodoviário	19.2	8.4	5.4
Transporte por Oleodutos	3.5	15.5	37.0
Transporte Marítimo e Cabotagem	61.4	9.8	3.8
Transporte Aéreo	238.2	-2.2	5.3
Serviços relacionados com os Transportes	-47.0	4.0	4.3
Serviços de Comunicações	15.7	37.7	20.5
total	16.4	13.1	9.6

Entre os factores que dinamizarão o transporte ferroviário se destacam:

- A entrada em funcionamento de duas novas locomotivas no corredor de Nacala, em particular a reactivação do transporte ferroviário Cuamba-Lichinga (a circular pelo menos 1 vez por mês);
- A perspectiva de novos contratos com os exportadores que usam o porto de Maputo;
- A reactivação da linha férrea de Ressano-Garcia e de Goba; e
- O aumento do transporte e manuseamento de carga do Malawi.

O transporte rodoviário de passageiros registará um dinamismo, com a aquisição de 70 autocarros públicos para as Cidades de Maputo, Beira e Nampula. O transporte rodoviário de carga tem sido condicionado pelas necessidades impostas por todo o processo de produção e comercialização do sector real da economia, estando previsto um crescimento de 6%.

Apesar do crescimento previsto no transporte por oleodutos, regista-se uma sub-utilização da capacidade do pipeline, devido ao abrandamento da economia Zimbabueana, principal utilizadora. O crescimento de 37% corresponde ao reinício das actividades paralisadas no ano de 2004.

O desempenho esperado no transporte marítimo é sustentado pela efectivação da dragagem de emergência no Porto da Beira, o que permitirá a escalagem de navios de grande porte.

No transporte aéreo prevê-se um aumento do volume com a entrada de um novo operador, a Kenya Airways.

O volume de serviços de comunicações tem estado a registar crescimentos significativos devido à concorrência entre os operadores de telefonia fixa e móvel, o que resulta no aumento da oferta destes serviços. Prevê-se a Instalação dos Sistemas de Telecomunicações Rurais na Província de Gaza, nos distritos de Massangena, Mabalane, Guijá, Chigubo e Chicualacuala e a expansão dos serviços de telefonia móvel para os Distritos de Angoche e Malema em Nampula; Cuamba em Niassa e Gurue na Zambézia.

IV.2. SECTOR MONETÁRIO E CAMBIAL

A política monetária a ser implementada em 2006 continuará a ser prudente e compatível com os objectivos finais do Governo em termos de crescimento económico, redução da inflação e o alcance de um nível de reservas internacionais líquidas que garantam 4,4 meses de importação de bens e serviços não factoriais em 5,2 meses, excluindo os grandes projectos.

Para tal, os objectivos intermédios são de uma expansão dos meios totais de pagamento em 14,2%, uma taxa de crescimento do crédito a economia de 22%, compatível com o crescimento nominal do PIB, e, uma posição líquida das contas do Estado junto do sistema bancário de 1,528 milhões de contos.

O quadro abaixo mostra a realização dos Agregados do Programa Monetário até Junho de 2005 e o Programa para Dezembro de 2005 e 2006.

<i>Realização até Julho e Programa Monetário de 2005-2006</i>				
	Dez-04	Dez-05	Junho-05	Dez-06
	Real	Prog.	Real	Prog.
Reservas Internacionais Líquidas (milhões USD)	960.6	900	907.4	900
Massa Monetária (Var. Anual - %)	5.9	14.6	16.5	14.2
Crédito á Economia (Var. Anual - %)	-5.6	20.5	15.8	22
Inflação Homóloga (%)	9.1	8	6.1	7
Exportações (milhões de USD)	1,451.90	1,724.60	454.6(*)	1,802.50
Dos quais sem grandes projectos	403.4	460.9	152.1(*)	525
Importações (milhões de USD)	1,753.90	2,158.30	694.8(*)	2,349.30
Dos quais sem grandes projectos	1,474.20	1,810.90	82.1(*)	2,032.80
Ajuda Externa (Crédito e Donativos – milhões USD)	776.3	857.8	147.2(*)	1,002.50
(*) Dados referentes ao I semestre de 2005				

Em 2006, o Governo continuará a aperfeiçoar os mecanismos indirectos de controlo da oferta de moeda, prosseguindo com as reformas em curso nos mercados interbancários, complementadas com medidas de supervisão prudencial do sistema financeiro. As principais acções a realizar são as seguintes:

- Implementar o calendário para a adopção plena das normas previstas nos padrões internacionais de contabilidade, prevendo-se para o efeito o ajustamento do plano de contas das instituições de crédito e das sociedades financeiras;
- Submeter a Lei sobre Liquidação das Instituições de Crédito, à Assembleia da República;

- Submeter à Assembleia da República, a Lei Quadro do Sistema Nacional de Pagamentos;
- Consolidar a implementação da legislação sobre microfinanças, promovendo a formação dos operadores que participam nesta actividade, incluindo os órgãos do Governo, as quais serão delegadas competências para exercer algumas funções de supervisão;
- Prosseguir com a modernização do sistema nacional de pagamentos, introduzindo Sistema de Liquidações por Grosso (RTS);
- Prosseguir com a adequação da supervisão bancária aos desenvolvimentos do sistema financeiro.

iv.3. Inflação

Actualmente, a análise da evolução da inflação basea-se no Índice Agregado, denominado MABENA, que agrega os índices de preço das cidades de Maputo, Beira e Nampula, apresentando de uma forma equilibrada o índice de preços do País.

Conforme se pode observar nas tabelas que se seguem, a taxa de inflação acumulada de Janeiro a Junho foi de 2,1%. Por cidades, nota-se que Nampula teve a inflação acumulada ligeiramente mais elevada com 3,3%, tendo a cidade de Maputo alcançado 2,3% e Beira 1,0%.

ÍNDICE DE PREÇOS - MABENA - BASE DEZ 1998 = 100

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
ÍNDICE:												
2003	153.1	155.5	158.4	159.8	160.6	160.3	160.9	161.3	161.9	163.1	164.4	169.0
2004	174.1	175.7	177.5	178.9	179.2	178.7	179.3	179.1	179.2	180.2	181.2	184.7
2005	186.8	186.4	186.5	185.9	185.6	188.6						
TAXA DE VARIAÇÃO EM CADEIA (%):												
2003	0.9	1.6	1.8	0.9	0.5	-0.2	0.4	0.3	0.4	0.7	0.8	2.8
2004	3.0	0.9	1.0	0.8	0.2	-0.3	0.3	-0.1	0.0	0.6	0.6	1.9
2005	1.1	-0.2	0.1	-0.3	-0.2	1.7						
TAXA DE CRESCIMENTO HOMÓLOGA (%):												
2003	8.3	8.0	10.8	12.8	14.2	13.3	12.6	12.3	11.7	11.9	11.1	11.4
2004	13.7	13.0	12.1	11.9	11.6	11.5	11.4	11.1	10.6	10.5	10.2	9.3
2005	7.3	6.1	5.1	3.9	3.5	5.6						
TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA NO ANO (%):												
2003	0.9	2.5	4.4	5.3	5.8	5.6	6.0	6.3	6.7	7.5	8.4	11.4
2004	3.0	3.9	5.0	5.8	6.1	5.7	6.1	6.0	6.0	6.6	7.2	9.3
2005	1.1	0.9	1.0	0.6	0.5	2.1						

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

ÍNDICE DE PREÇOS - MAPUTO - BASE DEZ 1998 = 100

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
ÍNDICE:												
2003	157.1	160.7	164.9	166.9	169.7	168.3	168.3	169.4	170.8	172.3	173.8	179.2
2004	184.4	185.3	187.1	189.6	190.8	190.7	190.7	189.8	189.5	190.6	192.7	195.5
2005	198.5	197.6	198.4	198.1	198.1	200.1						
TAXA DE VARIAÇÃO EM CADEIA (%):												
2003	-0.3	2.3	2.6	1.2	1.6	-0.8	0.0	0.6	0.7	1.0	0.9	3.1
2004	2.9	0.5	1.0	1.3	0.6	-0.1	0.0	-0.5	-0.2	0.6	1.1	1.5
2005	1.5	-0.4	0.4	-0.2	0.0	1.0						
TAXA DE CRESCIMENTO HOMÓLOGA (%):												
2003	9.0	10.1	13.7	14.8	16.5	14.4	13.2	13.3	14.0	14.7	13.6	13.8
2004	17.4	15.3	13.5	13.6	12.5	13.3	13.3	12.0	11.1	10.6	10.8	9.1
2005	7.6	6.7	6.1	4.5	3.8	4.9						
TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA NO ANO (%):												
2003	-0.3	2.0	4.7	6.0	7.7	6.9	6.9	7.5	8.3	9.4	10.4	13.8
2004	2.9	3.4	4.4	5.8	6.5	6.4	6.4	5.9	5.7	6.3	7.5	9.1
2005	1.5	1.1	1.5	1.3	1.3	2.3						

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

ÍNDICE DE PREÇOS - BEIRA - BASE DEZ 1998 = 100

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
ÍNDICE:												
2003	153.4	153.5	155.9	157.2	158.5	160.5	161.8	161.4	161.2	162.3	163.6	166.4
2004	171.2	174.4	176.4	176.5	175.9	174.9	176.6	177.3	177.6	178.4	178.2	180.5
2005	182.0	182.5	181.4	179.8	179.0	182.3						
TAXA DE VARIAÇÃO EM CADEIA (%):												
2003	1.6	0.1	1.5	0.9	0.8	1.3	0.8	-0.2	-0.1	0.7	0.8	1.7
2004	2.9	1.8	1.2	0.1	-0.3	-0.6	1.0	0.4	0.1	0.5	-0.1	1.3
2005	0.8	0.3	-0.6	-0.8	-0.5	1.9						
TAXA DE CRESCIMENTO HOMÓLOGA (%):												
2003	4.9	4.0	6.6	10.6	12.5	12.9	12.8	11.4	8.9	8.9	8.8	10.2
2004	11.6	13.6	13.2	12.3	11.0	9.0	9.1	9.8	10.1	9.9	9.0	8.5
2005	6.3	4.7	2.8	1.9	1.7	4.2						
TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA NO ANO (%):												
2003	1.6	1.6	3.2	4.0	4.9	6.3	7.1	6.9	6.7	7.4	8.3	10.2
2004	2.9	4.8	6.0	6.1	5.7	5.1	6.1	6.5	6.7	7.2	7.1	8.5
2005	0.8	1.1	0.5	-0.4	-0.8	1.0						

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

ÍNDICE DE PREÇOS - NAMPULA - BASE DEZ 1998 = 100

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
ÍNDICE:												
2003	141.4	144.3	143.6	142.9	136.9	135.2	136.7	136.8	137.2	136.6	137.6	142.9
2004	148.3	149.1	150.3	150.5	150.1	149.3	149.8	150.7	151.8	152.9	152.7	160.0
2005	160.4	159.8	160.3	160.4	159.6	165.3						
TAXA DE VARIAÇÃO EM CADEIA (%):												
2003	3.8	2.1	-0.5	-0.5	-4.2	-1.2	1.1	0.1	0.3	-0.4	0.7	3.8
2004	3.8	0.6	0.8	0.1	-0.3	-0.5	0.4	0.6	0.7	0.7	-0.1	4.7
2005	0.3	-0.4	0.3	0.1	-0.5	3.5						
TAXA DE CRESCIMENTO HOMÓLOGA (%):												
2003	12.7	8.3	8.3	8.7	8.0	9.1	9.0	9.4	8.7	7.5	6.5	5.0
2004	4.9	3.3	4.7	5.3	9.6	10.4	9.6	10.2	10.7	11.9	11.0	11.9
2005	8.1	7.1	6.6	6.6	6.4	10.7						
TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA NO ANO (%):												
2003	3.8	6.0	5.5	5.0	0.5	-0.7	0.4	0.5	0.8	0.4	1.1	5.0
2004	3.8	4.4	5.2	5.3	5.0	4.5	4.9	5.5	6.3	7.0	6.9	11.9
2005	0.3	-0.1	0.2	0.3	-0.2	3.3						

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Espera-se que até ao final do ano de 2005, a inflação se situe na banda de 1 dígito, 6,3%. Para o ano de 2006 o Governo irá implementar políticas por forma a garantir que a taxa de inflação se situe nos 7,5%.

Iv.4. Balança de pagamentos

Em 2006, o Governo continuará a aperfeiçoar os mecanismos indirectos de controlo da oferta de moeda, prosseguindo com as reformas em curso nos mercados interbancários, complementadas com medidas de supervisão prudencial do sistema financeiro.

Espera-se que as exportações de bens em 2006, alcancem 1,802,5 milhões de dólares, o que comparativamente a igual período de 2005, representará um crescimento da ordem dos 5%. As exportações dos grandes projectos vão cair no conjunto dos produtos transacionados por Moçambique nos mercados internacionais, com um contributo da ordem dos 1,278 milhões de dólares. Notar que as exportações dos grandes projectos terão um crescimento modesto, cerca de 1%.

A conta parcial de bens deteriora em cerca de 26%, em face de uma previsão de exportações de bens em torno dos USD 1,802.2 milhões. O maior impulso será dado pelos produtos tradicionais, que poderão crescer na ordem dos 14%, com destaque para:

- Tabaco processado, em substituição parcial do tabaco em bruto, o que vai conferir valor acrescentado no mercado internacional;

- Madeira serrada, em substituição da madeira em toros, que representava cerca de 80% das exportações deste sub-sector;

- Acréscimo na exportação de açúcar, pese embora as reformas em curso na União Europeia.

BALANCA COMERCIAL - 10^6 USD					
	2003	2004	2005 IS	2005 PL	2006 PL
BALANCA COMERCIAL	-627.8	-302.0	-240.2	-433.7	-546.8
Exportacoes (fob)	1043.9	1451.9	454.6	1724.6	1802.5
das quais: Grandes Projectos	680.9	1048.5	302.5	1263.7	1277.5
Taxa de Crescimento (%)	0.0	39.1		18.8	4.5
Importacoes (cif)	-1671.7	-1753.9	-694.8	-2158.3	-2349.3
das quais: Grandes Projectos	-303.6	-279.7	-82.1	-1810.9	-2032.8

Por seu turno, estima-se que em 2006 as importações de bens venham a atingir 2,349.3 milhões de dólares, dos quais 2032.8 milhões de dólares constituem importações dos grandes projectos, o que representará uma queda em cerca de 9%, como resultado da redução das importações de materiais de construção de grandes projectos.

A posição externa do País poderá deteriorar-se em USD 4.0 milhões, comparativamente a previsão para finais de Dezembro de 2005, tendo em conta que o défice global da balança de pagamentos aumentará para USD 304.6 milhões em Dezembro de 2006, contra uma previsão de USD 300.6 milhões até Dezembro do corrente ano.

A conta corrente passará de um saldo deficitário de cerca de USD 804.0 milhões em Dezembro de 2005 para USD 797.7 milhões em 2006, reflectindo:

- uma melhoria de 36,3% nas transferências a favor do Estado, que têm por base um total de desembolsos de ajuda externa equivalente a USD 436.5 milhões em 2006,

comparativamente a Dezembro de 2005. Com efeito, particular destaque vai para os donativos especiais que terão um peso de 41,6% do total e os donativos em espécie que decrescerão em 62,5%.

Relativamente às importações, em 2006, prevê-se um crescimento de 9%, comparativamente a 2005. O valor das importações excluindo grandes projectos, poderá crescer em 12% devido a:

- Subida do preço de combustíveis no mercado internacional;
- Impacto do HIV/SIDA na demanda por importações de medicamentos;
- Aumento das importações de bens de consumo, com destaque para os cereais na sequência da seca em alguns pontos do País.

Realização até Junho e BOP 2005-2006		Dez-04	Dez-05	Junho-05	Dez-06
		Real	Prog	Real	Prog
1. Conta Corrente		-607.3	-804	-515.2	-797.7
A Bens e Serviços		-621.7	-819.2	-461	-916.5
Bens		-345.8	-433.7	-242.9	-546.8
Serviços		-275.8	-385.5	-218.1	-369.7
B. Rendimentos		-299.5	-305	-288.8	-317.7
C. Transferências Correntes		313.8	320.2	234.6	436.5
Administração Central		333.4	320.2	246.2	436.5
Outros Sectores (residual)		-19.6	0	-11.6	0
2. Conta Capital		263	188.4	50.2	190
3. Conta Financeira		-46.6	315.1	235.7	303.1
4. Erros e Omissões		207.9	0	112.7	0
Saldo Global		-183	-300.6	-116.6	-304.6
Financiamento		183	300.6	116.6	304.6
Activos de reserva (residual)		-169.1	60.6	75.2	0
Utilização do crédito FMI (residual)		-11.9	0	-22.1	0
Financiamento ao serviço da dívida		363.9	240	63.5	304.6

Prevê-se ainda:

- Deterioração do saldo da conta de rendimentos em USD 12.8 milhões, explicado pelo aumento de lucros e dividendos expatriados por empresas que operam ao abrigo do investimento directo (previsão de USD 202 milhões, contra USD 198 milhões em Dezembro de 2005), acrescido de um maior encargo com juros da dívida governamental e privada, equivalentes a USD 190.1 milhões e USD 129.0 milhões, respectivamente;
- Ligeira melhoria da conta de capital em 0,9%, devido ao financiamento externo sob forma de donativos para investimentos destinados a programas de reconstrução de infra-estruturas económicas e sociais, que no período totalizarão USD 190 milhões, contra uma previsão de USD 188.4 milhões até finais de Dezembro de 2005;
- Entrada líquida de recursos financeiros, na ordem de USD 303.1 milhões, sustentado pelos fluxos de investimento directo estrangeiro (IDE), que no período se fixarão em USD 283.2 milhões, contra USD 299.5 milhões previstos até finais de Dezembro de 2005. A diminuição do fluxo de IDE será consentânea com a desaceleração dos lucros reinvestidos pelos grandes projectos no País bem como de Outro Capital. Por outro lado, o agravamento em 21% dos encargos de serviço da dívida por parte da Administração Central, contribuirá para o fraco desempenho da conta financeira;
- Financiamento do défice global da balança de pagamentos será assegurado pelas tradicionais operações de perdão e rescalonamento da dívida externa no valor de USD 304.6 milhões, contra uma previsão de USD 300.6 milhões em Dezembro de 2005. Referir que está previsto um financiamento excepcional ao serviço de dívida externa de USD 204 milhões com um desgaste

de reservas internacionais líquidas em USD 60.6 milhões até finais de Dezembro do ano em curso enquanto que para 2006 o financiamento será totalmente coberto pelas tradicionais operações de perdão e rescalonamento da dívida externa.

V. Principais Desenvolvimentos por Sector**V.1. ÁREA SOCIAL****A. Educação**

Na área da Educação, em 2006 continuará a ser privilegiado a expansão do acesso e a melhoria da qualidade do ensino. Também constituirá prioridade o reforço da capacidade institucional nos diferentes níveis de administração educacional.

Para o alcance destes objectivos, serão realizadas as seguintes actividades:

Expansão do Acesso à Educação**Educação Geral**

Em 2006 prevê-se que o número de alunos no Ensino Geral cresça em cerca de 13.6% comparativamente ao ano de 2005, mantendo-se assim a tendência de crescimento que vêm sendo registada em relação aos anos anteriores. Por níveis de ensino, espera-se um crescimento mais acentuado no número de alunos do ensino primário. Em termos de rede escolar, prevê-se que em 2006 esta registe um crescimento de cerca de 5.4% comparativamente ao ano de 2005.

A construção de escolas a baixo custo será promovida em 2006 tendo em vista a expansão do acesso. Assim, depois da fase piloto do Programa de Construção de Escolas a Baixo Custo em quatro províncias, nomeadamente, Cabo Delgado, Nampula, Tete e Zambézia, será implementado em todas as províncias.

Educação Geral: Effectivos Escolares em 2004/2006

Nível	Escolas						Alunos					
	Real 2004	Prev. 2005	Plano 2006	Evolução, %			Real 2004	Prev. 2005	Plano 2006	Evolução, %		
				Pr05/R04	P06/Pr05					Pr05/R04	P06/Pr05	
EP1	8,373	8,696	9,002	3.9	3.5		3,071,564	3,393,677	3,838,965	10.5	13.1	
EP2	1,116	1,320	1,526	18.3	15.6		409,279	452,888	538,783	10.7	19.0	
ESG1	140	156	180	11.4	15.4		168,798	210,108	232,157	24.5	10.5	
ESG2	30	35	46	16.7	31.4		21,350	18,822	19,975	-11.8	6.1	
Total	9,659	10,207	10,754	5.7	5.4		3,670,991	4,075,495	4,629,880	11.0	13.6	

Por províncias, o crescimento previsto é de 5,4% (+547 escolas) da rede escolar do ensino geral em 2006, estará distribuído segundo a tabela a seguir ilustra:

Novas Escolas a Funcionarem em 2006				
Província	EP1	EP2	ESG1	ESG2
Cabo Delgado	26	21	-	1
Niassa	25	22	4	-
Nampula	55	38	3	2
Zambézia	63	32	4	-
Tete	37	16	1	-
Manica	51	16	2	1
Sofala	32	13	3	3
Inhambane	7	15	2	1
Gaza	8	13	2	-
Maputo Prov.	2	16	1	1
Maputo Cid.		4	2	2
Total	306	206	24	11

Ensino Pré-Escolar

No âmbito do Ensino Pré-Escolar, em 2006, serão realizadas as seguintes actividades:

- Continuação do desenvolvimento e introdução, de modo experimental, de cursos de formação de animadores para as "Escolinhas Comunitárias", iniciado em 2005; e
- Continuação do desenvolvimento do Programa de Educação Parental, usando o Programa de Alfabetização e Educação de Adultos com vista a assegurar cuidados e educação na 1ª Infância.

Educação Especial

No domínio da Educação Especial, em 2006, terão continuidade as seguintes acções:

- Inclusão de crianças com necessidades educativas especiais e portadoras de deficiências motoras, cegos e surdos;

- Reabilitação de duas escolas especiais (ambas na cidade de Maputo) e
- Construção de três centros de recursos para a Educação Especial (um centro em Gaza, um Centro em Nampula e um centro em Tete).

Ensino Primário

No Ensino Primário do 1º Grau (EP1), prevê-se que cerca de 3,8 milhões de alunos frequentem o EP1, o que corresponde a um crescimento de 13,1% comparativamente ao ano de 2005. Estes alunos irão frequentar 9,002 escolas, o que representa um crescimento de 3,5% comparativamente a 2005.

Em termos de cobertura escolar, prevê-se que a taxa líquida de escolarização no EP1 passe dos actuais 83,4% para 88% e que a taxa bruta de admissão aumente em 7%, passando dos actuais 154,7% para 161,7%.

Em relação ao género, espera-se que a taxa líquida de escolarização das raparigas no EP1 alcance em 2006 os 86% (+4,9% que 2005) e que a percentagem de raparigas no EP1 evolua dos actuais 46,3% para 48%.

No Ensino Primário do 2º Grau (EP2), em 2006, o número de alunos irá crescer em cerca de 19% comparativamente ao ano de 2005, i.e., um acréscimo de mais 85,895 alunos em relação aos 452,888 alunos registados em 2005. Mantém-se assim a tendência de um crescimento forte deste nível de ensino que se verifica desde o ano lectivo de 1995, e particularmente a partir de 2000. Em consequência, a taxa de escolarização bruta neste grau aumentará dos actuais 45,2% para 53,9% em 2006.

A taxa global de conclusão no EP2 será de 40%, sendo 34% para raparigas.

A taxa líquida global de escolarização no EP1 e EP2 será de 85%, sendo de 82% para raparigas.

Em termos de escolas, prevê-se que mais 206 escolas leccionem este grau de ensino em 2006, aumentando assim o número de escolas que leccionam este nível das actuais 1,320 escolas para 1,526.

Em termos de ingressos, prevê-se que em 2006 frequentem a 6ª classe na condição de novos ingressos um total de cerca de 257,9 mil alunos, o que representa um crescimento de 14,1% em relação ao valor observado em 2005. A taxa de admissão bruta aumentará assim dos actuais 45,0% para 51,5% em 2006, mantendo-se assim a tendência crescente que se verifica desde o ano lectivo de 1995.

Em termos de salas de aulas para o ensino primário, em 2006 prevê-se a construção de 2.213 salas de aulas distribuídas da seguinte forma: Cabo Delgado (155), Gaza (162), Inhambane (211), Manica (214), Maputo (144), Nampula (281), Niassa (194), Sofala (244), Tete (175), Zambézia (350) e Cidade de Maputo (83).

Ensino Secundário

No Ensino Secundário do 1º Ciclo (ESG1), prevê-se que cerca de 232,1 mil alunos frequentem este nível de ensino em 2006, o que representa um crescimento de 10,5% em relação aos valores observados em 2005. Estes alunos irão frequentar um total de 180 escolas o que representa um incremento de mais 24 escolas comparativamente ao número de escolas que lecciona este nível de ensino em 2005 (156 escolas).

Em relação ao Ensino Secundário do 2º Ciclo (ESG2), prevê-se que em 2006 frequentem este ciclo cerca de 19,9 mil alunos o que representa um crescimento de 6,1% relativamente a 2005 (18,8 mil alunos em 2005). Este nível de ensino será leccionado em 46 instituições de ensino, o que representa um acréscimo de mais 11 escolas em relação a 2005.

Educação à Distância

No âmbito da Educação à Distância, em 2006, as atenções serão concentradas no seguinte:

- Continuação da implementação do Projecto de Ensino Secundário à Distância (PESD) que decorre na província de Nampula, e seu alargamento para mais distritos da província;
- Avaliação do Projecto Piloto de Educação Secundária à Distância, a decorrer na província de Nampula;
- Aumento de matrícula inicial nos programas de ensino à distância, passando dos actuais 50 para 150 alunos em cada centro;
- Inscrição de 3.875 professores, para o curso médio de formação de professores à distância, abrangendo todas as províncias do país;
- Inscrição de 4.132 professores para o curso básico (7ª+3) de formação de professores à distância, abrangendo 390 em Cabo Delgado; 822 em Nampula; 2659 na Zambézia; 112 em Manica e 149 em Inhambane.

Formação do Corpo Docente

A formação do corpo docente será prosseguida em 2006, no quadro dos esforços em curso ao nível do sistema de educação, tendentes a elevar a capacitação profissional dos docentes.

Durante o ano de 2006, no domínio da estratégia de Formação Técnica-Profissional e com base nas reflexões realizadas em 2005, será feita a formação de 250 professores para este tipo de ensino, a todos os níveis, de modo a responder aos imperativos que actualmente se impõem.

Espera-se que em 2006 frequentem os cursos de Formação de Professores Primários de 7ª+3 (CFPPs) um total de 5,691 alunos, número ligeiramente inferior ao observado em 2005 (5,813 alunos), o que corresponde a uma redução de 2,1%, resultante do facto de a maioria dos centros estar em processo de reabilitação. Este curso será leccionado em 11 instituições de ensino distribuídas por todas as províncias com excepção da cidade de Maputo.

Em relação aos cursos médios de formação de professores (IMAPs), prevê-se que em 2006, frequentem em regime diurno nos 10 IMAPs existentes a nível nacional, um total de 5,433 alunos, o que representa um crescimento de 27% comparativamente aos alunos registados em 2005, e um total de 1,812 alunos em regime nocturno, representando um crescimento de 4%.

Formação do Corpo Docente

Nível	Real 2004	Prev. 2005	Plano 2006	Evolução, %	
				Pr05/R04	P06/Pr05
CFPP's (Básico) - Total de Alunos	5,853	5,813	5,691	-0.7	-2.1
IMAP's (Médio) - Total de Alunos - Diurno	4,040	4,278	5,433	5.9	27.0
IMAP's (Médio) - Total de Alunos - Nocturno	2243	1742	1,812	-22.3	4.0
Total	12,136	11,833	12,936	-2.5	9.3

Fonte: MINED

Espera-se recrutar 9.100 funcionários da educação, sendo 600 funcionários administrativos, 8.500 docentes, dos quais, 5.800 para o EPI.

Com vista responder a demanda de docentes formados importa destacar:

- A reabilitação e ampliação do CFPP de Inhamissa (Gaza);
- A construção do IMAP de Chimoio (Manica).

Educação Técnico Profissional

Será iniciada a implementação do Projecto Integrado da Reforma da Educação Profissional (PIREP), através da elaboração e implementação da fase piloto, que incidirá sobre a reabilitação das Escolas Industrial e Comercial de Pemba, Escola Industrial e Comercial de Inhambane, Escola Industrial e Comercial de Nampula, Escola Comercial de Maputo e Instituto Industrial e Comercial da Beira; e na formação acelerada de gestores e dos formadores para esta área.

Serão igualmente desenvolvidas as seguintes acções:

- Introdução do curso de turismo na Escola Comercial de Maputo;
- Apetrechamento dos laboratórios e escritórios das escolas do ensino técnico;
- Actualização dos currículos da Escola Comercial de Maputo, Escola Básica Agrária de Umbeluzi, Escola Básica Agrária de Chókwè, Escola Profissional de Inhamissa e Instituto Agário de Chimoio.
- Continuação do programa de construção do Lar da Escola profissional da Moamba, do Centro de Formação de Professores para o Ensino Técnico em Maputo e da transformação da Escola Comercial de Lhanguene em Instituto Médio;
- Reabilitação da Escola Industrial de Montepuez, da Escola Agrária de Chókwè, da Escola Industrial e Comercial de Xai-Xai, da Escola Industrial e Comercial de Lichinga e da Escola Agrária de Mocuba; e
- Início da Construção da Escola de Fauna e Eco-Turismo em Marrupa, na Província de Niassa.

Ao nível deste subsistema de ensino, prevê-se que em 2006 o ensino técnico elementar seja leccionado em 13 escolas com um total de 1,986 alunos o que representa um crescimento de 15.7% em relação ao valor observado em 2005 (1,716 alunos).

O nível básico diurno será frequentado em 2006 por um total de 22,778 alunos o que representa um crescimento de 15% relativamente aos valores observados em 2005 (19,804 alunos).

O nível médio diurno será frequentado por 4,598 alunos, o que representa um crescimento de 16.8% em relação ao valor observado no corrente ano lectivo (3,936 alunos).

Alfabetização e Educação de Adultos

No âmbito da alfabetização e educação de adultos, em 2006, especial atenção será dada à expansão dos programas de alfabetização funcional, educação de adultos e educação não formal, com enfoque para a mulher e rapariga, em cerca de 60%, visando o equilíbrio de género, e avaliação da fase piloto do Programa de Alfabetização via Rádio e Televisão, e revisão e alargamento para as restantes províncias do País.

Assim, prevê-se que em 2006 frequentem o 1º e o 2º anos um total de 793 mil alfabetizandos, dos quais 160 mil serão via rádio, o que corresponde a um aumento de 40.2% em relação ao valor observado em 2005 (565,5 mil alfabetizandos). O número de unidades que se prevê que leccionem este nível de ensino será de 3,545, número ligeiramente superior às registadas em 2005 (3,096 unidades). Por províncias, os 793 mil alfabetizandos serão distribuídos da seguinte forma: Cabo Delgado (95,3 mil), Gaza (19,1 mil), Inhambane (43,5 mil), Manica (49,1 mil), Maputo (40,4 mil), Nampula (230,2 mil), Niassa (24,2 mil), Sofala (50,2 mil), Tete (64,1 mil), Zambézia (154,6 mil) e Cidade de Maputo (22,1 mil).

Ao nível do 3º ano, é proposto para o ano 2006 um total de 195,4 mil educandos, o que representa um crescimento de 46.5% em relação ao valor observado em 2005 (133,4 mil educandos).

Para assegurar a alfabetização ao nível do 1º, 2º e 3º anos para a educação de adultos, serão recrutados cerca de 33.3 mil alfabetizadores, dos quais 9,7 mil serão para Nampula e 5,9 mil serão para Zambézia.

Melhoria da Qualidade do Ensino

Com o objectivo de melhorar a qualidade de ensino, em 2006, prevê-se:

- Consolidar a implementação do novo currículo do ensino básico;
- Disponibilizar o livro de distribuição gratuita e materiais de ensino para o ensino primário;
- Atingir uma taxa de conclusão no EP1 de 75%;
- Atingir uma taxa de conclusão das raparigas no EP1 de 67%;
- Continuar a implementação do ensino bilingue e de múltiplas classes no ensino primário;
- Continuar o trabalho de desenho e implementação de um novo currículo do ensino secundário;
- Elaborar os módulos de Educação Técnica-Profissional direccionados para a preparação dos alunos do Ensino Geral de modo a dotá-los de capacidade de intervenção nos programas de desenvolvimento das suas comunidades;

- Proceder à introdução do Currículo de Alfabetização e Pós-Alfabetização e testagem dos materiais de ensino e formação produzidos em 2005;
- Avaliar os Programas Piloto de Ensino Não Formal (ENF), e proceder à sua revisão e alargamento para novas províncias;
- Revitalizar os Núcleos Pedagógicos de Base (NPB's) com a função específica de capacitação pedagógica dos alfabetizadores e educadores de adultos, visando a melhoria de serviços de educação básica a oferecer aos adultos;
- Criar programas especiais de intervenção educativa precoce para portadores de necessidades educativas especiais;
- Continuar a revitalização das ZIPs, enfatizando programas de formação em serviço coordenados, baseando-se na experiência do CRESCER (Cursos de Reforço Escolar: Sistemáticos, Contínuos, Experimentais e Reflexivos); e
- Implementar programas de formação de directores de escola em gestão escolar, que conduzam à melhoria da eficiência do sistema educativo.
- Visando reduzir em 10% as necessidades em produtos alimentares nos centros internatos e lares, em 2006 será reactivada a produção escolar em todos os subsistemas de ensino com enfoque para a reintrodução agropecuária em 20 escolas do ensino técnico-profissional públicas e em 182 centros internatos. As actividades agropecuárias serão orientadas para a produção de cereais, hortícolas, leguminosas, peixe, carne e mel, bem como plantio de árvores de fruta.

Ensino Superior

Na área do Ensino Superior, em 2006, será priorizada a regulamentação da lei 5/2003 e sua implementação, e a implementação da 2ª fase do Plano Estratégico do sector (2005-2009). Neste sentido, será privilegiado o seguinte:

- Aprovação do Regulamento de criação de Instituições de Ensino Superior;
- Criação da Comissão Nacional de Acreditação e Qualidade (CNAQ);
- Aprovação do Regulamento do Sistema Nacional de Acumulação e Transferência de Créditos Académicos (SNACTCA);
- Aprovação da Política Social do Estudante e respectiva regulamentação;
- Publicação de estatísticas e indicadores do sector;
- Criação do Fundo para Pós-graduação;
- Regulamentação do Fundo de Bolsas de Estudo; e
- Definição da estratégia de formação acelerada do Corpo Docente.

Saúde Escolar

Neste âmbito, em 2006, maior atenção será prestada ao seguinte:

- Reactivação, em coordenação com o sector da Saúde e com a participação das comunidades, do Programa de Saúde Escolar;

- Realização de acções de sensibilização nas instituições de ensino, sobre os riscos que advêm do uso de estupefacientes e substâncias psicotrópicas; formação de activistas e capacitação dos professores para lidarem com o assunto;
- Desenvolvimento de acções de sensibilização nas escolas e nos centros internatos, visando a protecção da saúde dos alunos; e
- Prosseguimento do programa de desparasitação nas escolas do Ensino Primário expandindo-o a todo país.

Integração do Género

Neste âmbito, em 2006, maior atenção será prestada ao seguinte:

- Realização de acções de sensibilização às raparigas sobre a importância do ingresso no ensino com a idade oficial, tendo em vista o aumento do número de raparigas que entram no EPI com a idade certa (6 anos);
- Desenvolvimento de acções de sensibilização aos pais e as comunidades, sobre a importância da educação da rapariga, tendo em vista elevar a percentagem da presença da rapariga na escola, prestando especial atenção aos distritos do país em que a mesma se situa abaixo dos 40%; e
- Identificação e implementação de estratégias para aumentar a percentagem de mulheres como professoras.

Prevenção e Combate ao HIV/SIDA

Neste âmbito, em 2006, os esforços serão concentrados no seguinte:

- Integração dos aspectos relacionados com o HIV/SIDA na Política Nacional da Educação e nos currículos da educação;
- Consolidação da integração de indicadores sobre o HIV/SIDA na planificação da educação, com vista a aferir com objectividade o impacto da epidemia no desenvolvimento do sector;
- Expansão do programa sobre Saúde Sexual e Reprodutiva destinado a adolescentes e jovens, passando das províncias de C. Delgado, Gaza, Maputo, Tete, Zambézia, Cidade de Maputo, Inhambane e Niassa abrangidas até 2005, para Namíbia em 2006;
- Consolidação do programa educativo sobre HIV/SIDA direccionado especificamente para a faixa etária dos 8 aos 15 anos ("Janela de Esperança");
- Introdução de um programa de acção social direccionado ao apoio às crianças órfãs e vulneráveis nas escolas; e
- Formação e capacitação dos Técnicos Provinciais, das autoridades comunitárias em matéria de HIV/SIDA (chefes tradicionais, líderes religiosos, médicos tradicionais, mestres dos ritos de iniciação e outros).

Desporto Escolar

No desporto escolar, serão priorizadas as seguintes acções:

- Formação de jovens como professores de educação física e desporto; e

- Intensificação de actividades desportivas e culturais nas escolas como complemento do sistema de ensino aprendizagem.

Desenvolvimento Institucional

No âmbito do desenvolvimento institucional, em 2006, serão realizadas as seguintes acções:

- Revisão da Lei do Sistema Nacional de Educação;
- Continuação do trabalho de Elaboração da Carta Escolar, abrangendo as províncias de Nampula, Gaza e Cidade de Maputo; e
- Aprovação do Estatuto da Carreira do Docente de forma a assegurar um processo contínuo e dinâmico de promoção e progressão nas carreiras profissionais bem como a valorização da carreira.

B. Ciência e Tecnologia

Na área de Ciência e Tecnologia (C&T), em 2006, os esforços continuarão centrados no desenvolvimento de um sistema de investigação científica, promoção da inovação e desenvolvimento e adopção de tecnologias, incluindo as de informação e de comunicação, de forma a responderem cada vez mais aos desafios do desenvolvimento do País.

Investigação Científica

Neste âmbito, as atenções serão concentradas no estabelecimento do Sistema de Investigação Científica, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação e criação de mecanismos de coordenação institucional e de financiamento. Assim, em 2006, maior atenção será concentrada no seguinte:

- Criação de dois conselhos científicos temáticos (saúde e agricultura);
- Consolidação e implementação do Fundo Nacional para a Investigação através da implementação de um programa de apoio à realização de projectos de investigação;
- Dinamização das actividades dos Centros Regionais de Ciência e Tecnologia (CRCT's), visando a promoção da produção científica, inovação, disseminação dos resultados, e de transferência de tecnologias apropriadas;
- Realização de três expedições de cientistas e investigadores para a região Sul, Centro e Norte, visando o diagnóstico de oportunidades e obstáculos ao desenvolvimento ao nível local e comunitário;
- Elaboração de uma estratégia visando a protecção da propriedade intelectual em Moçambique; e
- Desenvolvimento e implementação de um sistema de indicadores sobre C&T.

Transferência de Tecnologia, Divulgação, Promoção e Inovação

Neste âmbito, as atenções serão concentradas no estabelecimento de actividades que concorram para o desenvolvimento tecnológico e inovação, priorizando o seguinte:

- Promover a criação de duas (2) incubadoras tecnológicas e de negócios;
- Organização da Mostra de Ciência e Tecnologia em Maputo Cidade, Gaza, Tete e Nampula;
- Aquisição e distribuição de kits científicos para escolas secundárias;
- Implementação da iniciativa Ciência em Movimento através de apresentações móveis de Ciência e Tecnologia nas escolas e comunidades; e
- Estabelecimento de um programa de ligação entre a investigação científica e a indústria.

Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs)

Com vista a melhorar a eficiência e eficácia na prestação de serviços públicos, assegurar a transparência e prestação de contas, dar acesso a informação para facilitar as actividades dos cidadãos, o Governo irá concentrar as suas atenções na:

- Implementação da Estratégia do Governo Electrónico; e
- Implementação do Observatório de Tecnologias de Informação e Comunicação.

Desenvolvimento Institucional

No âmbito do desenvolvimento institucional, em 2006, será priorizado o seguinte:

- Disseminação da Política e implementação da Estratégia de Ciência e Tecnologia; e
- Estabelecimento do Conselho Nacional de Ética em Ciência e Tecnologia.

C. Saúde

Na área da saúde, em 2006, será priorizado o aumento do acesso aos serviços de saúde, o incremento da eficiência na utilização dos recursos e a melhoria da qualidade dos serviços prestados, tendo em vista a redução da morbi-mortalidade da população.

Expansão da Rede Sanitária

Neste âmbito, será priorizado o aumento do acesso aos cuidados de saúde através da expansão e reabilitação da rede sanitária, sendo de destacar o início da construção do novo Hospital Geral da Matota na Província de Maputo e Nacala-Porto em Nampula. Merece também destaque, o início da realização de estudos/projectos para a construção dos hospitais gerais de Matundo (Tete); Manga Loforte (Beira), segundo ilustra a tabela a seguir:

Obras de Construção previstas para 2006					Obras de Reabilitação e Ampliação previstas para 2006				
Províncias	Hosp. R/G/D	IdF	CSU	CSR-II	Hosp. C/P	Hosp. R/G/D	CSR-I		CSU
Niassa	-	1	-	-	1	2	1	-	-
C. Delgado	-	1	-	6	1	-	1	-	-
Nampula	1	-	1	-	1	1	-	-	-
Zambézia	-	1	-	14	1	4	6	-	-
Tete	1	-	-	1	1	1	-	-	-
Manica	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sofala	1	-	-	-	2	1	-	-	-
Inhambane	-	1	-	2	-	2	-	-	-
Gaza	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Maputo P.	1	1	-	-	-	1	-	-	2
Maputo C.	-	-	1	-	1	1	-	-	1
Total	4	5	2	23	8	14	8	-	3

"Hosp. C/P"-Hospital Central, Porvincial, "Hosp. R/G/D"- Hospital Rural, Geral, Distrital, "IdF"-Instituições de Formação
 "CDU"-Centros de Saúde Urbanos, "CSR-II"-Centros de Saúde Rural de tipo II

Conforme a tabela acima, prevê-se a construção de 5 instituições de formação, nomeadamente:

1. Instituto de Ciências de Saúde de Infulene (Maputo);
2. Instituto de Ciências de Quelimane (Zambézia);
3. Centro de Formação de Inhambane (Inhambane);
4. Centro de Formação de Mocimboa da Praia (Cabo Delgado); e
5. Centro de Formação de Cuamba (Niassa).

No âmbito do Desenvolvimento dos Recursos Humanos, em 2006, será privilegiado a formação inicial e contínua dos trabalhadores e a colocação dos técnicos, tendo em vista a melhoria

do desempenho profissional destes e a redução das iniquidades territoriais. Assim, prevê-se realizar as seguintes actividades:

- Conclusão da especialização de 16 médicos;
- Graduação de 25 técnicos médios especializados, 747 técnicos médios e 682 técnicos básicos;
- Formação inicial de 120 alunos nos cursos de nível superior (Enfermagem, Saúde Materna, Cirurgia, Administração Hospitalar); e
- Colocação de 118 médicos e 708 técnicos de saúde recém formados (dos quais 137 de nível médio e 571 de nível básico) segundo a tabela a seguir ilustra.

Colocações para 2006

Províncias	Médicos Generalistas	Médicos Estagiários	Técnicos Médios	Técnicos Básicos
Niassa	5		16	39
C. Delgado	6		17	40
Nampula	9		44	51
Zambézia	8		24	64
Tete	6		8	44
Manica	4		7	37
Sofala	7		13	39
Inhambane	5		1	64
Gaza	3		1	56
Maputo P.	7		1	69
Maputo C.	6	30	1	58
HCM		22	4	10
Total	66	52	137	571

No âmbito da Prestação de Cuidados de Saúde, prevê-se:

- Atingir um índice de iniquidade no consumo de serviços igual ou inferior a 3,3, através da expansão e melhoria da rede sanitária rural;
- Reduzir a iniquidade no consumo de serviços entre as

províncias com maior e menor consumo para 2,8, através de uma melhor alocação de recursos;

- Aumentar o volume global de actividades medido em termos de unidades de atendimento e consultas externas para 6% e 3,6% respectivamente.

Evolução da Actividade Global de Saúde				
Indicadores	2004 Real	2005 Prev	2006 Plano	Evol. (%) Pr05/Pl06
ACTIVIDADE GLOBAL				
Unidades de Atendimento (Mil)	71,577	76,320	80,899	6.0
Unidades de Atendimento/Habitante	3.8	3.9	4.0	
CONSULTAS EXTERNAS				
Consultas Externas (Mil)	17,871	18,075	18,719	3.6
Consultas Externas/Habitante	0.94	0.93	0.94	

Fonte: MISAU

No âmbito do Programa de Saúde Materno Infantil e Planeamento Familiar (SMI/PF), constituem principais objectivos a redução da mortalidade materna intra-hospitalar para 160/100,000 nados vivos, e da mortalidade neonatal com foco (+) para 200/100,000 nados vivos. Para a realização destes objectivos prevê-se:

- Aumentar a cobertura de Cuidados Obstétricos de Emergência Básicos (COEmB) para 6.9 US/500,000 habitantes;

- Aumentar para 50% o número de maternidades que oferecem o pacote de Cuidados Essenciais ao Recém Nascido;
- Aumentar para 80% o número de Unidades Sanitárias que oferecem cuidados integrados à criança (estratégia de Atendimento Integrado às Doenças da Infância - AIDI); e
- Garantir que 80% dos hospitais rurais e gerais prestam cuidados à criança grave segundo as normas nacionais.

Evolução das Taxas de Cobertura SMI/Planeamento Familiar					
Indicadores	2004 Real	2005 Prev	2006		
			Grupo Alvo	Plano	Cobertura
Consultas Pré-Natais	100%	100%	994,435	974,546	98%
Partos Institucionais	47%	49%	894,992	456,446	51%
Consultas Pós-Partos	61%	58%	894,992	554,895	62%
1ªs Cons. Crianças (0-11 Meses)	100%	98%	795,548	779,637	98%
1ªs Cons. Crianças (0-4 Anos)	53%	70%	3,400,968	2,448,697	72%

Fonte: MISAU

No âmbito do Programa Alargado de Vacinação (PAV), em 2006, prevê-se obter uma cobertura de mais de 80% em todas as vacinas

administradas a crianças menores de um ano, em 80% dos distritos, através da expansão de Postos Fixos de Vacinação.

Evolução das Taxas de Cobertura do Programa Alargado de Vacinação					
Indicadores	2004 Real	2005 Prev	2006		
			Grupo Alvo	Plano	Cobertura
BCG [0-11 Meses]	100%	98%	795,548	779,637	98%
VAS [9-23 Meses]	95%	98%	775,659	760,146	98%
DPT/HB (3ª Dose)	92%	98%	775,659	736,876	95%
Anti-Pólio (3ª Dose)	92%	95%	775,659	736,876	95%

Fonte: MISAU

No âmbito do Programa de Saúde Escolar e do Adolescente, em 2006, prevê-se:

- Proceder a revisão da Estratégia de Saúde Escolar;
- Aumentar a implantação do pacote básico de Saúde Escolar para cobrir as escolas do EP1 de todas as sedes distritais do País;

- Aumentar a implantação dos Serviços Amigos de Adolescentes e Jovens em 60% dos distritos das províncias de Maputo, Gaza, Tete, Inhambane, Cabo Delgado, Sofala e Manica, e em 40% dos distritos de Niassa e Nampula; e

- Atender 250,000 adolescentes e jovens nos Serviços de Apoio a Adolescentes e Jovens (SAAJ).

No âmbito da Nutrição, em 2006, prevê-se iniciar a implementação do Pacote Nutricional Básico para todas as unidades sanitárias do País.

No âmbito da Saúde Mental, em 2006, prevê-se expandir a cobertura de cuidados de psiquiatria e saúde mental, através da formação de 30 técnicos superiores e a capacitação de pessoal clínico em doenças psiquiátricas.

No âmbito da Saúde Oral, em 2006, será revista a respectiva Estratégia.

Grandes Endemias

Neste âmbito, em 2006, será privilegiado a prevenção, o controle e tratamento das principais doenças endémicas que mais influenciam na morbi-mortalidade da população. Assim, entre outras acções, prevê-se:

Malária

- Aumentar o acesso a Redes Mosquiteiras Impregnadas de cinco para sete províncias, respectivamente Gaza, Inhambane, Tete, Zambézia, Cabo Delgado, Sofala e Manica; e

- Aumentar a cobertura da Pulverização Domiciliária Residual de 20% para 25% da população.

Tuberculose e Lepra

- Aumentar a proporção de casos detectados de 8-10% para 60% através da melhoria da capacidade de diagnóstico (laboratórios) e da integração entre os programas de TB/Lepra e HIV/SIDA;
- Aumentar a proporção de postos de saúde comunitários com actividades de despiste e tratamento da tuberculose e lepra, através de actividades de formação e aprovisionamento de medicamentos nos distritos com uma taxa de sucesso acima de 70%;
- Reduzir a taxa de abandonos do tratamento tuberculostático até 8%; e
- Assegurar a manutenção da taxa de óbitos em tuberculose em 12% apesar dos efeitos do HIV/SIDA.

HIV/SIDA

- Aumentar o número de locais de tratamento antiretroviral para 60 e atingir 15% de cobertura; e
- Aumentar o número de locais de testagem do HIV para 192.

Metas dos serviços especializados no combate ao HIV/SIDA			
Componente	2004 Real	2005 Prev	2006 Plano
Diagnóstico e tratamento de infecções de transmissão sexual	693,589	818,592	958,410
Serviços Amigos de Adolescentes e Jovens	118,764	160,000	250,000
Gab. Aconselhamento e Testagem Voluntária	193,846	135,000	384,000
Prevenção da Transmissão Vertical	3,177	5,250	16,000
Tratamento anti-retroviral	7,414	20,805	40,000
Cuidados domiciliários	17,790	27,582	67,371

Fonte: MISAU

No âmbito do Desenvolvimento Institucional, em 2006, será privilegiado o seguinte:

- Conclusão da revisão do Plano Estratégico do Sector de Saúde;
- Conclusão do processo de planificação estratégica ao nível provincial;
- Aprovação da Política e Estratégia para a Saúde Sexual e Reprodutiva de Adolescentes e Jovens;
- Elaboração e aprovação da Estratégia Nacional de Alimentação do Lactente e Criança Pequena; e
- Revisão e publicação do Formulário Nacional de Medicamentos.

D. Trabalho

Nesta área, em 2006, continuará a constituir prioridade a promoção de oportunidades de emprego através do desenvolvimento de acções de formação profissional para os

desempregados e a oferta de emprego. Atenção especial continuará a merecer a elaboração e divulgação da legislação laboral e a expansão do Sistema de Segurança Social.

Ação Normativa

A elaboração de normas laborais que se afigurem mais consentâneas com o processo de desenvolvimento económico do País será a grande prioridade em 2006. Assim, para a realização deste objectivo prevê-se:

- Regulamentar a Lei do Trabalho;
- Divulgar a nova Lei do Trabalho;
- Regulamentar a Lei de Protecção Social;
- Elaborar o decreto sobre a criação de Centros de Arbitragem;
- Regulamentar os Centros de Arbitragem; e
- Divulgar as normas internacionais do trabalho.

Emprego e Trabalho

A promoção do emprego através do desenvolvimento de acções de formação profissional, colocação dos desempregados e construção de infraestruturas de formação profissional continuará a ser a grande prioridade em 2006, no âmbito dos esforços em curso visando aumentar os níveis de emprego no País. Assim, prevê-se:

- Concluir a construção dos Centros de Formação Provincial nas províncias de Zambézia, Cabo-Delgado, Inhambane e elaborar o projecto de construção do centro de Maputo;
- Adoptar medidas legislativas que facilitem a criação de pequenas e médias empresas;
- Desenvolver projectos de apoio à erradicação das piores formas de trabalho infantil;
- Formar 468 pequenos e médios empresários em gestão básica nas diferentes categorias de actividade produtiva nas províncias de Nampula (98), Gaza (75), Inhambane (75), Sofala (100), Maputo (70), e Cidade de Maputo (50);
- Formar 2.568 candidatos a emprego e auto-emprego em diversas especialidades do sector terciário, em Maputo-Província (306), Maputo Cidade (823), Inhambane (320), Manica (90), Sofala (450), Nampula (375) e Niassa (204);
- Criar 500 postos de trabalho para ex-mineiros da África do Sul nas zonas rurais das províncias de Maputo (100), Gaza (150) e Inhambane (250);
- Colocar 4.000 candidatos a emprego em todo o País através dos centros de emprego, distribuídos da seguinte forma: cidade de Maputo (583), províncias de Maputo (544), Gaza (75), Inhambane (240), Manica (171) Sofala (1.459), Tete (27), Zambézia (374), Nampula (462), Cabo Delgado (37) e Niassa (28);
- Providenciar formação para 200 mulheres gestoras de pequenos negócios, nas províncias de Maputo, Maputo-Cidade, Gaza e Inhambane, num número de 50 por província;
- Formar 200 jovens com prioridade para os portadores de deficiência, em Maputo cidade (50), Inhambane (20), Manica (60), Sofala (40), Nampula (30);
- Promover estágios profissionais para 200 pessoas recém formadas em Inhambane (100) e Nampula (100); e
- Iniciar a utilização de testes psicotécnicos no processo de orientação nos centros de emprego nas províncias de Sofala, Nampula e Maputo-Cidade.

Relações Profissionais

A consolidação do diálogo e do relacionamento harmonioso entre o Governo, empregadores e trabalhadores continuará a constituir prioridade em 2006. Assim, prevê-se:

- Divulgar a legislação laboral sobre negociação colectiva através de seminários;
- Fiscalizar 5.000 estabelecimentos para verificar o cumprimento das Normas Laborais, distribuídos da seguinte forma: Cabo Delgado (300), Niassa (200), Nampula (500), Zambézia (350), Tete (250), Sofala (500), Manica (200), Inhambane (300), Gaza (350), Maputo (450) e Maputo Cidade (1.600);

- Realizar estudos sociológicos sobre conflitos laborais; e
- Criar e expandir os Centros de Conciliação, Mediação e Arbitragem laboral.

Segurança Social

A expansão do Sistema de Segurança Social a todo o território nacional e o alargamento a outras categorias de trabalhadores constitui a grande prioridade para o ano de 2006. Assim, os esforços serão no sentido de se prosseguir na inscrição de mais contribuintes (1.500) e beneficiários (20.000) do sistema nomeadamente nas Províncias de Maputo Cidade, 127 contribuintes e 2000 beneficiários; Maputo Província, 119 contribuintes e 2000 beneficiários; Gaza, 120 contribuintes e 2.400 beneficiários; Inhambane, 121 contribuintes e 1.800 beneficiários; Sofala, 144 contribuintes e 1.800 beneficiários; Manica, 163 contribuintes e 1.800 beneficiários; Tete, 155 contribuintes e 1400 beneficiários; Zambézia, 189 contribuintes e 1.400 beneficiários; Nampula, 102 contribuintes e 1.400 beneficiários; Cabo Delgado, 125 contribuintes e 2.000 beneficiários e Niassa, 135 contribuintes e 2.000 beneficiários.

E. Mulher e Acção Social

Nesta área, em 2006, as atenções continuarão concentradas no desenvolvimento e capacitação institucional, na elevação do estatuto da mulher e na promoção da equidade de género, da segurança, assistência e integração social dos grupos alvos em situação de vulnerabilidade, particularmente crianças, idosos e pessoas portadoras de deficiência.

Assim, entre outras acções, em 2006 serão desenvolvidas as seguintes actividades:

Âmbito do Desenvolvimento e Capacitação Institucional

- Prosseguir com o processo de elaboração do Plano Estratégico da instituição; e
- Formar e capacitar 30 técnicos médios e 30 básicos em Educação de Infância; 30 técnicos médios em Acção Social e 18 em Metodologia de Planificação e Orçamentação.

Âmbito do Desenvolvimento da Mulher

- Aprovar e regulamentar a Política do Género e a Estratégia de implementação;
- Implantar os Conselhos Provinciais para o Avanço da Mulher nas províncias de Cabo Delgado, Sofala e Maputo;
- Proceder à capacitação de 200 mulheres sobre liderança e género;
- Apoiar a implementação de 33 projectos de geração de rendimentos, sendo 3 em cada província, para beneficiar 1.100 famílias vulneráveis, priorizando as chefiadas por mulheres; e
- Realizar três cursos regionais de capacitação às organizações parceiras que trabalham na área da mulher, em matéria de planificação, monitoria e avaliação e gestão de projectos.

Âmbito da Protecção da Criança

No âmbito do Programa de Localização e Reunificação Familiar das crianças órfãs, perdidas ou abandonadas, em 2006, prevê-se documentar 1.200 crianças perdidas ou abandonadas, correspondendo à cerca de 109 crianças por província e reunir 400 em famílias próprias e/ou substitutas conforme ilustra o quadro a seguir.

Paralelamente, serão realizadas em média 6 visitas domiciliárias às crianças adoptadas ou internadas e realizados, através dos órgãos de comunicação social, programas de apoio à localização das crianças perdidas.

Programa de Localização e Reunificação Familiar

Indicadores	2005 Prev	2006 Plano
Crianças documentadas	1200	1200
Crianças reunificadas	400	400

Fonte:MMAS

No âmbito do Programa da Educação Pré-Escolar, em 2006, será privilegiada a melhoria da qualidade dos serviços prestados à criança nos centros e jardins infantis e nas escolinhas comunitárias. Será também dada atenção especial à sensibilização das ONG's e do sector privado para darem o seu contributo no desenvolvimento da educação pré-escolar.

Assim, em 2006, prevê-se atender um total de 47.950 crianças em escolinhas comunitárias e centros infantis estatais e privados, conforme ilustra o quadro a seguir.

Educação Pré-Escolar

Indicadores	2005 Prev	2006 Plano
Centros Infantis (Estatais)	15	15
Crianças Atendidas	1,451	1,450
Centros Infantis (Privados)	101	110
Crianças Atendidas	9,358	9,500
Escolinhas Comunitárias	476	490
Crianças Atendidas	36,807	37,000
Animadores/Activistas	607	616

Fonte:MMAS

No âmbito da Reabilitação Psico-Social e Integração da Criança em Situação Difícil, em 2006, continuar-se-á a privilegiar o envolvimento de instituições religiosas, organizações comunitárias, ONG's e sector privado, no atendimento da criança órfã e abandonada nas comunidades, nos infantários e centros de acolhimento. Assim, prevê-se atender 1.920 crianças, sendo 70 crianças da/na rua, 250 nos infantários estatais e 1.600 nos infantários privados.

Prevê-se igualmente, enquadrar 180 crianças órfãs e vulneráveis nas escolas por província, bem como integrar 60 crianças da rua e as envolvidas na prostituição infantil nos projectos de geração de rendimentos e formação profissionalizante, na cidade de Maputo e províncias de Sofala, Manica e Tete.

Criança em Situação Difícil

Indicadores	2005 Prev	2006 Plano
Centros da/na Rua	70	70
Infantários Estatais	8	8
Crianças Atendidas	202	250
Infantários Privados	13	13
Crianças Atendidas	1,600	1,600

Fonte:MMAS

No âmbito do Atendimento à Pessoa Idosa, em 2006, continuar-se-á a privilegiar a assistência e integração da pessoa idosa na família e comunidade e a promoção dos seus direitos. Assim, prevê-se:

- Realizar 1 (uma) sessão de sensibilização e disseminação da Política e Direitos da Pessoa Idosa, em cada província;
- Construir 11 centros abertos, sendo 1 em cada província, para o atendimento de cerca de 500 idosos vulneráveis;
- Capacitar 3 associações de/e para pessoas idosas em matérias de envelhecimento e HIV/SIDA, sendo uma em cada região do país: Província de Gaza - Vukoxa, Província de Tete - UNAC, Província de Nampula - APAI; e
- Promover a capacitação de 30 parteiras tradicionais idosas, sobre medidas de segurança ligadas ao HIV/SIDA, na região sul do País.

Em termos de evolução do número de idosos a atender e centros de apoio à velhice existentes no país, em 2006, espera-se que não se registem alterações, segundo ilustra a tabela a seguir.

Programa de Atendimento ao Idoso

Indicadores	2005 Prev	2006 Plano
Centros de Apoio à Velhice	9	9
Idosos Atendidos	270	270
Centros de Apoio à Velhice	13	13
Idosos Atendidos	340	340

Fonte:MMAS

No âmbito do Atendimento da Pessoa Portadora de Deficiência (PPD), prevê-se, realizar, em 2006, as seguintes acções:

- Assistir e integrar socialmente 150 pessoas portadoras de deficiência em cada província, através de programas e projectos de desenvolvimento comunitário implementados em colaboração com o sector privado e a sociedade civil;
- Realizar 10 sessões de sensibilização sobre a prevenção e combate ao HIV/SIDA por província, através de palestras, teatro e dança, envolvendo pessoas portadoras de deficiência, seus familiares e público em geral; e
- Atribuir, em colaboração com a sociedade civil, meios de compensação para 90 pessoas portadoras de deficiência por província.

Por outro lado, prevê-se atender 820 pessoas portadoras de deficiência em instituições especializadas conforme ilustra o quadro a seguir.

Atendimento a Pessoa Portadora de Deficiência

Indicadores	2005 Prev	2006 Plano
Deficientes Identificados	5,800	6,500
Deficientes Acompanhados	1,320	2,395
Crianças Deficientes Integradas	1,500	2,000
Número de Centros de trânsito	6	6
Deficientes Atendidos	300	350
Escolas Especiais	3	3
Número de Alunos	300	300
Instituto de Deficientes Visuais	1	1
Número de Alunos	170	170

Fonte:MMAS

No âmbito do Atendimento aos Toxicodependentes, Doentes Crónicos e Reclusos, em 2006, prevê-se:

- Capacitar um total de 1.200 activistas para a disseminação a nível das províncias e distritos, de matérias sobre prevenção e combate a venda e consumo de drogas;

- Fortalecer a articulação entre a instituição, sector privado e ONG's, na identificação e financiamento de actividades ocupacionais para 1.200 pessoas submetidas ao processo de desintoxicação; e
- Apoio psico-social a reintegração social, comunitária e familiar de 120 toxicodependentes e ex-reclusos a nível nacional, em parceria com outros sectores.

Programas e Projectos de Assistência Social

A assistência aos grupos populacionais mais desfavorecidos e em situação de pobreza absoluta, continuará a ser priorizada no âmbito dos esforços em curso visando reduzir a situação de pobreza das populações e promover o emprego. Assim, para 2006, prosseguir-se-á com a implementação de 5 (cinco) programas que atenderão um total de 6.649 beneficiários, conforme ilustra o quadro a seguir:

Programas de Assistência Social					
Distribuição dos Beneficiários por Província					
Províncias	Programa de Subsídio de Alimentos	Programa de Benefício Social pelo trabalho	Programa de Geração de Rendimentos	Programa de Apoio Social Directo	Programa de Desenvolvimento Comunitário
Niassa	5,500	450	360	4,130	10,875
C. Delgado	5,800	20	900	650	4,730
Nampula	17,000	470	960	165	1,790
Zambézia	9,600	300	1,650	650	665
Tete	5,000	220	900	360	11,852
Manica	9,500	300	315	300	3,375
Sofala	5,500	350	1,100	700	2,410
Inhambane	7,600	210	750	600	1,057
Gaza	11,000	250	1,200	1,000	6,355
Maputo P.	4,500	120	315	185	7,000
Maputo C.	4,000	110	600	800	-
Total	85,000	2,800	9,050	9,540	50,109

F. Libertação nacional, defesa da soberania, e da democracia e deficientes de guerra

Nesta área, em 2006, continuará a constituir prioridade o desenvolvimento institucional, a valorização e divulgação da história da luta de libertação e o desenvolvimento de acções de assistência social aos Combatentes da Luta de Libertação Nacional. Para a realização destes objectivos, serão desenvolvidas as seguintes acções:

História e Património da Luta de Libertação Nacional

- Realizar acções de pesquisa da história da luta de libertação nacional;
- Desenvolver acções de divulgação da história da luta de libertação nacional através da edição de livros e revistas, realização de palestras e emissão de programas televisivos e radiofónicos; e

- Proceder à sinalização e demarcação dos locais de importância histórica no âmbito do programa de mapeamento das bases da Luta de Libertação Nacional.

Assistência Social e Reabilitação Física e Psico-Social

- Emitir 10.000 cartões de identificação dos combatentes;
- Construir um Centro-escola de Formação e Reabilitação Física em Manica;
- Prosseguir com acções de levantamento e registo dos combatentes, no âmbito do processo de tramitação das pensões;
- Expandir as actividades do Fundo de Inserção Social do Antigo Combatente para as províncias de maior concentração dos combatentes, nomeadamente Niassa, Cabo Delgado, Tete e Nampula;

- Formar 2 brigadistas por cada província para o registo e emissão de documentos de identificação dos combatentes; e
- Iniciar a elaboração do anteprojecto da Lei que fixa os direitos previstos nos artigos 15 e 16 da Constituição da República.

Combate ao HIV/SIDA

- Massificar as acções de consciencialização aos combatentes sobre as formas de prevenção e combate do HIV/SIDA; e
- Prestar assistência médica e cuidados domiciliários aos combatentes.

G. Cultura

Na área da Cultura, em 2006, os esforços serão concentrados na preservação e divulgação do património cultural nacional e no desenvolvimento da criatividade e promoção da indústria cultural.

Património cultural

No âmbito da identificação, registo e preservação de obras e valores culturais e naturais, prevê-se a realização das seguintes actividades:

- Início do funcionamento do Gabinete de Conservação e Restauro do património edificado a nível central;
- Conclusão da elaboração de um programa nacional de conservação e restauro de colecções museológicas; e
- Conclusão da elaboração de manuais sobre técnicas de conservação preventiva do património cultural tangível.

No quadro da Conservação dos Monumentos e sítios históricos, serão colocadas Placas de Identificação em: Chicualauala, Mabalane e Massingir na Província de Gaza; Sanga, Muembe, Mavago, Ngaúma, Cuamba e Marrupa em Niassa; Chiúta, Angónia, Macanga, Moatize e Changara em Tete; Marrómeu, Caia, Buzi em Sofala; Mossurize, Sussundenga e Manica na Província de Manica.

No âmbito do incentivo à maior utilização de monumentos, bibliotecas, museus e outras instituições de preservação e divulgação cultural, destaque nas acções a desenvolver vai para o seguinte:

- Divulgação do património cultural tangível e intangível através dos órgãos de comunicação social, manuais, brochuras e outros meios de comunicação;
- Criação do Centro Cultural Comunitário de Manica associado às pinturas rupestres de Chinhamapere;
- Realização da Exposição Anual MUSART 2006 I e II fase e Expo Assinada no Feminino (Colectivo de mulheres); e
- Divulgação dos projectos de conservação, preservação e valorização do património e das técnicas de preservação do património intangível.

No âmbito do Programa de Recuperação da Ilha de Moçambique, em 2006, prevê-se prosseguir com as acções de reabilitação das infra-estruturas da Ilha, pôr em funcionamento o Gabinete de Conservação da Ilha e manter os mecanismos de fiscalização da actividade de pesquisa subaquática na Ilha de Moçambique.

No âmbito da promoção do conhecimento da realidade cultural

através da pesquisa e divulgação de estudos etnológicos, linguísticos, sociológicos e históricos, irá prosseguir a realização de estudos sobre temas de âmbito sócio-cultural orientados à preservação e divulgação do património cultural ao nível do ARPAC Central e das delegações.

No domínio da promoção do estabelecimento de uma rede de bibliotecas públicas e museus, maior prioridade será dada à reabilitação da Biblioteca Nacional de Moçambique, a construção das Bibliotecas Públicas Provinciais de Maputo e Nampula e à reabilitação do Museu Nacional de Arte.

Ação cultural

No âmbito do apoio ao desenvolvimento de instituições promotoras de actividades culturais, maior atenção será dada à introdução do Ensino Integrado para o Nível Básico (novos cursos) nas Escolas Nacionais de Música e de Dança e à aprovação dos Programas Curriculares de Nível Médio das Escolas Nacionais de Dança e de Música.

No domínio da Promoção de manifestações culturais nacionais, através da realização de festivais, feiras, concursos, reuniões e outras actividades de intercâmbio cultural, maior destaque vai para a realização do II Festival Nacional da Canção e Música Tradicional.

Em relação à ampliação da oferta de espaços públicos para realização de actividades culturais, serão realizadas as seguintes actividades:

- Construção de Palcos a céu aberto em Dondo, Marrómeu, Chibabava, em Sofala; Sussundenga e Bárue em Manica; Cidade de Tete, Angónia, Moatize e Mutarara na Província de Tete e Namaacha na Província de Maputo;
- Reabilitação das Casas de Cultura da Beira, Pemba e Angoche; e
- Conclusão da construção da Casa da Cultura de Nampula e início da construção das casas de Cultura de Lichinga, Ile, Tete, Cheringoma e Manjacaze.

No quadro das acções em curso visando a criação de um ambiente jurídico favorável ao desenvolvimento da criatividade artística e da indústria cultural, será divulgado o Novo Regulamento de Espectáculos.

Para reforçar a protecção da propriedade intelectual na área dos Direitos de Autor e Direitos Conexos, em 2006, proceder-se-á à introdução do sistema de combate à pirataria de programas informáticos, Vídeos e DVDs (ISBN).

Relativamente à promoção do livro, do gosto pela leitura e da indústria do livro, maior destaque vai para o início da elaboração da Estratégia de Implementação da Política Nacional do Livro e para a introdução do Sistema Internacional de Numeração do Livro em Moçambique.

H. Juventude e desportos

Na área da juventude e desportos, em 2006, continuar-se-á a privilegiar o enquadramento dos jovens no processo de desenvolvimento do País, o fortalecimento do associativismo juvenil e desportivo, o combate ao HIV/SIDA e a massificação da prática da actividade física e desportiva.

Domínio da Juventude

Com o objectivo de promover a participação dos jovens no processo de desenvolvimento do País e a ocupação dos seus tempos livres, continuará a constituir prioridade no fortalecimento do movimento associativo juvenil, o desenvolvimento de programas de geração de emprego e auto-emprego e de combate ao HIV/SIDA e a realização de festivais juvenis. Neste contexto, entre outras actividades a serem realizadas, prevê-se:

- Prestar assistência técnica, metodológica e financeira ao Conselho Nacional da Juventude;
- Estimular iniciativas geradoras de emprego e auto-emprego para os jovens através da institucionalização do Fundo de Apoio às Iniciativas Juvenis, prevendo-se o financiamento de 220 projectos à razão de 15 a 20 projectos por província;
- Formar e capacitar 250 gestores associativos e 220 gestores de projectos de geração de rendimentos;
- Promover a realização de festivais juvenis de música a nível provincial, nacional e inter-regional, prevendo-se beneficiar 1.278 pessoas;
- Acolher a realização da III Bienal dos Jovens Criadores da CPLP, envolvendo cerca de 440 jovens nacionais e estrangeiros;
- Realizar dois acampamentos juvenis por província que juntará 500 jovens por cada província totalizando 5.500 jovens envolvidos;
- Formar 325 educadores de pares nas províncias de Zambézia (125), Manica (100), e Sofala (100), no âmbito da consolidação do Programa "Meu Futuro é Minha Escolha" com vista a atingir 32.000 Jovens Adolescentes dos 12-15 anos;
- Formar 2.660 activistas e criar 211 centros juvenis prevendo atingir cerca de 439.000 jovens e adolescentes dos 10-24 anos segundo a tabela a seguir ilustra.

Programa Geração Biz		
Províncias	Activistas a formar	Centros juvenis a criar
Niassa	150	5
C. Delgado	250	15
Nampula	-	-
Zambézia	670	55
Tete	290	36
Manica	-	-
Sofala	-	-
Inhambane	290	8
Gaza	350	48
Maputo P.	310	22
Maputo C.	350	22
Total	2,660	211

Domínio do Desporto

No âmbito da massificação da actividade desportiva, será promovida a educação física e desportiva para pessoas portadores de deficiência, o desporto comunitário e a prática de jogos tradicionais através da criação de núcleos para a divulgação destes jogos e realização de torneios desportivos.

Tendo em vista a operacionalização do Sistema de Formação de Agentes Desportivos, serão realizadas acções de formação e capacitação de agentes desportivos. Assim, prevê-se:

- Formar à escala nacional 200 prelectores desportivos para portadores de deficiência;
- Realizar cursos de nível básico para 240 agentes desportivos, nomeadamente treinadores de futebol, basquetebol, hóquei em patins e ginástica, que os habilite a trabalhar na iniciação desportiva, nas escolas e comunidades;
- Realizar cursos de treinadores de nível II para as modalidades de futebol, basquetebol e natação, que os habilitará a treinar equipas de escalão juniores e de seniores amadores;
- Realizar dois cursos de gestores desportivos de nível I para 66 gestores de clubes desportivos e outros de formação de 30 formadores em gestão desportiva ; e,
- Capacitar 4 técnicos dos departamentos de futebol, basquetebol e atletismo.

A construção, reabilitação e/ou ampliação de infraestruturas desportivas e a aquisição de material e equipamento desportivo, continuará a merecer atenção no quadro dos esforços em curso visando a massificação da actividade desportiva. Assim, o início das actividades de construção do Centro Regional de Excelência Desportiva em Namaacha, a reabilitação e apetrechamento do Centro de Medicina Desportiva em Maputo, a construção de complexos desportivos municipais em Pemba e Lichinga e a reabilitação da sede do Fundo de Promoção Desportiva, em Maputo, serão a grande prioridade em 2006.

No âmbito do desporto de alta competição e com o objectivo de elevar os resultados competitivos a nível nacional e internacional, as atenções serão concentradas:

- Na concepção de um sistema nacional de detecção de talentos desportivos, visando seu enquadramento e desenvolvimento;
- Na implementação da Estratégia de Desenvolvimento do Futebol - Projecto FUT 21 - que se pretende dinamize a actividade desportiva ao nível dos distritos em cuja intervenção apela à adopção de programas de iniciação, promoção e aperfeiçoamento desportivo;
- Na criação e apetrechamento de Centros de Medicina Desportiva . A prática desportiva de alto rendimento exige acompanhamento cada vez mais cuidado dos atletas como forma de prevenir lesões e de os potenciar para a melhoria da sua performance;
- Conceder apoio à preparação das selecções nacionais nas diferentes competições ao nível regional e internacional, nomeadamente:
 - a) Apoiar a preparação e participação de Moçambique nos Jogos Desportivos da Commonwealth a ter lugar na Austrália;

- b) Dar apoio a preparação de Moçambique com vista à participação nos Jogos Desportivos da ACOLOP (Macau);
- c) Dar apoio a preparação de Moçambique com vista a participação na qualificação para o campeonato africano de futebol e basquetebol;
- d) Dar apoio a preparação de Moçambique com vista a qualificação para os Jogos Pan-Africanos de 2007, na Argélia;
- e) Organização de campeonato africano hóquei em patins;
- f) Acolhimento e participação de Moçambique no Campeonato Africano da Pessoa Portadora de Deficiência;
- g) Apoio às Federações Desportivas Nacionais com vista a preparação e participação condigna de Moçambique nos 2º Jogos Desportivos da Zona VI/SADC, Namíbia.

Priorizar-se-ão acções baseadas numa parceria activa e concertada com todas instituições económicas e sociais nacionais e estrangeiras com vista a facilitar o acesso de Moçambique às oportunidades económicas, turísticas e social que se vislumbrem no quadro da realização do Campeonato Mundial na Modalidade de Futebol 2010 na República da África do Sul.

I. Meio ambiente

Na área do Ambiente, em 2006, continuará a constituir objectivo principal o desenvolvimento sustentável do país. Para a realização deste objectivo, continuará a ser privilegiada a coordenação intersectorial, a gestão e educação ambiental, o planeamento territorial e o desenvolvimento institucional.

Coordenação Intersectorial

A coordenação intersectorial tem sido o meio privilegiado para o tratamento da componente ambiental aos vários níveis de actuação, tanto no relacionamento com outros sectores de governação, da sociedade civil e do sector privado. Neste contexto, em 2006, será priorizado o seguinte:

- Fortalecimento da componente ambiental nos sectores prioritários do PARPA, através da criação de novas unidades ambientais nos sectores e capacitação das unidades já existentes por forma a melhorar a coordenação inter-sectorial; e
- Fortalecimento do Conselho Nacional para o Desenvolvimento Sustentável, através da criação de representações locais, em Sofala, Nampula e Inhambane.

Gestão Ambiental

Com o objectivo de contribuir para a prevenção da degradação ambiental, mitigação dos efeitos da acção do homem sobre a utilização dos recursos naturais, serão levadas a cabo as seguintes acções:

- Implementação da Estratégia Nacional de Combate à Erosão dos Solos e às Queimadas;
- Revitalizar os Núcleos de Combate à Erosão de Solos e às Queimadas, incluindo o envolvimento das autoridades comunitárias (10 núcleos por Província);
- Fortalecer os grupos multisectoriais de combate à erosão de solos e às queimadas, com particular ênfase com o sector da agricultura;

- Implementar o Projecto Piloto de Contenção de erosão na Vila de Changara em Tete;
- Implementar o projecto de Gestão Integrada da Zona Costeira;
- Executar 2 micro-projectos comunitários em cada um dos Distritos de Palma, Mocimboa da Praia, Mossuril e Nacala-Porto;
- Implementar a Estratégia de Gestão do Ambiente Urbano e de resíduos sólidos, através de
 - Divulgação da Estratégia de Gestão do Ambiente Urbano e de resíduos sólidos;
 - Operacionalização dos Planos Municipais de Gestão de Resíduos Sólidos em Quelimane, Mocuba, Ilha de Moçambique, Pemba e Montepuez;
- Monitorização contínua do Estado do Ambiente:
 - Elaborar o Perfil Ambiental;
 - Constituir o Banco de Dados ambientais.

Avaliação do Impacto Ambiental

Com o objectivo de prevenir efeitos nocivos ao ambiente provenientes das actividades de projectos de desenvolvimento, em 2006, serão realizadas as seguintes actividades:

- Concluir a Avaliação Ambiental Estratégica do macro-zoneamento de Beluluane e Chibuto e, integrar nos programas sectoriais da indústria e transporte;
- Realizar auditorias ambientais e acções inspectivas aos empreendimentos de desenvolvimento; e
- Licenciar os projectos e empreendimentos económicos.

Planeamento e Ordenamento Territorial

O principal objectivo do ordenamento territorial é o pleno aproveitamento dos recursos naturais e humanos do país, através da compatibilização das políticas sectoriais, da negociação entre os vários interesses sobre o território e da coordenação das acções de planeamento para o melhoramento da qualidade de vida de todos os cidadãos, assegurando o ordenamento territorial sustentável.

Assim, em 2006, as atenções serão concentradas no seguinte:

- Assegurar a ligação entre o planeamento territorial e planificação distrital descentralizada através de
- Capacitação e formação de técnicos de nível provincial e distrital na elaboração de planos de ordenamento territorial;
- Capacitação e formação de líderes comunitários devidamente seleccionados nos governos distritais em técnicas básicas de planeamento territorial dos assentamentos rurais;
- Elaborar os planos distritais de Namacurra, Nicoadala, Chinde, e Gilé, na Zambézia; Chifunde, Macanga, Mutarara, Changara, em Tete; Manica, Macossa na Província de Manica; Maringue, Machanganga, Muanza, Chemba em Sofala.
- Concluir e disseminar a estratégia de intervenção nos assentamentos informais;

- Iniciar o zoneamento territorial à escala nacional, com vista a racionalizar a utilização dos recursos e melhor utilização do solo;
- Elaborar o Plano Parcial da Ponta do Ouro;
- Promover e assessorar tecnicamente as autarquias na elaboração de planos de estrutura nas cidades de Chókwê e Nacala Porto;
- Recolher os dados sócio-económicos, físicos e cartográficos para a criação de uma base de dados territorial sistematizada e informatizada; e
- Concluir a revisão do currículo do curso médio de planeamento físico e ambiente.

Promoção Ambiental

A educação e a conscientização ambiental constituem fortes medidas para se conseguir a colaboração de todas as camadas sociais em questões de prevenção e mitigação de danos ambientais. Neste contexto serão realizadas as seguintes acções:

- Divulgar a informação ambiental através da rádio, televisão, jornal e *internet*;
- Editar 6 números da revista Moçambique versando temas sobre ambiente e desenvolvimento sustentável;
- Realizar campanhas de sensibilização e projectos demonstrativos sobre boas práticas de uso e exploração de recursos naturais;
- Capacitar associações e núcleos ambientais para a prevenção da degradação ambiental e gestão sustentável dos recursos naturais no seio das comunidades, através de seminários, palestras e teatro entre outros;
- Divulgar medidas de prevenção do HIV/SIDA aos trabalhadores do MICOA;
- Apoiar em tratamento aos portadores do HIV e suas famílias;
- Assegurar a integração das acções do género no ambiente.

Convenções Internacionais e Legislação Ambiental

No âmbito das convenções internacionais, prevê-se para 2006, implementar as convenções e protocolos internacionais seguintes: Seca e Desertificação, Mudanças Climáticas, Biodiversidade, Ramsar, Nairobi, Estocolmo, Montreal, Basileia e Bamako, com as seguintes acções:

- Prever o plano de acção da seca e desertificação;
- Coordenar a implementação do programa de acção nacional para adaptação às mudanças climáticas;
- Elaborar a segunda comunicação nacional das mudanças climáticas;
- Elaborar plano preventivo de desastres naturais para as comunidades;
- Implementar projectos de adaptação a secas e mudanças climáticas;
- Implementar projectos comunitários de protecção "in situ" de recursos naturais com alto valor económico e medicinal em risco de extinção na Praia do Bile, como por exemplo a batata africana;

- Implementar o projecto regional de monitoramento de actividades com efeito na poluição do Oceano Índico;
- Elaborar o plano estratégico das terras húmidas de Marrómeu;
- Promover tecnologias de produção agrícolas sem o uso de brometo de metil e produtos de refrigeração que não perigam a camada de ozono;
- Promover o controle biológico no controle de pragas na agricultura;
- Promover o uso de óleos minerais nos transformadores de baixa e alta tensão.
- Elaborar os regulamentos da Lei de Planeamento e Ordenamento Territorial e da Gestão do Ambiente Marinho e Costeiro.

V.2. Área económica

A. AGRICULTURA

Este sector, em 2006 irá primar pela promoção do aumento da produtividade agrícola através do encorajamento à: adopção de técnicas melhoradas; uso de insumos; protecção das plantas e animais; actividades pós-colheita; e o alargamento da extensão, pela promoção da disponibilidade de gado para tracção animal, pela utilização sustentável dos recursos naturais com as comunidades locais, privados e outros agentes, e melhoria na eficiência dos serviços de gestão de terras. São acções de política neste âmbito as seguintes:

Quanto a promoção do aumento da produtividade agrícola através do encorajamento à adopção de técnicas melhoradas, uso de insumos, protecção das plantas e animais, actividades pós-colheita e o alargamento da extensão:

- Implementar o programa de controlo da lagarta do amendoim através de treinamento de 100 produtores e disponibilização de pesticidas aos provedores de serviços.
- Capacitar em aspectos de Sanidade Vegetal 30 extensionistas na província do Maputo em identificação de pragas, e manuseamento seguro de pesticidas;
- Sensibilizar os produtores sobre a doença do amarelamento letal do coqueiro (ALC), usando meios audiovisuais (rádio, TV, videograma) em, Cabo Delgado, Zambézia e Inhambane;
- Formar facilitadores e produtores em matéria de controlo integrado de pragas nas culturas visadas pelo programa piloto envolvendo 50 técnicos extensionistas e 175 produtores formados em Inhambane e zonas verdes de Boane e Matutuine na Província de Maputo;
- Alargar a cobertura do programa de controlo da Lagarta mineira do amendoim (LMA) através de treinamento e disponibilização de pesticidas, a pelo menos 5 provedores em cada distrito da província de Inhambane;
- Promover a participação de mais de 500 escolas em programas de hortas escolares em todo o País;
- Assistir cerca de 222,300 camponeses, quanto aos serviços provinciais de extensão;

- Construir e reabilitar pelo menos 30 casas agrárias, e incentivar a construção de cerca de 3.000 celeiros e outros silos melhorados;
- Fazer campanhas radiofónicas, em línguas locais, nas 10 províncias, sobre queimadas descontroladas, pulverização de cajueiros, início da campanha agrícola e pós colheita;
- Apoiar os produtores na construção de 3.500 tanques piscícolas e a sua devida assistência nas províncias de Nampula, Zambézia, Tete e Manica e, montar mais de 150 campos de multiplicação de socas de ananaseiro;
- Alargar a experiência para 100 jovens e órfãos nas machambas das escolas de camponeses em todo o País com vista a desenvolver a capacidade dos alunos bem como para a mitigação dos efeitos de HIV/SIDA;
- Realizar inquéritos agrícolas sobre áreas e rendimentos; e
- Participar na monitoria e a avaliação da Segurança Alimentar (recolha, processamento e análise de dados de vulnerabilidade e insegurança alimentar);

Como forma de desenvolver e promover a irrigação com vista a aumentar a produção e produtividade do sector familiar vai se proceder a reabilitação/construção de cerca de 3.200 ha de esquemas de rega de pequena escala nas províncias de Gaza, Tete, Niassa e Nampula.

Com vista a promover o aumento da disponibilidade de gado para tracção animal serão instalados 5 centros de tracção animal em Chiúta, Moatize, Zumbo e Changara, e treinados 20 produtores e 10 técnicos no uso de tracção animal na província de Tete.

No contexto da promoção do caju vão ser desenvolvidas as seguintes actividades:

- Expansão do programa integrado de gestão de pragas e doenças, que envolverá o controlo químico de oídio de cajueiros em 4.000.000 árvores, abarcando todas as regiões com potencial produtivo para o caju, beneficiando cerca de 400.000 famílias particularmente nas províncias de Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Inhambane, Gaza e Maputo;
- Produção e distribuição de 1.200.000 mudas enxertadas de cajueiro, beneficiando cerca de 40.000 famílias;
- Replantação de actividades de limpeza e podas de cajueiros e formação dos produtores sobre pragas e doenças de cajueiros;

Com vista a melhorar e desenvolver a comercialização agrícola será dada a continuidade à implementação da Estratégia da Comercialização Agrícola (ECA/2005/09) que contém um conjunto de acções de carácter inter-sectorial no âmbito de:

- Desenvolvimento de políticas adequadas para fomentar a comercialização agrícola;
- Estabelecimento de um ambiente legislativo e administrativo favorável, de infra-estruturas adequadas ao mercado e de disponibilização de informação sobre comércio;
- Facilitação da produção e comercialização agrícola nacional, e promoção do comércio externo.

Para a promoção da utilização sustentável dos recursos naturais com as comunidades locais, privados e outros agentes:

- Proceder ao cadastro das operações faunísticas em cerca de 70% das fazendas de brávio;
- Coordenar e apoiar as comunidades na criação de grupos de interesse e de pequenas empresas/negócios;
- Analisar e tramitar processos de pedidos de concessões e planos de manejo florestal;
- Garantir que 45% de concessões florestais tenham os seus planos de manejo aprovados; e
- Operacionalizar e monitorar o Programa Nacional de Queimadas;

Para a melhoria da eficiência dos serviços de gestão de terras:

- Acompanhar e monitorar o processo de consultas às comunidades no âmbito da tramitação dos pedidos do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT), concessões Florestais e Licenciamento para exploração de outros recursos naturais em todas as províncias;
- Identificar e delimitar terras para a pastagem comunitária e proceder ao registo cadastral para assegurar o pasto aos criadores locais na província de Manica;
- Garantir que cerca de 95% de processos sejam tramitados no prazo de 90 dias;
- Certificação individualizada de direitos de uso e aproveitamento da terra de cerca de 10.000 pequenos e médios agricultores de rendimento, usando tecnologias modernas, "smart card", com vista a garantir a segurança de posse da terra em particular ao nível do sector familiar.

Quanto ao desenvolvimento Institucional serão desenvolvidas as seguintes acções:

- Criar o Fundo de Desenvolvimento Agrário, o Centro de Promoção da Agricultura Comercial;
- Continuar a implementação do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique;
- Adequar o quadro de Pessoal, em consonância com a reforma institucional e promover a desconcentração do pessoal para os distritos.

B. Infraestruturas

Estradas

Para a área das estradas grande parte da acção será concentrada na continuação dos trabalhos definidos no Programa de Reabilitação e Manutenção de Estradas, que serão implementados através do Programa ROCS 3 que teve o seu início em 2004 e o seu término previsto para Junho de 2006. A implementação das acções previstas no III Programa de Estradas (Estradas 3), terá como principais acções do PES 2006 as seguintes:

No âmbito da capacitação institucional prosseguir-se-á com o reforço à capacidade de resposta dos quadros da ANE ao nível central e provincial através da assistência técnica e contratação de consultores locais para a fiscalização dos trabalhos de manutenção de rotina das estradas.

Em relação ao desenvolvimento dos recursos humanos será dada continuidade à formação e capacitação aos trabalhadores da área das estradas a todos os níveis.

No âmbito do Programa de reabilitação e manutenção de estradas será dada continuidade aos trabalhos de reabilitação das estradas principais, estradas secundárias, terciárias,

reabilitação e montagem de pontes, manutenção periódica de estradas e manutenção de rotina, como a seguir se apresenta no quadro abaixo.

Programa de Estradas

	Realizado 2004	Plano 2005	Plano 2006
Reabilitação de Estradas Primárias	330.0	221.0	289.0
Reabilitação de Estradas Secundárias	188.0	336.0	168.0
Reabilitação de Estradas Terciárias	521.0	534.0	574.0
Manutenção Periódica	918.0	1635.0	2016.0
Manutenção de Rotina	13834.0	14343.	16739.0
Reabilitação e Montagem de pontes	7	5	10

Na reabilitação das Estradas Primárias o programa irá incidir nos seguintes troços:

Reabilitação de Estradas Primárias

Troço a Reabilitar	Extensão em Kms
EN1 Maputo – Marracuene	8.0
EN1 Maxixe – Massinga	21.0
EN1 Nhangchengue – Pambarra	12.0
EN1 Muxungue – Inchope	30.0
EN7 Vanduzi – Changara	11.0
EN1 Namacurra – R. Ligonha	120.0
EN14 Litunde – Fr. Cabo Delgado	5.0
EN 104 Nametil – Angoche	73.0
EN 6 Beira – Inchope	9.0
TOTAL	289.0

A reabilitação das estradas secundárias irá obedecer ao seguinte programa:

Reabilitação de Estradas Secundárias

Troço a Reabilitar	Extensão em Kms
EN261 Macossa – Maringué	58.0
EN303 Bene-Fingoe	110.0
TOTAL	168.0

Em relação à reabilitação das estradas terciárias ou regionais está prevista a reabilitação de cerca de 574 km, trabalhos a serem seleccionadas a nível provincial, no âmbito da descentralização.

Na componente de manutenção de estradas estão previstos trabalhos de manutenção periódica de cerca de 2.016 Kms, e a manutenção de rotina de 16.739 Kms que será levada a cabo em todo o País.

Grande parte dos trabalhos de manutenção de rotina serão realizados pelas brigadas de uso intensivo da mão de obra das ECMEP's e de outros empreiteiros privados e nacionais, pois considera-se a tecnologia de grande importância para o sector das estradas.

No âmbito da reabilitação de pontes destaca-se o início da construção da ponte de Lucite e da ponte sobre o Rio Nhancuarara, continuação das obras de construção da ponte sobre o rio Limpopo entre Guijá e Chókwè em Gaza, Zambeze em Caia, Rovuma, Incomati e a ponte de Lugela, continuação das obras de reabilitação das Pontes da Ilha de Moçambique, de Meluli e de Tete.

Água e Saneamento

Na área das águas as actividades estarão viradas para a melhoria do nível de cobertura, do nível de prestação de serviços acompanhados por medidas institucionais com vista a auto-sustentabilização do abastecimento de água à população rural, peri-urbana e urbana, dando-se continuidade ao alcance desses objectivos a consolidação do princípio da procura nas zonas rurais; a consolidação das reformas no quadro da gestão delegada nas Zonas Urbanas. No que diz respeito a gestão dos recursos hídricos dar-se-á continuidade à construção das obras hidráulicas, a expansão, modernização e reabilitação da Rede Hidroclimatológica Nacional, para reduzir a vulnerabilidade do País em relação aos fenómenos naturais e implementação de acções com vista à mitigação do impacto da seca e cheias nomeadamente a construção de reservatórios, construção de pequenas barragens e de sistemas de captação de água das chuvas em edifícios públicos.

No âmbito da gestão dos recursos hídricos estão previstas as seguintes actividades: implementação da Estratégia Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos; conclusão dos estudos de estabelecimento e de viabilidade das ARA Centro - Norte e da ARA Norte; consolidação da ARA Zambeze e da ARA Centro, modernização de quatro estações da rede da SADC - HYCOS, nomeadamente, nos rios Pungué - E-65, Save - E-47 (reinstalação) e Zambeze - Caia, E291 e Tete - 320; estudo, instalação de equipamentos de registo contínuo dos níveis nos rios Nhazónia - E-72 e Pungué - E-65, na bacia do rio Pungué e no contexto da rede hidroclimatólogica prevê-se a reabilitação de 71 estações hidroclimáticas ao nível do País, das quais, 42 pluviométricas e 29 hidrométricas; início do estudo para a elaboração do plano da bacia do rio Licungo e a conclusão do estudo para elaboração do plano da bacia do rio Monapo.

No âmbito da prevenção e mitigação da seca prevê-se: a conclusão das obras da construção de 20 represas nas Províncias de Gaza (4), Inhambane (4), Sofala (4), Manica (4) e Tete (4), preparação de projectos e início das obras da construção de 20 pequenas barragens/represas nas Províncias de Maputo (3), Gaza (3), Inhambane (3), Manica (2), Zambézia (2), Tete (2), Cabo Delgado (3) e Niassa (2), continuação das obras de reabilitação das Barragens de Massingir e Macarretane e a conclusão da instalação da Mini central Hidroeléctrica na Barragem dos Pequenos Libombos.

Em relação aos Acordos para a Partilha das Águas o destaque vai para o seguinte:

Incomaputo – Acordo tripartido interino entre Moçambique, África do Sul e a Suazilândia para a cooperação sobre a protecção e utilização sustentável dos recursos hídricos dos cursos de água do Incomati e Maputo na qual pretende-se garantir a operacionalização do Plano de Acção Conjunta no âmbito da implementação do INCOMAPUTO.

Limpcom – Acordo entre Moçambique, África do Sul, Botswana e Zimbabwe sobre o estabelecimento da Comissão da Bacia do Rio Limpopo na qual pretende-se promover a implementação do acordo a nível nacional e internacional, através da participação de Moçambique nas reuniões de operacionalização da comissão do Limpopo, preparar o plano para o estabelecimento do secretariado da comissão do Limpopo em Moçambique e fazer o acompanhamento das acções com vista à mobilização de fundos para o estudo conjunto da bacia do Limpopo e de outras acções paralelas envolvendo outros intervenientes;

Zamcom – Acordo entre Moçambique, Angola, Botswana, Malawi, Namíbia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe sobre o estabelecimento da Comissão da Bacia do Rio Zambeze na qual se pretende promover a implementação do acordo ao nível nacional e internacional através da participação activa no processo de estabelecimento do Secretariado da Comissão do Zambeze e envolvimento no processo de elaboração da iniciativa da Bacia do rio Zambeze;

No âmbito do Programa de Abastecimento de Água Rural prosseguirão as acções de reabilitação e construção de fontes dispersas para o aumento da cobertura e construção; reabilitação de extensão dos Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água que irão servir as vilas e sedes distritais. Serão iniciados os estudos para a elaboração de Projectos Executivos de reabilitação e expansão dos sistemas nas províncias de Niassa (3), Nampula (1), Tete (3) e Manica (1). Na execução das obras, o destaque vai para o início das obras de reabilitação/expansão dos sistemas das províncias de Nampula (1) e Inhambane (3), a continuidade das obras no sistema da Província de Nampula (1) e Manica (1) bem como a conclusão das obras nos sistemas da Província de Manica (1).

A meta de cobertura na água rural prevista para 2006 será de 45%, estando prevista a construção e reabilitação de 1350 dos quais 590 furos, 115 poços e reabilitação de 625 fontes, beneficiando cerca de 675.000 pessoas adicionais elevando, assim, a percentagem da população com acesso à água rural para 45%.

Reabilitação e Construção de Fontes

Província	Construção		Reabilitação	Total Fontes
	Furos Mecânicos	Poços	Furos e Poços	
C. Delgado	15	0	60	75
Niassa	105	25	65	195
Nampula	125	65	145	335
Zambézia	130	0	65	215
Tete	25	15	50	50
Manica	20	0	60	80
Sofala	20	0	20	40
Inhambane	100	0	90	190
Gaza	35	0	40	75
Maputo	15	10	30	55
Total	590	115	625	1350

A meta no âmbito do abastecimento de água urbana é garantir que 38% da população urbana tenha acesso à água potável, através da reabilitação dos sistemas de abastecimento e redução das perdas. Importa referir que este subsector está sub-dividido em 2 grupos: projectos fora do Quadro de Gestão Delegada e projectos que estão dentro da Gestão Delegada. Os que estão integrados no

quadro de Gestão Delegada compõem 9 sistemas de abastecimento que servem as cidades de Pemba, Nampula, Quelimane, Beira, Dondo, Inhambane, Maxixe, Xai-Xai, Chokwe, Maputo, Matola e Vila de Boane. E no âmbito de projectos fora do Quadro de Gestão Delegada serão abrangidas as cidades de Nacala e Angoche, em Nampula; Lichinga e Cuamba, em Niassa; Chimioio, em Manica e

Chibuto em Gaza. Estas actividades estarão viradas para a implementação de projectos com vista a operacionalizar e viabilizar os sistemas e por outro lado no desenvolvimento institucional para a melhoria da gestão e prestação de serviços aos consumidores.

Na área de saneamento será dada especial atenção às acções que visam a redução de morbilidade provocada por doenças de origem hídrica e promoção de higiene e saúde pública através da introdução duma abordagem integrada de água e saneamento.

Em relação ao melhoramento do sistema de saneamento urbano prevê-se a conclusão do projecto executivo e o início das obras de reabilitação da rede do sistema de saneamento e da construção da estação de tratamento de águas residuais na cidade da Beira. No âmbito do projecto das 4 cidades, Inhambane, Maxixe, Xai-Xai e Chókwe, prevê-se o estabelecimento de 4 serviços semi-autónomos de saneamento e a construção de unidades de decomposição de resíduos sólidos.

A meta no âmbito de saneamento urbano é garantir que 39% da população peri-urbana tenha acesso aos serviços de saneamento, estando previsto a construção de 10,000 latrinas melhoradas.

Latrinas melhoradas a construir por Província

Província	Latrinas a construir	
	Peri-Urbano	Rural
C. Delgado	344	95
Niassa	516	285
Nampula	1242	275
Zambézia	645	617
Tete	645	161
Manica	1118	171
Sofala	839	19
Inhambane	486	182
Gaza	372	95
Maputo Província	533	100
Maputo Cidade	1260	0
Total	8000	2000

No Âmbito do Desenvolvimento Institucional

No processo da implementação da Política Nacional de Águas serão introduzidas e implementadas algumas reformas com vista a melhorar o desempenho do sector, assim, há a destacar:

- Continuação do processo com vista à instalação dos núcleos das ARAs Centro-Norte e Norte e consolidação das ARAs Centro e Zambeze;
- Acompanhamento do processo de planificação e implementação das actividades no âmbito de Água Rural;
- Continuação do processo de estabelecimento e consolidação do centro de Estudos Estratégicos do sector das Águas;
- Implementação dos acordos de desempenho em algumas Empresas de Água que se encontram fora do Quadro de Gestão Delegada;
- Concluir a instalação da base de dados nas províncias e iniciar o processo da operacionalização do sistema;

- Início da implementação das modalidades de Gestão dos Pequenos Sistemas de Namaacha, Vilankulo, e Massinga e Quissico
- Finalizar a estratégia e plano de acção para promoção de médias e pequenas empresas no abastecimento de água rural e saneamento, incluindo a reforma dos EPARs;
- Continuação do processo de testagem das bombas de corda, playpump e painéis solares como tecnologias alternativas para captação de água para o abastecimento de água nas zonas rurais; e
- Divulgar a Política Nacional de Águas Revista.

Sector de Energia

Com vista a garantir o aumento do acesso à energia tanto para uso doméstico como para a realização de actividades económicas, serão desenvolvidas acções orientadas para a expansão da rede eléctrica nacional, da rede de distribuição e comercialização de combustíveis líquidos, assim como acções visando a materialização dos projectos energéticos identificados e de reformas do sector. Assim, são acções a desenvolver:

- Prosseguir com a expansão da rede eléctrica nacional para ligação dos seguintes locais:
 - Cabo Delgado - construção da subestação no Posto Administrativo de Metoro, electrificação da vila sede, da Mina de Grafite de Ancuabe e a Localidade de Salawe; electrificação das sedes dos distritos de Chiúre e Montepuez bem como as Localidades de Nanjua e Namanhumbir ainda em Montepuez;
 - Niassa - electrificação das sedes dos Distritos de Mecanhelas, Maúa e Marrupa;
 - Nampula - electrificação das sedes dos Distritos de Erati, Muecate, Murrupula e Mossuril. Electrificação dos Postos Administrativos de Chalaua em Moma, Netia e Itoculo em Monapo e Geba em Memba bem como as Localidades de Namitatari em Mossuril e Namaíta em Nampula-Rapale;
 - Zambézia - electrificação das sedes dos Distritos de Gilé, Ile, Pebane e Lugela;
 - Tete - electrificação das sedes dos Distritos de Changara e Magoé e as Localidades de Chicoa em Cahora Bassa e Chipanga em Moatize;
 - Manica - electrificação da sede do Distrito de Guro, Cruzamento de Macossa bem como as Localidades de Nhazónia, Nhansacara e Nhampassa em Bárú e Mandie em Guro;
 - Sofala - electrificação das sedes dos Distritos de Caia, Cheringoma e Marroméu bem como a electrificação dos Postos Administrativos de Murraça em Caia, Inhamitanga em Cheringoma e as localidades de Micane e Missana em Cheringoma e Marroméu respectivamente;
 - Inhambane - electrificação das sedes dos Distritos de Morrumbene, Massinga e ainda os Postos Administrativos de Cambine em Morrumbene, Morrungulo em Massinga, e nas localidades de Chissibuca, Zandamela, Mavila e Banguza no distrito de Zavala;

- Gaza - electrificação da sede do Distrito de Massingir, Parque Transfronteiriço, Canhane, Banga Comercial, Banga Novo, Banga Velho, Chitar, Makhatine, Tchaque, Vila Mapai e Mashoe no Vale do Limpopo, Localidades de Chissano, Chimondzo, Incaia e Licilo no Distrito da Macia, Siaia no Distrito de Xai-Xai, Chinhacanine e Mavoze em Chókwè, Chivonguene em Guijá e Chalala no Distrito de Manjacaze;
- Maputo - electrificação da Localidade de Chobela no Distrito de Magde;
- Electrificação dos seguintes locais com base em grupos geradores:
 - Cabo Delgado - Posto Administrativo de Mucojo em Macomia e Localidade de Murrébue em Mecufi;
 - Niassa - Localidade de Matchedje no Distrito de Sanga;
 - Nampula - Postos Administrativos de Mamaponda em Angoche;
 - Zambézia - Posto Administrativo de Chire no Distrito de Morrumbala;
 - Tete - Posto Administrativo de Netengo wa Mbalame em Tsangano;
 - Manica - Posto Administrativo de Dacata em Mossurize;
 - Sofala - Sede do Distrito de Maríngué e Posto Administrativo de Muxungué em Chibabava;
 - Inhambane - Posto Administrativo de Vila Franca de Save no Distrito de Govuro;
- Electrificação com base em Painéis solares do Posto Administrativo de Muze no Distrito de Zumbo, assim como a Localidade de Bândua, Distrito de Búzi, Província de Sofala;
- Electrificação com base em Mini-hídricas do Posto Administrativo de Kazulá no Distrito de Chiúta em Tete, Postos Administrativos de Rotanda e Mavonde nos Distritos de Sussundega e Manica respectivamente bem como a Localidade de Honde no Distrito de Bárue na província de Manica;
- Promover o uso sustentável de recursos energéticos, através da diversificação de fontes de energia com base na biomassa nos seguintes locais:
 - Casca de Coco como combustível para geração de energia eléctrica na sede do Distrito de Chinde e ainda no Posto Administrativo de Micaúne, bem como na Localidade de Bajone, Distrito da Maganja da Costa na Província da Zambézia. Carvão Vegetal através de fornos melhorados para produção de carvão na Província de Sofala nas sedes dos Distritos de Dondo e Nhamatanda e disseminação de fogões melhorados na sede de Magde em Maputo, Cidade da Beira e nas sedes dos Distritos de Dondo e Nhamatanda em Sofala;
- Prosseguir com a construção do Centro de Despacho o que permitirá a gestão centralizada da Rede Nacional de Transporte e melhor coordenação com o Sistema Regional de Transporte de Energia, no âmbito da Southern Africa Power Pool;
- Prosseguir com as acções visando a implementação de projectos energéticos no âmbito da iniciativa NMPD (Desenvolvimento de projectos energéticos no Norte de Moçambique);
- Concluir o estudo de viabilidade do projecto hidroeléctrico de Massingir;
- Prosseguir com as reformas do sector de energia, incluindo a promoção da participação privada em regime de contratos de concessão;
- Estabelecer 30 mil novas ligações domiciliárias através de todas as fontes de energia;
- Consolidar e concluir o quadro legal para o Sector de Combustíveis, nomeadamente, Revisão do Decreto nº 1/97 de 28 de Janeiro, Regulamentos sobre as normas técnicas para construção de postos de abastecimento de combustíveis e segurança na armazenagem, transporte e distribuição, Desenvolver mecanismos de incentivo para expansão da Rede de Distribuição e Comercialização de Combustíveis Líquidos, com incidência para as zonas rurais e em particular para o petróleo de iluminação e GPL;
- Implementar o Projecto de Utilização do Gás Natural em viaturas, priorizando as de transporte público de passageiros e mercadoria;
- Assegurar o Projecto de Expansão do uso do Petróleo de Iluminação para as zonas rurais;
- Construir 2 postos de abastecimento de combustível, sendo 1 na Localidade de Inchope no Distrito de Gondola e 1 na Localidade de Muelé em Inhambane;
- Promover a realização do estudo de viabilidade para a produção de petróleo de iluminação a partir do condensado do gás natural de Pande e Temane;
- Construir 3 tanques de armazenamento de combustível na Beira com capacidade de 2500m³ cada um.

C. Pescas

Neste sector, para o ano de 2006, as acções continuarão viradas para as actividades de pesquisa, com o objectivo de contribuir para uma gestão sustentável da exploração dos recursos pesqueiros, monitoria, controle e fiscalização da actividade pesqueira, desenvolvimento da aquacultura comercial e melhoramento das condições de vida das comunidades pesqueiras. Das principais acções a realizar se destacam:

- Promoção de 30 grupos de poupança e crédito: 20 em Nampula, 5 na Zambézia e 5 em Sofala;
- Consolidação das iniciativas de co-gestão e expansão de acções de promoção para 11 grupos;
- Promoção e consolidação de 20 associações de pescadores em distritos de 7 províncias:
 - Palma, Mocimboa da Praia, Ilha do Ibo, Memba e Pemba Metunge, em Cabo Delgado;
 - Metangula, em Niassa
 - Angoche, Moma, Nacala, Ilha de Moçambique, em Nampula;
 - Pebane, Maganja da Costa e Chindá, na Zambézia;

- Manica, na província de Manica,
- Inhassoro e Vilanculo, em Inhambane;
- Catembe e Costa do Sol, na Cidade de Maputo.
- Revisão da Estratégia de Desenvolvimento da Pesca Artesanal;
- Elaboração da Estratégia do Género para o sub-sector da pesca artesanal e dos serviços financeiros;
- Construção de 8 centros de demonstração do processamento de pescado nos distritos de Palma, Momba e Ilha do Ibo, na província de Cabo Delgado;
- Divulgação dos resultados da investigação junto às comunidades dos pescadores;
- Financiamento da montagem de 2 máquinas de produção de gelo, em Cabo Delgado e Nampula;
- Divulgação e extensão de técnicas e artes de pesca em 28 centros de pesca: em Xai-xai e Massingir em Gaza, Inhassoro e Vilanculo em Inhambane, Mutarara e Mágôe em Tete, Metangula em Niassa; e na Baía de Maputo, em Maputo;
- Aquisição de duas embarcações de patrulha para Sofala e Maputo;
- Conclusão da elaboração de Planos de Gestão das pescarias de camarão e de pesca a linha;
- Operacionalização de modelos bio-económicos para as pescarias do camarão e gamba;
- Desenvolvimento de bases de dados informatizadas para a certificação sanitária no Órgão Central e nas delegações de Maputo, Inhambane, Sofala, Tete e Zambézia, e nos laboratórios das Cidades de Maputo, Beira e Quelimane;
- Estudos aquícolas e hidro-biológicos da baía de Pemba; da biologia do camarão na baía do Maputo; das principais espécies pelágicas em Inhambane; de selectividade das redes de pesca de kapenta, sobre a biologia da magumba *Hilsa kelle* na Baía do Maputo, sobre o caranguejo *Scilla serrata* em Sofala e sobre reprodução do caranguejo *Portunus pelagicus* em Inhambane;
- Apoio na criação de pequenas infra-estruturas para o fomento da piscicultura;
- Continuação da promoção do desenvolvimento do cultivo sustentável de camarão nas províncias de Cabo Delgado, Zambézia, Sofala e Inhambane, e de algas nas províncias de Cabo Delgado e Nampula;
- Continuação do estudo de ordenamento da actividade aquícola no país;
- Disseminação e implementação da política de desenvolvimento da aquacultura; e
- Reabilitação dos Portos de Pesca de Angoche em Nampula e da Beira em Sofala.

D. Recursos minerais

Neste sector, as acções programadas para 2006, visam aumentar a produção mineira e de gás natural de modo sustentável; pesquisar e inventariar os recursos minerais, incluindo o carvão e

hidrocarbonetos; fortalecer a capacidade negocial do Governo no que se refere às concessões dos recursos minerais tendo em vista a obtenção de benefícios justos para o País; aumentar a participação do empresariado nacional no sector; e, prosseguir com as actividades de inspecção e fiscalização.

Sector Mineiro

- Prosseguir com os programas de prospecção e pesquisa de minerais pesados das areias costeiras, nomeadamente; de Xai-Xai, Chongoene até Inhambane; Micaúne, Deia, Pebane e Moebase; na Zambézia;
- Realizar a prospecção e pesquisa de metais básicos, metais preciosos, ouro e diamantes, nas províncias de Cabo Delgado, Niassa; Zambézia, Tete e Manica;
- Acompanhar a implementação do Projecto das Areias Pesadas de Moma;
- Garantir o início da implementação do Projecto das Areias Pesadas de Chibuto;
- Assistir e treinar em matéria de educação ambiental os mineiros artesanais das províncias de Nampula, Niassa, Zambézia e Tete e nos centros pilotos de Manica;
- Realizar palestras e seminários bem como a produção de brochuras sobre a legislação mineira e boas práticas de mineração,
- Atrair investidores com experiência na exploração de jazigos de minerais industriais tendo em vista a promoção do seu uso no País;
- Realizar estudos geológicos para a avaliação do potencial carbonífero em áreas adjacentes ao jazigo de Moatize e outras localizadas nas províncias de Cabo Delgado, Niassa, Tete e Manica;

Sector Geológico

- Reabilitar e apetrechar as estações sismológicas de Maputo e Nampula;
- Realizar a prospecção e pesquisa geológica em áreas seleccionadas nos Distritos de Mocuba, Alto Molócue e Gilé na província da Zambézia;
- Acompanhar o programa do mapeamento geológico na escala 1:250.000 em todo território Nacional;
- Iniciar o mapeamento geológico ambiental da zona costeira de Moçambique na escala 1:50.000;
- Realizar o mapeamento geológico na escala 1:50.000 da Ilha do Bazaruto;
- Realizar pesquisa geológica e estudos de desenvolvimento/extracção de minerais pesados das areias de Chibuto, Xai-Xai, Chongoene até Inhambane, Micaúne, Deia, Pebane, Moebase e Moma;
- Iniciar o estudo, inventariação e conservação do património geológico e desenvolver acções de geoconservação na Província de Tete e em outros locais do País;
- Garantir a realização do XXI Colóquio de Geologia.

Sector de Hidrocarbonetos

- Dar continuidade à pesquisa sistemática de hidrocarbonetos nas Bacias de Moçambique e Rovuma, incluindo a aquisição sísmica, a realização de furos nos Blocos de Zambeze onshore/offshore, Blocos 16 e 19;
- Realizar uma pesquisa adicional no Bloco de Pande-Temane, incluindo abertura de furos de pesquisa e produção de modo a incrementar as reservas e maximizar o aproveitamento dos recursos gasíferos desse bloco;
- Iniciar a construção do Armazém Nacional de Carotes;
- Finalizar o estudo das opções de aproveitamento de condensado de Pande-Temane, incluindo a possibilidade do seu processamento no País; e os estudos de avaliação do Jazigo de Inhassoro que possibilitem a sua exploração comercial;
- Concluir estudos de uso e distribuição de Gás Natural nos cinco pontos de toma, nomeadamente: Temane, Funhalouro/Chigubo, Chokwé/ Macarretane, Magude e Ressano Garcia, tendo em vista a implementação de projectos direccionados ao sector industrial e doméstico;
- Expandir o centro de dados, de forma a torná-lo centro de referência nacional e internacional que providencie assistência às companhias interessadas em investir no sector de petróleos;
- Fiscalizar e monitorar o transporte de venda de gás e condensado para utilizadores domésticos e industriais, a produção de Gás Natural de Temane, sua exportação para a África do Sul, e a medição de gás de Temane e Ressano Garcia e doutros que se mostrem necessários;
- Licenciar novas áreas para pesquisa e licenciamento de hidrocarbonetos, nas Bacias de Rovuma e de Moçambique; e
- Realizar estudo de viabilidade para a rede de distribuição de gás nas cidades de Maputo, Matola e Inhambane, bem como o estudo de mercado do Gás Natural.

E. Indústria e comércio

Neste sector as acções para 2006 estarão orientadas para a divulgação e implementação da Política e Estratégia Industrial; a promoção e revitalização da produção dos sectores têxtil, vestuário e metal-mecânico; a criação de pequenas e médias empresas (PME's) ao nível nacional; o desenvolvimento de políticas comerciais que estimulem e fomentem o intercâmbio comercial nacional e internacional de modo a promover e dinamizar a comercialização agrícola. Deste modo, são acções de política para 2006:

- Divulgar e implementar a Política e Estratégia Industrial;
- Promover a revitalização da produção dos sectores Têxtil, Vestuário e Metal-mecânico, através da divulgação e implementação das respectivas estratégias sectoriais;
- Concluir a elaboração da estratégia para as PME's, bem como promover a sua operacionalização;
- Assegurar o acompanhamento pós-privatização e identificar as dificuldades existentes nas empresas;

- Prosseguir com as acções de assistência técnica aos salineiros, para garantir o consumo de sal iodado em todo o país;

Assegurar o desenvolvimento de políticas comerciais que estimulem e fomentem o intercâmbio comercial nacional e internacional, através:

- Da conclusão do processo de elaboração da Política de Concorrência e implementação da estratégia para o desenvolvimento das exportações de produtos processados de madeira de Moçambique;
- Da promoção e dinamização da comercialização agrícola, divulgando e implementando a Estratégia de Comercialização Agrícola (2005 - 2009);
- Da continuidade do processo de divulgação de informação sobre preços e mercados;
- Da implementação do processo de reestruturação do Instituto de Cereais de Moçambique;

Consolidar o processo de simplificação e descentralização de competências de decisão para o licenciamento de actividades comerciais através de:

- Monitoria do processo de implementação do Decreto n.º 49/2004, sobre o licenciamento de actividade comercial;
- Prosseguimento de acções que visam uma melhor utilização das antigas lojas e cantinas rurais, através da simplificação dos procedimentos para a sua alienação;

Garantir a participação do país no processo de integração regional e vincar os interesses nacionais na cooperação entre a região e os seus parceiros de desenvolvimento:

- Assegurar a participação e representação do País nos sistemas comerciais, bilateral, regional e multilateral, bem como monitorar e avaliar o impacto da implementação do protocolo comercial da SADC; e
- Disciplinar o exercício das actividades económicas do sector, garantindo o cumprimento da legislação por parte dos agentes económicos e assegurar a fiscalização das actividades industriais e comerciais ao nível nacional.

No que diz respeito ao Instituto da Propriedade Industrial (IPI), prevê-se a elaboração da Política e Estratégia da Propriedade Intelectual e divulgação do sistema da Propriedade Industrial.

F. Turismo

Neste sector, as acções para 2006 visam o desenvolvimento do marketing, com objectivo de estimular o turismo doméstico; divulgar a Estratégia de Desenvolvimento de Recursos Humanos; consolidar o funcionamento do portal do turismo, garantindo a cobertura e maior abrangência do produto turístico comercializável dentro do País,

No Dominio Institucional e de Recursos Humanos:

- Monitorar o processo de descentralização do sistema de planificação, gestão de recursos humanos e execução orçamental dos Parques e Reservas para as direcções provinciais e continuar o processo de formação de quadros em matérias específicas de planificação, gestão orçamental e de recursos humanos;

- Proceder à integração efectiva no aparelho do Estado de 150 fiscais;
- Promover o estabelecimento dos níveis básico e médio nas áreas de hotelaria, turismo e de conservação em coordenação com sector da Educação e Cultura, sector privado, instituições de ensino e sindicatos do ramo; e
- Prosseguir com o processo de reactivação dos Centros de Formação em Fauna Bravia, do Parque Nacional da Gorongosa e da Escola Básica da Reserva de Maputo.

No Domínio do ordenamento e coordenação intersectorial:

- Divulgar o Plano Estratégico e de Desenvolvimento do Turismo (PEDT) aos diferentes níveis e monitorar o processo da elaboração dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento do Turismo nas províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Manica, Tete e Nampula;
- Estimular a criação de fóruns de facilitação turística a nível das províncias, com prioridade para as de Maputo, Inhambane, Zambézia, Nampula, Cabo Delgado e Niassa com vista a melhorar a coordenação intersectorial e a viabilização da implementação do PEDT aos níveis provincial e local;
- Consolidar o sistema de estatísticas de turismo de forma a produzir indicadores estatísticos sobre os movimentos de viajantes nos postos fronteiriços, de hóspedes, nos estabelecimentos de alojamento, e das despesas de turistas dentro do país;
- Elaborar os projectos de Decreto sobre o exercício do direito de habitação periódica e revisão do regulamento das Coutadas, incluindo o turismo cinegético, no âmbito da regulamentação da Lei do Turismo;
- Divulgar os regulamentos do turismo, através de seminários provinciais envolvendo os operadores do sector, sindicatos do ramo e outros actores relevantes;
- Estabelecer um Sistema de Classificação de estabelecimentos de alojamento turístico, restauração e bebidas.

No Domínio das Áreas de Conservação:

- Iniciar a IIª Fase do projecto das Áreas de Conservação Transfronteiriça, em coordenação com as diferentes instituições do Estado;
- Instalar infra-estruturas básicas de Maneio no Parque Nacional das Quirimbas;
- Melhorar o sistema de fiscalização das áreas de conservação através do estabelecimento de um sistema de comunicação via rádio, intra e inter parques e reservas;
- Garantir assistência à organização das comunidades residentes junto dos parques nacionais de Gorongosa, Bazaruto, Reserva de Maputo e da coutada nº 9 com vista ao acesso dos 20% das receitas estabelecidas em diploma legal;
- Iniciar o processo de reassentamento das populações que vivem no interior do Parque Nacional do Limpopo;
- Elaborar o Plano de Desenvolvimento do Turismo nos Distritos de Matutuine na província do Maputo;

- Sussundenga em Manica, e de Vilanculo em Inhambane; e
- Adoptar o modelo da Partilha de Receitas entre Zimbabwe, Moçambique e África do Sul em cumprimento do Tratado assinado entre os três Estados sobre a criação do Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo (PTGL).

No Domínio da Promoção do Turismo:

- Proceder à divulgação do Plano Estratégico de *Marketing* a nível provincial e local com o envolvimento do sector privado e outros actores relevantes e mobilizar fundos para a sua operacionalização;
- Consolidar o funcionamento do Portal do Turismo, garantindo a cobertura e maior abrangência do produto turístico comercializável dentro do país;
- Promover investimentos nas três regiões do País definidas no PEDT com enfoque nas Áreas Prioritárias para Investimentos do Turismo (APIT's), Áreas de Conservação Transfronteira (ACTF's) e Rotas Turísticas;
- Desenvolver campanhas de *marketing* para estimular o turismo doméstico; e
- Mobilizar parcerias estatégicas e alianças com países vizinhos e a nível da SADC, iniciando a criação de condições de promoção nas áreas de desenvolvimento transfronteiriço eleitas para captação de turistas para a região, usando como mote a realização do Mundial de Futebol em 2010, na África do Sul;

No Domínio da Inspeção das Actividades Turísticas prevê-se reforçar a actividade de inspecção multisectorial para o combate aos desmandos nas zonas costeiras com maior incidência nas províncias de Maputo, Inhambane e Cabo Delgado.

No Domínio de Investimentos e Apoio ao Empresariado Nacional:

- Definir linhas orientadoras para o acesso de empresários moçambicanos nas concessões de espaços para implantação de infra-estruturas turísticas dentro do Parque Nacional do Limpopo, Reserva Especial de Maputo e nas Coutadas ainda não concessionadas;
- Prestar, por intermédio do FUTUR apoio directo ao empresariado nacional através da concessão de incentivos financeiros no valor global de 15 milhões de contos para a reabilitação, modernização e construção de estabelecimentos hoteleiros e similares ao longo do país, usando o Programa de Microcréditos;
- Construir infra-estruturas de apoio ao turista, nomeadamente, cinco Sanitários Públicos, 5 alpendres para artesanato e bancas de venda de frutas em zonas de comprovado afluxo turístico ao longo da Estrada Nacional n.º 1;
- Construir duas unidades de alojamento; um pequeno Acampamento fixo ou Lodge no Parque Nacional de Limpopo, em Gaza e um Motel no corredor de desenvolvimento de Nacala, na província de Nampula; e

- Prosseguir com o Programa de descentralização dos Microcréditos e estendê-lo às Províncias de Cabo Delgado, Sofala e Gaza.

G. Transportes e comunicações

A política do Governo no sector dos Transportes e Comunicações para 2006 define como objectivos principais a continuação na melhoria gradual da fiabilidade, segurança, comodidade e expansão dos serviços de transporte prestados à população nas zonas urbanas e rurais; a participação mais eficiente do empresariado nacional no controlo, operação e investimento nos subsectores; e, o desenvolvimento rápido do sector, através da actualização da legislação, adaptando-a às mudanças e exigências que ocorrem a nível nacional e internacional. Assim as acções de política são as seguintes:

No domínio dos Transportes Marítimo, Fluvial e Lacustre:

- Reabilitar e reparar as infra-estruturas de acostagem nas travessias de Maputo/Catembe e Inhambane/Maxixe; e
- Efectuar a dragagem de emergência no Porto da Beira.

No âmbito da Segurança Rodoviária:

- Informatizar as cartas de condução e livrete; e
- Produzir a carta de condução da SADC.

No domínio dos Transportes Rodoviários:

- Aquisição de 70 autocarros para os transportes públicos de Maputo, Beira e Nampula;
- Criar terminais rodoviários de passageiros nas Cidades de Maputo e Beira;
- Descentralizar o licenciamento de operadores de transporte rodoviário de passageiros e de mercadorias.

Na área da Aviação civil:

- Elaborar o Regulamento sobre licenciamento e certificação de aeroportos; e
- Estabelecer acordos bilaterais com a Zâmbia, o Zimbábue e a Tanzânia.

Na área das Comunicações:

- Implementar a segunda fase do sistema VSAT em Boane, com vista a estender a cobertura para os seguintes distritos: Massangena (Gaza); Mabote e Funhalouro (Inhambane); Guro, Sussundenga e Machaze (Manica); Zumbo, Tsangano, Marávia, Macanga e Chiúta (Tete); Maganja da Costa, Gilé, Chinde, Ile, Pebane e Mopeia (Zambézia); Chemba, Maringue, Chibabava e Machanga (Sofala); Namapa, Memba, Mecuburi e Moma (Nampula); Metuge, Nangade, Namuno, Muidumbe, Ibo, Balama e Ancuabe (Cabo Delgado); Metangula, Marrupa, Ngauma, Mecula, Maua, Metarica e Mecnheles (Niassa);
- Instalar equipamento para exploração do sistema de acesso telefónico sem fio em todas as capitais provinciais e nos distritos de Dondo, Guruè, e Município de Cuamba, Maxixe e Vilanculo;

- Instalação dos Sistemas de Telecomunicações Rurais na província de Gaza, nomeadamente nos distritos de Massangena, Mabalane, Guijá, Chigubo e Chicualacuala;

- Instalar a fibra óptica nos troços Dondo/Caia; Quelimane/Mocuba, e Nampula/Cuamba;

- Expandir os serviços de telefonia móvel para os distritos de Angoche (Nampula); Cuamba (Niassa); Goruè (Zambézia) e Malema (Nampula)

No domínio dos Portos e Caminhos de Férro

- Prosseguir com as obras de reconstrução da Linha de Sena;
- Concluir a reabilitação do Porto de Quelimane;
- Reactivar as linhas férreas de Ressano-Garcia e de Goba.

No domínio da Meteorologia

- Implementar o sistema computadorizado de produção e disseminação de informações meteorológicas; e
- Introduzir um novo formato de apresentação de previsões meteorológicas, via televisão, utilizando gráficos animados.

H. Medidas de apoio ao empresariado nacional

Neste âmbito, perspectiva-se para 2006 o desenvolvimento das seguintes acções:

Projecto para o Desenvolvimento Empresarial (PODE)

- Prosseguir com acções de apoio à melhoria da competitividade empresarial através da promoção de cursos de formação, pesquisa de mercado, promoção da qualidade e competitividade de produtos nacionais;
- Prosseguir com a promoção de "LINKAGE" entre as empresas nacionais e os grandes projectos na perspectiva de obter-se maiores vantagens e nas oportunidades de negócios gerados pelos mega-projectos.

Promoção de Programas de Facilidades de Crédito

- Prosseguir com as acções de promoção de facilidade de crédito para o empresariado nacional através da:
- Implementação do programa de apoio ao sector privado afectado pelas cheias de 2000-2001;
 - Implementação do programa de apoio ao sector produtivo através da repassagem de equipamento via leasing; e
 - Financiamento para a reabilitação de lojas, cantinas rurais a operadores de comercialização agrícola.

Valorização da Produção Agrícola Nacional

- Prosseguir com acções de estabelecimento de mecanismos de ligação entre produtores agrícolas e consumidores

com vista a promover o estabelecimento de parcerias e de acordos para o fornecimento e consumo de produtos nacionais, bem como contribuir para a criação de oportunidades de negócios, geração de emprego e redução de preços ao consumidor; e

- Remoção de Barreiras Administrativas e criação de um ambiente favorável ao negócio.
- Prosseguir com acções de promoção de diálogo permanente com o sector privado e criação de um ambiente favorável de negócio através da:
- Remoção de barreiras administrativas ao investimento e simplificação de procedimentos para o licenciamento de actividades económicas; e
- Consolidação do funcionamento dos Balcões Únicos em todas as Províncias.

V.3. Boa governação, legalidade e justiça, descentralização e desconcentração

A boa governação é uma das condições fundamentais para o sucesso da estratégia de combate à pobreza. O PARPA inclui políticas para promover a boa governação tais como: descentralização e desconcentração, reforma das administrações públicas para melhor responderem às necessidades dos cidadãos, o reforço da capacidade e eficiência do sistema legal e judicial, o melhoramento da segurança pública e o desenvolvimento dum programa focalizado na redução da corrupção a todos os níveis.

A. Reforma do sector público, descentralização e desconcentração

A Reforma do Sector Público abrange as componentes da descentralização e racionalização de estruturas e processos de prestação de serviços, melhoria do processo de formulação e monitoria de políticas públicas, profissionalização dos funcionários do sector público, melhoria da gestão financeira e prestação de contas e o combate à corrupção.

No âmbito da descentralização e desconcentração, o PARPA estabelece como objectivo principal a dotação dos Órgãos Locais do Estado ao nível Distrital e ao nível Provincial de maior dinamismo e capacidade. Assim dentre outras acções a serem desenvolvidas para o efeito, merecem destaque as seguintes:

- Prosseguir com a Revisão do Pacote Autárquico através da:
 - Submissão à Assembleia da República, da proposta de Lei do Regime de Providência Social dos Titulares e membros dos Órgãos Autárquicos;
 - Definição dos pressupostos para remuneração dos membros da Assembleia Municipal, tendo em conta a classificação dos Municípios;
- Implementar a Lei dos Órgãos Locais do Estado (LOLE) através da:
 - Implantação das Estruturas dos Governos Provinciais e em 30 Distritos;
 - Criação de instituições de Participação e Consulta Comunitária em 30 Distritos onde serão implantadas as novas estruturas;
 - Revisão dos Quadros de Pessoal dos Governos Locais;

- Eliminar passos supérfluos na tramitação de documentos através da redifinição dos Fluxogramas e informação aos utentes;
- Elaborar um Código de procedimentos administrativos simplificado;
- Continuar com a implementação do Decreto 15/2000 sobre a legitimação e reconhecimento de 6,000 Autoridades Tradicionais do 2º escalão e do regulamento específico sobre o Subsídio para as autoridades tradicionais;
- Regular o Estatuto Geral do Funcionário do Estado (EGFE);
- Rever a divisão administrativa do País e delimitar o território;
- Divulgar e implementar a Política Nacional de Gestão de Documentação, Registo e Arquivo do Estado;
- Reabilitar e construir 38 infra-estruturas (sedes de administrações de distritos, de postos administrativos e residências) nas províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Tete, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza e Maputo;
- Elaborar a Política e Estratégia Global de Descentralização,
- Definir atribuições, competências e procedimentos para a realização de investimentos sectoriais e prestação de serviços pelos distritos e províncias incluindo metas e prazos;
- Aprovar e divulgar a Estratégia Nacional para o Programa de Planificação e Finanças Descentralizadas;
- Actualizar e divulgar as Orientações para a Elaboração dos Planos Distritais (1998) e a Guião para Consulta Comunitária (2003);
- Publicar e distribuir os manuais nacionais sobre planificação e finanças distritais;
- Elaborar orientações e modelos para a preparação dos PESODs (Plano Económico e Social e Orçamento Distrital) - 2007 e a sua harmonização com PESOPs (PES e Orçamento Provincial) - 2007;
- Integrar todos os distritos no processo de planificação distrital participativo, no âmbito de implementação da LOLE;
- Desenvolver um sistema nacional de monitoria do Programa de Planificação e Finanças Descentralizadas;
- Realizar cursos regionais de capacitação em matérias de planificação, orçamentação distrital e participação comunitária;
- Integrar os assuntos transversais nomeadamente género, gestão das calamidades, segurança alimentar, gestão dos recursos naturais, HIV/SIDA, no ciclo de planificação distrital;
- Definir os termos de referência para auditoria dos Órgãos Locais do Estado (OLEs) e elaborar um plano de auditoria; e
- Integrar o desenvolvimento económico local no ciclo de planificação distrital.

Em relação à profissionalização da Função Pública e a modernização administrativa com vista à concretização do objectivo final da melhoria da qualidade dos serviços ao cidadão serão realizadas as seguintes actividades:

- Formar 30 operadores para actualização do SIP/SIFAP; e
- Ampliar a rede SIP do MAE de forma a permitir interligação com os órgãos centrais e formar 90 gestores do sistema a nível central e provincial.
- No âmbito da implementação do Sistema de Formação em Administração Pública (SIFAP):
 - Reabilitar e apetrechar as instalações do IFAPA Lichinga,
 - Ampliar e equipar as instalações do IFAPA Beira;
 - Construir e equipar o Auditório do IFAPA Maputo; e
- Na componente de aperfeiçoamento e capacitação profissional do ensino não formal será prosseguida a formação dirigida a funcionários em exercício de funções de direcção e chefia, administradores de distrito (128), chefes de posto administrativo (154), chefes de secretarias distritais das províncias de Manica, Sofala, Zambézia, Cabo Delgado e Niassa e Secretários permanentes distritais (128);
- Formar 100 formadores nas diversas especialidades de ensino modular;
- Graduar 500 estudantes do nível médio em Administração Pública nos IFAPAs;
- Formar 1,500 funcionários nos cursos modulares no âmbito do SIFAP;
- Iniciar o Ensino à Distância de nível básico abrangendo os funcionários que possuem o nível elementar de escolaridade;

No quadro do funcionamento do Instituto Superior de Administração Pública (ISAP):

- Operacionalizar o Certificado Profissional em Administração Pública para todo funcionário que ocupe um cargo de direcção e chefia;
- Realizar 5 cursos executivos;
- Iniciar o desenvolvimento do programa de pós-graduação em Administração Pública;
- Formar e capacitar 128 administradores para potenciá-los de conhecimentos, capacidades e competências para dirigir o distrito, em matéria de planificação, orçamentação e recursos humanos;
- Implementar a estratégia de prevenção e combate ao HIV/ SIDA em coordenação com o Conselho Nacional de Combate ao SIDA;
- Operacionalizar a Inspeção Administrativa do Estado (IAE), no âmbito de Boa Governança e combate à corrupção.

No âmbito do e-SISTAFE, o enfoque principal é a expansão das funções básicas, nomeadamente tesouro, execução orçamental e contabilidade. Neste âmbito, prevê-se alcançar a meta para a expansão ("roll-out") estabelecida no plano de acção 2006-2008 (a ser aprovado em Novembro 2005 e anexado ao Memorando de Entendimento com os Parceiros Internacionais).

Em relação ao *Procurement* a acção chave continuará sendo a implementação de um sistema moderno do *procurement* de acordo com as melhores práticas internacionais baseado no novo regulamento do *procurement* e em ligação com o e-SISTAFE. Para o efeito, prevê-se a criação e a entrada em funcionamento da Unidade de Supervisão de Aquisições Públicas (USAP).

O Governo continuará a melhorar a cobertura e a função das auditorias internas e externas. Serão produzidos 70 relatórios de auditoria financeira pelo Tribunal Administrativo. Ao nível distrital, a percentagem de distritos e municípios auditados pela Inspeção-Geral das Finanças (IGF), prevê-se que atinja 20%. De referir que esta meta é importante no contexto da orçamentação directa dos distritos.

No âmbito da Justiça em 2006 os esforços continuarão no sentido de implementar o Plano Estratégico Integrado, com o objectivo de simplificar os processos e de elevar a eficiência na provisão de serviços pelo sistema judicial. As principais acções por componentes são:

Acesso à Justiça

- Elaborar um estudo sobre a expansão territorial do Tribunal Administrativo;
- Divulgar aos cidadãos, em todas as províncias, a necessidade de registo, através de rádios comunitárias e panfletos em parceria com as instituições públicas (Mulher e Acção Social, Saúde e Educação e Cultura), sociedade civil, líderes religiosos e chefes comunitários;
- Realizar um seminário nacional sobre o pluralismo jurídico em Moçambique;
- Realizar um seminário nacional sobre o exercício do direito à religião;
- Divulgar 10.000 brochuras sobre os direitos fundamentais dos cidadãos;
- Criar mecanismos legais de coordenação entre a justiça formal e informal;
- Conceber e aprovar a Política Nacional sobre Direitos Humanos no país;
- Criar a Comissão Nacional de Direitos Humanos;
- Estabelecer acordos de cooperação com ONG's e organizações públicas de Direitos Humanos com vista à realização de parcerias para a promoção e defesa dos direitos humanos;
- Estabelecer um acordo de cooperação/ projecto-piloto com as Faculdades de Direito da UEM e ISPU para assistência jurídica e judiciária aos reclusos nos estabelecimentos prisionais em Maputo e Quelimane e nas respectivas esquadras, bem como com a PIC;
- Avaliar sistematicamente o grau de acesso dos cidadãos à justiça.

Como corrolário dos esforços nesta área, prevê-se atingir um aumento do número de sentenças judiciais em 50% (em comparação com 2002) e reduzir até 50%, o número de prisioneiros que ainda aguardam a acusação e julgamento.

Formação

- Formar 30 juízes e 40 oficiais de justiça;
- Recrutar e formar 40 técnicos com o nível de licenciatura para os sectores prisional e Registos e Notariado;

- Realizar um curso de técnicos médios para 60 funcionários dos Registos e Notariado;
- Capacitar 26 funcionários em matéria de informática;
- Formar 20 reclusos em cada estabelecimento prisional em cursos profissionalizantes;

Reforma Legal

- Reformular os diplomas reguladores das actividades do Tribunal Administrativo, bem como da respectiva lei orgânica;
- Produzir legislação sobre:
 - Confissões religiosas no país (concluir a lei);
 - Lei do referendo;
 - Regulamento sobre a lei do HIV/SIDA;
 - Pessoas portadoras de deficiência incluindo os deficientes de guerra;
 - Lei sobre o terrorismo;
 - Direitos do Consumidor;
 - Legislação sobre a Concorrência;
 - Lei sobre a aquisição, perda e reaquisição da nacionalidade.

Infra-estruturas e Equipamento

- Estabelecer e equipar centros regionais de documentação na Beira e Nampula;
- Elaborar o projecto de construção de Prisão - Escola para reclusos maiores de 16 e menores de 25 anos;
- Concluir a construção e apetrechamento da Cadeia Central de Dondo;
- Dar continuidade a execução do Projecto-piloto de auto-construção de infra-estruturas prisionais e construção da Cadeia Provincial de Gaza;
- Construir o edifício da Procuradoria Provincial do Niassa;
- Reabilitação das cadeias de Mueda e de Mocimboa da Praia;
- Reabilitação dos edifícios do Tribunal e Procuradoria em Nampula;
- Conclusão da Cadeia Distrital de Macanga;
- Construção do edifício da Procuradoria de Manica;
- Reabilitação da Cadeia Central de Maputo; e
- Reabilitação e apetrechamento do Centro de Reclusão Feminino de Ndlavela (Maputo).

Controlo da Legalidade

- Emitir relatório e parecer sobre a Conta Geral do Estado (CGE) de 2005;
- Realizar auditorias programadas;
- Reforçar os órgãos de inspecção e desenvolvimento sistemático da acção inspectiva sobre a actividade dos organismos públicos;
- Implementar diplomas legais que compreendem medidas de prevenção e combate à corrupção;

- Reforçar e expandir a acção e os mecanismos de combate à corrupção;
- Estabelecer planos concretos de acções de combate à corrupção ao nível dos sectores, governos provinciais e distritais, que tenham resultados de impacto imediato;

Documentação Jurídica

- Adquirir material bibliográfico para os tribunais e desenvolvimento da informatização do acervo de obras da biblioteca do Tribunal Supremo, visando o seu acesso electrónico pelos utilizadores;
- Compilar e publicar os Acórdãos do Tribunal Supremo respeitantes ao período 1990 - 2002;
- Apetrechar a biblioteca da Procuradoria Geral da República (PGR) em bibliografia diversa e aquisição de uma base de dados para tratamento de documentação jurídica;
- Publicar regularmente materiais sectoriais (jurisprudência, políticas, directrizes).

Modernização e Informatização

- Estender a rede *govnet* para as direcções do Ministério da Justiça;
- Introduzir o uso de aparelhos electrónicos para a colheita e tratamento de impressão digital para efeito de registo Criminal;
- Criar base de dados sobre as actividades das ONG's que trabalhem nos Direitos Humanos;

Recursos Humanos

- Recrutar e formar 13 administradores de tribunais licenciados em Gestão e 48 assistentes;
- Recrutar contadores verificadores para as áreas da Conta Geral do Estado (CGE), Contas e Auditoria Financeira (CAF) e Visto no quadro das acções de capacitação institucional do Tribunal Administrativo;
- Recrutar técnicos informáticos para a área da Informática no quadro das acções de capacitação institucional do Tribunal Administrativo;
- Nomear procuradores chefes dos distritos;
- Instalar o subsistema de informação de pessoal (SIP) em rede ao nível nacional.

Comunicação e Desenvolvimento Inter-institucional

- Rever a estrutura organizativa dos tribunais;
- Capacitar o Tribunal Administrativo para intervir em tempo útil nos novos ambientes de trabalho criados no âmbito do Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE);
- Implementar um sistema de gestão de documentos, registo e arquivo da PGR;
- Definir a Visão Conjunta de Desenvolvimento do Sector da Justiça;
- Institucionalizar o Regulamento da inspecção do Ministério Público;

- Estimular o uso de tecnologias de informação e comunicação no âmbito da implantação do Governo electrónico;
- Elaborar o Regulamento e Estatuto Orgânico do Conselho de Legalidade e Justiça (CCLJ);
- Participar nas reuniões da revisão conjunta entre o governo e os parceiros de cooperação;
- Criar um Sistema Harmonizado de Monitoria e Avaliação, instrumento necessário para a simplificação e rápido processamento de dados;
- Continuar a harmonizar os instrumentos de planificação e monitoria Plano Estratégico e Integrado (PEI) Plano Operativo do PEI (POPEI), com o PES e Orçamento do Estado;
- Criar mecanismos de articulação rotineira entre o departamento de promoção e desenvolvimento dos Direitos Humanos e as ONG's que operam na área dos Direitos Humanos.
- Rever o Plano Estratégico Integrado do Sector da Justiça e o respectivo plano operacional, incluindo a perspectiva do género e HIV/SIDA.

No domínio da Ordem Pública, identificação civil, migração e bombeiros, constituem uns dos objectivos prioritários, a elevação da capacidade operativa da Polícia para prevenir e combater o crime, melhorar o desempenho na emissão e entrega dos documentos e na prestação de serviços de salvamento aos cidadãos. Em 2006 serão realizadas as seguintes acções:

- Reforçar e garantir a protecção e segurança de pessoas e bens através do melhoramento da operatividade policial em pelo menos 60%;
- Extensão da rede policial através do alargamento da respectiva rede, criando em todo o País um total de 10 novos postos policiais diversos entre mistos e especializados a razão de pelo menos 1 em cada província;
- Criar mais 196 conselhos de policiamento comunitário em pelo menos um mínimo de 2 e um máximo de 56 por província;
- Aumentar as secções de atendimento à violência doméstica, no geral, criando 53 novas unidades em todo o País, pelo menos um mínimo de 4 e um máximo de 29 por província;
- Reformular a Lei de Migração com o propósito de adequá-la à realidade prevalente com vista a refinar os requisitos de elegibilidade que garantam maior segurança na concessão do Passaporte, Dire e outra documentação migratória;
- Emitir 67.278 documentos de migração entre Passaportes, Dires e outros documentos de viagem;
- Modernizar os sistemas de emissão de documentos migratórios com destaque para o Passaporte Biométrico e o Dire;
- Reformular a Lei de Identificação Civil com o propósito de adequar à realidade prevalente e, refinar os requisitos de elegibilidade que garantam maior segurança na concessão do BI;

- Emitir 576.000 Bilhetes de Identidade e melhorar os tempos de entrega aos titulares;
- Construir 6 esquadras, 2 em Nampula, 1 em Maputo província, 2 na Cidade de Maputo e 1 em Matalane junto da Escola Prática da Polícia.
- Realizar 6 cursos de formação na Escola Prática da Polícia de Matalane envolvendo 1.530 instruídos dos quais 1.110 para o curso regular (XXI Curso Básico) e os restantes 420 em cursos especiais.

Comunicação Social

A comunicação social joga um papel de relevo na dinamização do processo de desenvolvimento sócio-económico e cultural, na promoção e consolidação da unidade nacional e no aprofundamento e defesa da democracia e do Estado de direito.

Neste sentido, especial atenção será dada ao reforço da capacidade dos órgãos do sector da imprensa e à regulamentação do sector, através da implementação das seguintes acções:

- Elaborar o Regulamento das rádios comunitárias;
- Proceder a revisão da Lei de imprensa;
- Estabelecer gabinetes de imprensa em todos os Governos provinciais, com vista a melhorar o sistema de comunicação entre estes e os órgãos de informação;
- Reabilitar o edifício principal do Gabinete de informação;
- Iniciar as obras de reabilitação do edifício da Escola do Jornalismo;
- Reabilitar os emissores de Televisão de Moçambique de Inhambane, Nampula, Tete e Quelimane;
- Adquirir equipamentos de produção para os emissores de Televisão de Inhambane, Xai-Xai, Chimoio, Tete e Quelimane;
- Expandir a antena nacional da Rádio Moçambique para os distritos que não recebem o sinal nas províncias de Cabo Delgado, Nampula e Zambézia, através de montagem de emissores locais;
- Substituir o emissor da rádio em Quelimane;
- Substituir os equipamentos nas 4 Rádios e Televisão comunitárias em Vilanculos, Marrupa, Mueda e Moamba;
- Produzir materiais de campanha para os programas educativos e de mobilização social nas zonas rurais.

V.4. Relações externas e defesa

Na área das Relações Exteriores, o Governo prosseguirá e incrementará um relacionamento privilegiado com todos os parceiros de desenvolvimento de Moçambique com vista à operacionalização dos seus planos e programas, divulgando-se as potencialidades do País, mobilizando-se meios e recursos para o cumprimento do Programa Quinquenal do Governo e para a erradicação da pobreza absoluta, reforçando o prestígio e reputação de Moçambique na arena internacional. O Governo irá assegurar uma participação contínua a nível dos fóruns internacionais tais como Organização das Nações Unidas (ONU), África, Caraíbas e Pacífico (ACP), União Africana (UA) Organização Mundial do Comércio (OMC).

Assim, o Governo desenvolverá actividades que visem o reforço das relações de amizade e cooperação existentes e dinamizará as comissões mistas de cooperação e de consultas anuais existentes com outros países. De igual modo, o Governo continuará a alargar o universo de parcerias com outros países e organizações com vista à implementação do Plano Económico e Social para 2006. O Governo irá realizar as seguintes acções:

- Reforçar a cooperação bilateral e multilateral;
- Promover programas e projectos prioritários de desenvolvimento nacional, sub-regional e regional no contexto da NEPAD;
- Dar continuidade às acções de negociação para o perdão total da dívida moçambicana com todos os parceiros no contexto do Clube de Paris e a nível bilateral com outros países não membros deste grupo;
- Prosseguir a actividade diplomática visando a mobilização de recursos para apoiar programas de redução da pobreza e desenvolvimento de Moçambique;
- Continuar a desenvolver actividades nas áreas da negociação, conclusão, ratificação de Convenções e Tratados Internacionais e acordos bilaterais e garantir acções de seguimento;
- Concluir os Acordos de supressão de vistos com os restantes países da região da África Austral por forma a facilitar a movimentação de pessoas e de bens entre a República de Moçambique e aqueles países, como parte dos esforços do Governo com vista à melhoria da vida das populações;
- Promover o ingresso de quadros nacionais nas organizações sub-regionais, regionais e internacionais de que Moçambique faz parte;
- Assegurar a participação do cidadão nas acções de desenvolvimento nacional através do seu envolvimento nos programas e projectos da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), União Africana (UA), Nova Parceria para Desenvolvimento da África (NEPAD), Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e outros organismos dos quais Moçambique é membro;
- Realizar estudos específicos com vista a identificar estratégias específicas de política externa de Moçambique com potenciais parceiros de cooperação e desenvolvimento;

No âmbito do apoio aos refugiados:

- Elaborar o projecto de Política sobre o Refugiado;
- Regulamentar a Lei do Refugiado;
- Proceder à abertura de Representações do Instituto Nacional de Apoio aos Refugiados (INAR) nos pontos propensos a entrada de requerentes de asilo, nomeadamente Tete, Niassa e Cabo Delgado; e
- Continuar a atribuir o documento de identificação a população refugiada no País.

No âmbito das comunidades moçambicanas no exterior continuar-se-á a trabalhar na assistência às comunidades Moçambicanas na diáspora e promover o seu envolvimento na vida política, económica e social do País.

No âmbito do mar e fronteiras prosseguir-se-á com as negociações sobre a delimitação da fronteira marítima e reafirmação das fronteiras continentais com os países vizinhos.

No âmbito da Defesa serão desenvolvidas as seguintes acções em 2006:

- Recenseamento Militar a cerca de 59.000 jovens;
- Realização de provas de classificação e selecção para cerca de 20 mil jovens;
- Realização da reciclagem de 224 militares na Escola Militar de Nampula;
- Conversão do Centro de Boane em Escola de Formação de Sargentos das FADM;
- Conclusão dos Estudos Técnicos para a criação do Centro de Formação Técnico-Profissional em Chingozi, nas instalações da Base Aérea em Tete;
- Criação de uma Companhia de Infantaria e uma Companhia de Desminagem para o preenchimento do Batalhão de manutenção de Paz, bem como assegurar a continuidade de Moçambique ao nível de observadores militares na RDC, Sudão, Burundi e outros Países;
- Prosseguimento da formação dos actuais 62 estudantes na Academia Militar Samora Machel, em Nampula; e admissão de 100 novos cadetes para as especialidades de Infantaria, Fuzileiros e Administração;
- Formação de um batalhão independente de Infantaria e criação de condições para outro Batalhão de Paraquedistas com efectivo global de cerca de 1.000 homens, para além da conclusão do preenchimento orgânico ao nível de coronéis;
- Preparação e formação de 1 Companhia especial para o socorro e assistência às populações, em situações de emergência e de calamidades naturais em coordenação com o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades Naturais;
- Preparação e participação das FADM nas manobras e exercícios militares no âmbito da SADC e da CPLP;
- Abertura de duas Chancelarias Militares, uma na Etiópia - Sede da UA e, outra nos Estados Unidos da América, para assegurar e ampliar as bases da frutífera cooperação militar;
- Incorporação de cerca de 2.000 jovens para as fileiras das FADM, no âmbito da constante renovação dos efectivos militares;
- Implementação de programas de formação e reciclagem do pessoal, em cursos quer no País como no estrangeiro, prevendo-se envolver mais de 1.000 homens;
- Realização da reabilitação e manutenção parcial (faseada, com a conclusão em 2008), de infra-estruturas do sector da defesa, nomeadamente: O Bairro Militar de Albasine, o MDN- sede, o Quartel General das FADM, o Batalhão de Boane, a Brigada de Chókwe, a Brigada de Cuamba, o Batalhão de Fuzileiros Navais em Maputo, o Batalhão de Rádio-Técnica em Maputo, o Paíol de Dondo, o Quartel de Chimoio, o Centro de Instrução de Dondo, o Hospital Militar de Nampula, a Escola Militar de Nampula, e os Centros de Instrução Militar de Montepuez e de Manhica;

- Expansão da rede dos GATV's para Tete, Montepuez e Chimoio e Hospital-Dia em Nampula, para assegurar as condições do testagem e tratamento em TARV aos pacientes, mitigando-se igualmente a progressão e contornos alarmantes do HIV/SIDA no seio da instituição militar e comunidades vizinhas;
- Realização de seguintes actividades, no âmbito da Logística de Produção: a) reabilitação da calera de irrigação em Chókwè; b) realização da produção agro-pecuária em Chókwè, Angónia, Chitima, Montepuez e Nampula.

VI. Política orçamental

A política Orçamental para 2006 continuará a orientar-se para a redução da pobreza absoluta e para a prossecução da sustentabilidade orçamental a médio prazo.

A conjuntura económica mundial impõe uma maior racionalidade orçamental adoptando políticas fiscais e orçamental que promovam o crescimento da economia e contribuam para uma alocação eficiente do rendimento nacional.

Com efeito, a política orçamental para 2006 assenta no pressuposto de crescimento económico de 7,9%, na contenção da inflação a um dígito e na promoção de exportações através da implementação de políticas monetárias e cambiais adequadas.

O desafio de combate à pobreza absoluta prosseguirá através da afectação criteriosa de recursos do Estado priorizando, por um lado, as áreas prioritárias de combate à pobreza, nomeadamente a Educação, Saúde, Agricultura, Infra-estruturas e Governação e, por outro, as regiões com níveis de desenvolvimento relativamente baixos. O combate à corrupção ganhará novo ímpeto através da criação de condições materiais, infra-estruturais, humanas e financeiras para uma unidade específica criada para o efeito.

No âmbito da promoção do crescimento económico sustentável e da sustentabilidade orçamental, o Estado deverá em 2006 escusar-se de recorrer ao crédito bancário interno, dando possibilidades de expansão de crédito ao sector privado.

O quadro abaixo ilustra o mapa de equilíbrio orçamental para 2006:

ORÇAMENTO DO ESTADO - 10 ⁹ MT	2005	2006	% DO PIB	
	LEI	PLANO	2005	2006
	LEI	PLANO	LEI	PLANO
DESPESA	46,783.4	52,529.6	30.6%	29.6%
Despesa Corrente	22,604.5	26,874.2	14.8%	15.2%
Despesa de Investimento	19,001.1	21,648.8	12.4%	12.2%
Empréstimos Líquidos	5,177.8	4,006.6	3.4%	2.3%
FINANCIAMENTO	46,783.4	52,529.6	30.6%	29.6%
Receita	21,705.7	26,503.4	14.2%	15.0%
Donativos	12,202.2	16,756.7	8.0%	9.5%
Privatizações (incl. CVRD)	520.2	513.3	0.3%	0.3%
Crédito Externo Líquido	8,692.0	9,107.2	5.7%	5.1%
Crédito Interno Líquido	3,663.4	-351.0	2.4%	-0.2%

Assim, as despesas totais do Estado deverão atingir a cifra de 52.529,6 mdc, sendo que as despesas correntes estão fixadas em 26.874,2 mdc, as de investimento em 21.648,8 mdc e as operações financeiras em 4.006,6 mdc.

Receitas do Estado

Para 2006, prevê-se que as receitas do Estado atinjam 26.503 mdc, sendo 15 pp. do PIB, o que representa um aumento de 0,8 pp. do PIB face a 2005. Este plano de cobrança assenta no crescimento do PIB esperado, no aumento da eficiência na cobrança de impostos e no alargamento da base tributária.

RECEITAS DO ESTADO - 10 ⁹ MT	2005	2006	% DO PIB	
	LEI	PLANO	2005	2006
	LEI	PLANO	LEI	PLANO
RECEITAS DO ESTADO	21,705.7	26,503.4	14.2%	15.0%
Receitas Fiscais	4,694.3	5,781.5	3.1%	3.3%
Receitas sobre Bens e Serviços	12,284.8	14,520.1	8.0%	8.2%
Outros impostos Fiscais	1,429.9	1,623.1	0.9%	0.9%
Receitas Não Fiscais	1,387.9	2,126.6	0.9%	1.2%
Receitas Consignadas	1,747.3	2,237.1	1.1%	1.3%
Receitas de Capital	161.6	215.1	0.1%	0.1%

Despesas do Estado**Despesas Correntes**

As despesas correntes estão fixadas em 26.735,1 mdc representando 15,2 pp. do PIB, isto é, mais 0,3 pp. do PIB face ao

orçamento para 2005. Este aumento representa uma desaceleração do crescimento das despesas correntes face ao ano anterior em 0,3 pp. do PIB.

DESPESAS CORRENTES - 10 ⁹ MT	2005	2006	% DO PIB	
	LEI	PLANO	2005 LEI	2006 PLANO
Despesa com pessoal	11,044.6	13,332.5	7.2%	7.5%
Bens e Serviços	5,308.3	5,599.8	3.5%	3.2%
Encargos da Dívida	1,283.7	1,567.7	0.8%	0.9%
Transferências correntes	4,003.2	4,726.0	2.6%	2.7%
Subsídio as empresas	221.7	324.9	0.1%	0.2%
Outras Despesas Correntes	603.3	1,061.5	0.4%	0.6%
Distritos	0.0	0.0	0.0%	0.0%
Exercícios Findos	0.0	10.3	0.0%	0.0%
Despesa de Capital	139.6	112.5	0.1%	0.1%
TOTAL	22,604.5	26,735.1	14.8%	15.2%

O incremento das despesas correntes é determinado pela preocupação do Governo de aumentar e melhorar a provisão de serviços públicos, sobretudo nos sectores da educação, saúde, justiça e legalidade, segurança e ordem públicas e da Administração Financeira do Estado.

Estas despesas são predominadas pelas despesas com pessoal que representam 50,9% do total das despesas correntes. As despesas com bens e serviços constituem a segunda categoria de despesas com uma maior expressão na estrutura de despesas correntes, estando fixadas em 5.600 mdc, cerca de 3,2 pp. do PIB, isto é menos 0,3 pp. do PIB face ao orçamento de 2005.

Os encargos da dívida vão se manter nos mesmos níveis que se vão registar em 2005. Em termos nominais estas despesas crescem em 22,1% face a 2005. O Governo prosseguirá com os esforços visando a operacionalização do novo perdão da dívida anunciado recentemente pelas potências económicas mundiais.

As transferências correntes vão conhecer um aumento da sua proporção na estrutura da despesa corrente. Em termos absolutos, as transferências correntes estão programadas em 4.726 mdc para 2006. Destas as transferências às famílias estão fixadas em 3.424 mdc representando a maior absorção de recursos nesta categoria de despesas.

Despesas de Investimento

As despesas de investimento previstas para 2006 totalizam 21.787,8 mdc e estão orientadas para a construção e reabilitação das infra-estruturas vitais ao bem estar das populações e a promoção do crescimento da economia. Deste montante, 30,1% corresponde a fundos geridos directamente pelo Governo e 69,9% são recursos de proveniência externa.

DESPESA DE INVESTIMENTO - 10 ⁹ MT	2005	2006	% DO PIB	
	LEI	PLANO	2005 LEI	2006 PLANO
Financiamento Interno	5,762.5	6,566.5	3.8%	3.6%
Financiamento Externo	13,238.5	15,221.4	8.7%	8.6%
Donativos	7,576.2	10,510.3	5.0%	5.9%
Créditos	5,662.4	4,711.1	3.7%	2.7%
TOTAL	19,001.1	21,787.8	12.4%	12.2%

Uma grande parte da componente interna do investimento é usada para a comparticipação em projectos com financiamento externo, cobrindo as despesas de comparticipação efectiva e as despesas com imposições fiscais. Estimativas apontam que a proporção de comparticipação é de cerca de 30%. Assim, as despesas financiadas por recursos internos exigirão maior rigor na gestão em 2006.

Despesas nos Sectores Prioritários do PARPA

O quadro abaixo ilustra a evolução da absorção total de recursos nos sectores prioritários no âmbito da estratégia de combate à pobreza absoluta em Moçambique no período de 2004 à 2006. Note-se que a evolução da despesa excluindo os juros da dívida nos sectores prioritários passa de 66.9%, em 2005 para 69.5, em 2006. A educação, saúde e infra-estruturas são os que absorvem maior parte dos recursos.

(Em Milhões de Meticals)			
	2004 CGE	2005 Lei	2006 Plano
DESPESA TOTAL	29,503,485	41,605,524	52,529,583
JUROS DA DÍVIDA	1,228,318	1,283,663	1,864,700
OPERAÇÕES FINANCEIRAS			4,008,600
DESPESA TOTAL EXCL. JUROS DA DÍVIDA E OPERAÇÕES FINANCEIRAS	28,275,167	40,321,861	46,655,263
TOTAL DA DESPESA NOS SECTORES PRIORITÁRIOS	17,803,191	27,008,283	32,549,496
(em percentagem da despesa total)	60.34	64.92	62.15
(em percentagem da despesa total excluindo juros da dívida)	62.96	66.98	69.53
EDUCAÇÃO	5,908,969	8,038,631	9,465,535
ENSINO GERAL	4,980,613	6,846,990	7,809,827
ENSINO SUPERIOR	928,376	1,191,641	1,655,709
SAÚDE	2,977,768	5,110,274	6,850,081
HIV/SIDA	115,147	267,582	687,460
INFRASTRUTURAS	3,724,850	7,534,013	7,486,256
ESTRADAS	2,911,151	5,703,267	4,652,434
ÁGUAS E OBRAS PÚBLICAS	813,699	1,830,746	2,833,822
AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	1,236,434	1,585,287	1,473,557
GOVERNAÇÃO, SEGURANÇA E SISTEMA JUDICIAL	2,745,999	3,579,214	5,680,981
SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA	1,639,871	1,785,088	2,008,310
GOVERNAÇÃO	452,021	739,645	2,809,932
SISTEMA JUDICIAL	654,107	1,055,481	1,042,739
OUTROS SECTORES PRIORITÁRIOS	1,084,004	893,282	715,646
AÇÃO SOCIAL	187,703	258,382	399,785
TRABALHO E EMPREGO	114,862	132,916	187,453
RECURSOS MINERAIS E ENERGIA	781,419	501,984	198,408
Como percentagem da despesa total excluindo juros da dívida e operações financeiras			
TOTAL DA DESPESA NOS SECTORES PRIORITÁRIOS	63.0%	67.0%	69.5%
EDUCAÇÃO	20.9%	19.9%	20.2%
ENSINO GERAL	17.6%	17.0%	18.6%
ENSINO SUPERIOR	3.3%	3.0%	3.5%
SAÚDE	10.5%	12.7%	14.6%
HIV/SIDA	0.4%	0.7%	1.5%
INFRASTRUTURAS	13.2%	18.7%	15.9%
ESTRADAS	10.3%	14.1%	9.9%
ÁGUAS E OBRAS PÚBLICAS	2.9%	4.5%	6.0%
AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	4.4%	3.9%	3.4%
GOVERNAÇÃO, SEGURANÇA E SISTEMA JUDICIAL	9.7%	8.9%	12.5%
SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA	5.8%	4.4%	4.3%
GOVERNAÇÃO	1.6%	1.8%	6.0%
SISTEMA JUDICIAL	2.3%	2.6%	2.2%
OUTROS SECTORES PRIORITÁRIOS	3.9%	2.2%	1.5%
AÇÃO SOCIAL	0.7%	0.6%	0.7%
TRABALHO E EMPREGO	0.4%	0.3%	0.4%
RECURSOS MINERAIS E ENERGIA	2.8%	1.2%	0.4%

Com vista ao alcance das metas estabelecidas no orçamento, dentre outras acções serão realizadas as seguintes:

No âmbito da Organização Interna

- Consolidação da modernização do aparelho da Administração Fiscal, através da criação e implementação da ATM e implementação da Direcção Geral dos Impostos (DGI) criada pelo Decreto n.º 5/2004, de 01 de Abril;
- Continuação da atribuição do Número Único de Identificação Tributária (NUIT) visando melhorar o controlo do cumprimento das obrigações dos contribuintes e da fiscalização das diferentes actividades económicas o que permitirá o aumento da receita;
- Melhoria da capacitação dos funcionários da Administração Tributária pela consolidação do funcionamento do Centro de Formação e Aperfeiçoamento Tributário, com vista a um melhor atendimento dos contribuintes;

- Redimensionamento das áreas fiscais e criação de novas áreas fiscais, bem como a extensão do Serviço de Informação ao Contribuinte;
- Consolidação do sistema de informatização dos impostos no âmbito da melhoria da gestão e simplificação de procedimentos na prestação de serviços pela Administração Tributária aos contribuintes;
- Extensão e consolidação da aplicação do sistema de transferências automáticas diárias das receitas cobradas, para o Tesouro;
- Implementação dos Tribunais Fiscais;

No âmbito da Fiscalização

- Consolidação da aplicação do novo Procedimento de Fiscalização Tributária, aprovado pelo Decreto n.º 19/2005, de 22 Junho;
- Fiscalização de contribuintes com créditos sistemáticos;
- Fiscalização dos contribuintes no sentido de revêr o seu enquadramento em IVA, i.e., passar do regime simplificado para o normal e de isenção para o simplificado;

- Continuação da fiscalização à facturação no sentido de reverter a não emissão de facturas;
- Continuação dos trabalhos de fiscalização no sector de prestação de serviços nomeadamente, área do Turismo, Hotelaria, Construção, Informática bem como nos sectores comercial e industrial;
- Intensificação de acções de combate a evasão e fraude fiscais.

No âmbito da fiscalização aduaneira

- Transição para a Autoridade Tributária de Moçambique;
- Intensificação das operações de anti-contrabando em todas as regiões do País;
- Consolidação da Rede Nacional das Alfândegas - RENA - em matéria de informática;
- Início da realização de auditorias pós desembarço, no quadro da implementação do acordo de avaliação de mercadorias da Organização Mundial do Comércio, precedido da formação de equipas especializadas para o efeito;
- Instalação de Scanners nos Portos de Maputo, Beira e Nacala, bem como nas fronteiras de Ressano Garcia e outras;
- Articulação com outras instituições moçambicanas e regionais com vista a salvaguarda da saúde dos funcionários e de suas famílias, como medida prioritária na prevenção e combate ao HIV/SIDA;
- Implementação da segunda fase do Porto Seco em Ressano Garcia.

No âmbito das infra-estruturas

- Conclusão da reabilitação da fronteira de Zobué e construção de um terminal internacional rodoviário em Tete;
- Início da construção da segunda fase do Complexo Residencial de Nacala - Nampula;
- Início das obras de construção da Autoridade Tributária de Moçambique;
- Início da construção do Instituto de Formação Tributária;
- Início da construção do edifício sede da Alfândega da Beira;
- Conclusão do complexo residencial de Machipanda;
- Início da construção do complexo residencial na Beira;
- Construção do Posto fronteiriço da Ponta do Ouro;
- Reabilitação e ampliação do edifício sede da DGA;
- Construção de escritórios modulares na fronteira de Ressano Garcia.

No âmbito da cooperação internacional e facilitação do comércio

- Continuação do processo de alinhamento da legislação nacional às Convenções Internacionais, em particular a Convenção de Kyoto sobre simplificação de procedimentos;

- Facilitação do comércio regional através da assinatura e implementação de mais acordos comerciais regionais;
- Fortalecimento da segurança transfronteiriça através da revisão e implementação de memorandos de entendimento com os países vizinhos;
- Consolidação dos mecanismos de cooperação e consulta com os países da Região na troca de informação susceptível de sustentar a evasão fiscal no comércio inter-regional;
- Implementação do desarmamento pautal de 25 para 20%.

VI. Questões transversais

VII.1. Desminagem

O Programa de Acção sobre Minas em Moçambique tem em vista reduzir o impacto da presença de minas anti-pessoal nas comunidades afectadas que tem vindo a provocar mutilações e perdas de vidas humanas, ao mesmo tempo que obstaculizam o desenvolvimento de actividades sócio-económicas das populações. Neste sentido, em 2006, o Governo irá:

- Prosseguir a meta preconizada na Convenção de Ottawa, no sentido de o País concluir até 2009 a clarificação de todos os locais nacionais de alto e médio impactos, a destruição de todos os engenhos não explodidos, a inspecção e sinalização de áreas de baixo impacto à luz do Plano Quinquenal de Acção sobre Minas que prevê a clarificação de 10 milhões de m² por ano. Em paralelo, no âmbito da implementação de programas de assistência às vítimas de minas e da sua reintegração socio-económica espera-se a assistência de cerca de 250 vítimas de minas.
- Continuar a actividade de desminagem de objectos económicos e sociais onde se mostrar necessário tendo em vista a implementação de programas e projectos de desenvolvimento com especial destaque para as áreas de elevado potencial agro-pecuário, estradas, recursos minerais, linhas férreas, linhas de transmissão de energia, e de infra-estruturas sociais.
- Assegurar a redução do impacto da presença de minas no País, com vista a aumentar a confiança e o ambiente favorável para o desenvolvimento económico e social, através de acções de desminagem e de educação cívica.
- Promover a criação de uma capacidade nacional de desminagem e de coordenação e gestão do programa de acção sobre minas por forma a assegurar uma maior eficácia das várias intervenções, através da indicação e capacitação da entidade sucessora do programa de desminagem em face da retirada anunciada e gradual dos operadores humanitários a partir de 2006 e da condução de actividades de monitoria e controlo de qualidade.
- Cooperar nos esforços internacionais na erradicação de minas anti-pessoal e na universalização da Convenção de Ottawa sobre o banimento de minas anti-pessoal através da participação em eventos internacionais organizados para o efeito.

VII. 2. Redução do impacto das calamidades

A transversalidade das calamidades requer uma abordagem de complementaridade com acções combinadas de medidas de combate ao HIV/SIDA e de garantia de segurança alimentar das populações em situação vulnerável. Por outro lado, o carácter cíclico das calamidades impõe uma tomada de acções preventivas e de educação cívica.

Neste sentido, no âmbito da Gestão das Calamidades, em 2006, serão desenvolvidas as seguintes actividades:

- Reajustar o Plano de Contingência 2006/7, ao nível distrital, provincial e nacional por sectores considerando os prognósticos meteorológicos;
- Mobilizar recursos de prevenção e mitigação das calamidades junto dos parceiros nacionais e internacionais;
- Elaborar um Plano Estratégico de Gestão de Calamidades 2006/2010 com enfoque na prevenção;
- Participar na revisão curricular do Sistema Nacional de Educação por forma a integrar matérias de prevenção e mitigação de calamidades;
- Actualizar o mapeamento das zonas de risco de calamidades por distritos e postos administrativos;
- Editar trimestralmente 2.500 revistas e outro material sobre calamidades;
- Coordenar com as autoridades locais e líderes comunitários para a criação de reservas alimentares locais;
- Promover nas escolas, nos internatos e nas associações comunitárias nos distritos vulneráveis a calamidades, a aprendizagem de aproveitamento de recursos locais e técnicas básicas de produção, nomeadamente, enxertia, produção de hortícolas, sistema de rega, novos hábitos alimentares, técnicas e sistemas de captação e armazenamento de águas fluviais e pluviais e técnicas de construção melhoradas;
- Reforçar os mecanismos de coordenação e resposta às calamidades ao nível dos Países da SADC;
- Celebrar um acordo regional (a nível da SADC) sobre troca de informação e experiência bem como assistência mútua em caso de ocorrência de calamidades;

VII.3. HIV-SIDA

A problemática do HIV/SIDA constitui um dos grandes desafios que o País enfrenta. O combate a esta epidemia é do domínio multisectorial e transversal, havendo responsabilidades do Conselho Nacional de Combate ao HIV/SIDA e seus núcleos provinciais, bem como dos diferentes sectores e entidades existentes no País. O Plano Estratégico Nacional (PEN II) de Combate ao HIV/SIDA para o período 2005-2009, aprovado em Novembro de 2004, pelo Governo, é um instrumento importante de orientação na implementação de acções de combate contra a pandemia e preconiza sete áreas de intervenção nomeadamente:

1. Área de prevenção
2. Área de Advocacia
3. Área de Estigma e Discriminação

4. Área de Tratamento
5. Área da Mitigação das Consequências
6. Área de Investigação
7. Área de Coordenação da Resposta Nacional

Para cada área estão previstos o objectivo geral e vários específicos. Em 2006 serão realizadas as seguintes actividades:

Área de Prevenção

A prevenção continuará a constituir a actividade mãe da Estratégia, centrando-se nas seguintes acções:

- Acelerar a expansão de programas multisectoriais sobre saúde sexual reprodutiva para jovens (dentro e fora da escola) e adolescentes cobrindo a totalidade das províncias, com enfoque nos 80 distritos prioritários;
- Incentivar a implementação, em cada sector e aos diferentes níveis, de acções de Informação, Educação e Comunicação (IEC) que versem sobre os perigos da multiplicidade de parceiros sexuais e que estejam adequadas aos diferentes grupos populacionais e com preferência a produção de material no mínimo em 4 línguas nacionais;
- Incentivar o incremento de possibilidades de acesso às linhas telefónicas de aconselhamento personalizado em pelo menos duas províncias do Centro do país e uma da Região Norte;
- Disponibilizar e facilitar o acesso de 30 milhões de preservativos masculinos e 800 mil femininos e divulgar a utilização do preservativo feminino;
- Maior divulgação da informação sobre a vulnerabilidade da mulher a infecções de modo a reduzir a vulnerabilidade das mulheres à infecção por razões sócio-culturais e económicas;
- Acompanhamento do movimento global, criando uma nova abordagem para o País, que deve pautar por um maior respeito e interacção com a realidade sócio-cultural e práticas sexuais locais;
- Promover a criação de novos tipos de serviços de aconselhamento fora das unidades sanitárias, com envolvimento de todos os sectores, assegurando o aconselhamento a 210.000 jovens e adolescentes no país;
- Incentivar a produção de programas radiofónicos e televisivos em línguas nacionais sobre a prevenção do HIV/SIDA em todo o país;
- Assegurar a implementação de programas com vista a prevenção da transmissão vertical a 16.000 mulheres em todo o país.

Área de Advocacia

Nesta área prevê-se:

- Mobilizar as lideranças de todos os sectores em todo o País (Público, Privado e Sociedade Civil) para uma participação activa no combate ao HIV/SIDA, com especial destaque para o combate ao fenómeno de feminização do SIDA através do reforço da capacidade de negociação da Mulher/Rapariga;

- Mobilizar as personalidades influentes locais para a sensibilização das famílias e comunidades para uma participação activa no combate ao HIV/SIDA, em conformidade com a realidade sócio-cultural da zona de intervenção;
- Assegurar que todos os sectores incluem a componente HIV/SIDA em todos os programas de desenvolvimento económico e social;

Área de Estigma e Discriminação

- Garantir através dos GATV's que o processo da revelação pública de pessoas vivendo com o HIV/SIDA (PVHS) seja antecedido por aconselhamento adequado e, seguido de um apoio psicológico e moral, tratamento e suplemento alimentar;
- Rever a Lei 5/2002 - HIV/SIDA/Trabalhador, em conjunto com os diferentes parceiros.

Área de Tratamento

- Divulgar a informação sobre a importância do tratamento de infecções oportunistas nas comunidades e agentes económicos, contribuindo assim para o cumprimento da meta de 958,410 pessoas em diagnóstico e tratamento de infecções de transmissão sexual;
- Contribuir para a eficiência dos efeitos do tratamento através da inclusão dos cuidados ao domicílio para 67,371 pessoas,
- Apoiar em actividades sustentáveis de apoio nutricional para as 40,000 pessoas em tratamento ant-retroviral;

Área de Mitigação das Consequências

- Encorajar a difusão de técnicas de conservação de produtos agrícolas no período pós-colheita e divulgação de tecnologias apropriadas para a elevação dos índices de produção agrícola junto das comunidades (zonas rurais e peri-urbanas) nos 80 distritos prioritários;

- Apoiar as organizações femininas, associações comunitárias e de pessoas vivendo com HIV/SIDA, na elaboração de projectos de geração de rendimentos encorajando a participação activa das mulheres e outros grupos mais vulneráveis;
- Promover campanhas de informação junto das comunidades religiosas, associações e organizações de beneficência para acções de solidariedade e de acolhimento de crianças e órfãos vulneráveis, com especial destaque na zona centro do país;
- Promover a formação de jovens e adolescentes em parcerias com o MINAG e MMAS, em matéria de nutrição e habilidades no ramo agrícola para actividades de geração de rendimento, assegurando a transferência de conhecimento através de participação activa de jovens e adolescentes em pelo menos 40 distritos no país.

Área da Investigação

- Apoiar a realização do estudo de "Prevalência, Riscos Comportamentais em relação ao HIV/SIDA";
- Apoiar a realização de estudos sobre a relação entre a prevalência e as características demográficas, culturais e sócio-económicas;
- Apoiar a realização da pesquisa de aderência a anti-retrovirais em parceria com a Faculdade de Medicina da Universidade Eduardo Mondlane;
- Apoiar a realização de outras pesquisas, propostas pelos diferentes parceiros da Resposta Nacional.

Área de Coordenação e Gestão da Resposta Nacional

O Governo facilitará a implementação de 1022 subprojectos através dos seus Núcleos Provinciais, conforme consta na tabela abaixo:

Núcleo Provincial (órgão multisectorial)	Nº de subprojectos por província
Niassa	41
Cabo Delgado	51
Nampula	112
Zambézia	184
Tete	82
Manica	92
Sofala	174
Inhambane	51
Gaza	82
Maputo Província	72
Maputo Cidade	82
Total	1022

A atenção especial também será dada no sentido de:

- Reforçar o papel do Conselho Nacional de Combate ao HIV/SIDA (CNCS) através do reforço da capacidade de Planificação e Coordenação da resposta nacional e descentralização dos mecanismos de tomada de decisão;
- Garantir a integração dos programas de HIV/SIDA no ciclo de planificação distrital e gestão dos programas de desenvolvimento a nível distrital (gestão de calamidades, segurança alimentar, gestão dos recursos naturais e HIV/SIDA);
- Consolidar e iniciar a implementação de um único sistema de Monitorização e Avaliação, garantindo a integração de todos os indicadores sectoriais;
- Operacionalizar a Estratégia de Comunicação, privilegiando acções de prevenção inspiradas na realidade sócio-cultural do País,
- Flexibilizar e harmonizar os procedimentos programático-financeiro, através da implementação do novo Manual de Operações.

VII.4. Meio ambiente

Neste âmbito, em 2006, prevê-se proceder:

- Fortalecimento da coordenação ambiental através da criação de unidades ambientais nos sectores e reforço das unidades ambientais já estabelecidas nos sectores, melhorando a sua coordenação com o Ministério, por forma a assegurar a implementação do PARPA II;
- Ao estabelecimento de fóruns de consulta com a sociedade civil e o sector privado conducentes ao melhoramento da gestão ambiental;
- Ao estabelecimento da estatística ambiental e o lançamento do 1.º Compendio sobre Estatísticas do Ambiente em Mocimboa;
- À implementação de actividades de ligação entre ambiente e pobreza;
- A realização de acções inspectivas nos empreendimentos económicos por forma a assegurar a observância dos planos de gestão ambiental e outras disposições pertinentes ao ambiente

VII.5. Género

Em relação ao género, vão ser desenvolvidas as seguintes actividades:

- Aumento do número de centros e de inscritos na alfabetização e educação de adultos e educação não formal, com enfoque para a mulher e rapariga, em cerca de 60%, visando o equilíbrio de género;
- Redução da entrada tardia na 1ª classe, tendo em vista o aumento do número de raparigas que entram no EPI com a idade certa (6 anos);
- Adopção de medidas que permitam elevar a percentagem da presença da rapariga na escola, prestando especial atenção aos distritos do país em que a mesma se situa abaixo dos 40%;
- Identificação e implementação de estratégias para aumentar a percentagem de mulheres como professoras;

- Submeter à aprovação, regulamentar e divulgar a Política de Género e estratégia de implementação.
- Implantar os Conselhos Provinciais para o Avanço da Mulher assim como as unidades de género nas diferentes instituições governamentais;
- Prosseguir com acções de consciencialização e a reinserção social dos idosos, mulheres e crianças órfãs e vulneráveis vítimas de violência e vivendo com HIV/SIDA ;
- Integrar as mulheres mais carenciadas tais como chefes de agregados familiares, mães solteiras e viúvas nos programas de geração de rendimentos, de micro-finanças, de alfabetização e formação profissionalizante;
- Monitorar a implementação da integração das questões de género nas políticas, programas e estratégias dos sectores,
- Fazer o levantamento e identificar potenciais candidatas aos cargos de liderança e tomada de decisão aos diferentes níveis;
- Fazer o levantamento dos dispositivos legais discriminatórios contra a mulher e propor a sua revisão e adopção de novas leis;
- Assegurar a criação da Rede de Mulheres Ministras e Parlamentares ;
- Reforçar a participação das mulheres nos órgãos de tomada de decisão, a todos os níveis em particular nos domínios da vida política, económica, social e cultural, garantindo-lhes a igualdade de oportunidades e recorrer à discriminação positiva sempre que se afigure necessária;
- Organizar programas de informação e formação sobre as liderança, participação política e tomada de decisão;
- Incentivar e apoiar a criação de organizações e associações de mulheres ou que trabalhem em pro da mulher;
- Criar mecanismos de apoio da participação das mulheres na Alfabetização e Educação de Adultos;
- Criar mecanismos de apoio ao empoderamento das mulheres em todas as áreas de actividades em especial às mulheres rurais e as do sector informal;
- Realizar campanhas de educação cívica a vários níveis sobre direitos humanos da mulher (nas escolas, comunidades e confissões religiosas);
- Produzir e distribuir materiais informativos tais como cartazes, brochuras, artigos etc. sobre os direitos humanos que assistem a mulher;
- Realizar programas informativos e educativos nos Órgãos de Comunicação Social para sensibilizar a sociedade sobre os direitos humanos da mulher e sobre as causas, manifestações e consequências da violência.

Divulgar os instrumentos internacionais de defesa dos direitos humanos da mulher tais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a convenção para a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (CEDAW) lei da família e outros.

ANEXO 1 – MATRIZ REDUZIDA DE INDICADORES PRINCIPAIS

Programa Governo – PARPA			Prioridades		Indicadores	No.	Metas
Objectivos Estratégicos	Áreas	Sub-áreas	Objectivos	Ações			2006
Redução da pobreza através da orientação privilegiada dos serviços públicos para as populações mais carentes	Educação	Ensino Primário	Escolarização universal - Aumento do acesso e redução das desistências - Melhoria da qualidade - Redução das disparidades de género	Aprovar, implementar e avaliar o Plano Estratégico 2005-2009 - Implementar o programa de construção de escolas a baixo custo - Implementar a estratégia de formação de professores considerando o novo currículo - Aprovar e implementar a estratégia a género	Taxa líquida de escolarização EP (1+2) - Total	1a	85%
					Taxa líquida de escolarização EP (1+2) - Meninas	1b	82%
					Taxa de conclusão EP2 - Total	2a	34% (2005)
					Taxa de conclusão EP2 - Meninas	2b	28% (2005)
	Saúde	Materno-Infantil	Redução mortalidade materna	Aumentar a oferta de cuidados obstétricos	Taxa de cobertura de partos institucionais	3	51%
			Redução mortalidade Infantil	Aumentar a cobertura do Programa Alargado de Vacinações	Taxa de cobertura <1 ano DPT3 e HB	4	95%
			Aumentar o acesso aos serviços básicos de saúde	Expandir o acesso ao tratamento de qualidade para as doenças transmissíveis e não transmissíveis	Índice de utilização consultas profissionais externas/habitante	5	0 94
	HIV-SIDA	Prevenção	Reduzir o número de novas infecções de HIV	Expandir o acesso à prevenção da transmissão vertical	Percentagem (e número) de mulheres grávidas HIV+ que recebem tratamento de profilaxia completa nos últimos 12 meses para reduzir o risco de transmissão vertical de mãe para a criança	6	10% (16,000)
		Cuidados clínicos	Melhorar os cuidados clínicos para as pessoas vivendo com HIV	Expandir o acesso à terapia anti-retroviral	Percentagem (e número) de pessoas com infecção HIV avançada que recebem o TARV (terapia anti-retroviral) combinado segundo os protocolos nacionais (desagregados por sexo e por grupos etários (0-14, 15-24, 25 e + anos))	7	15% (40,000)
		Mitigação do impacto	Melhorar a qualidade de vida das pessoas afectadas pelo HIV/SIDA	Reforçar os cuidados e apoios comunitários e domiciliários a crianças órfãs e vulneráveis	Percentagem de COV's abrangidos pelo Plano Nacional de Acção para as COVs, sem acesso a serviços básicos em 2005, com acesso a pelo menos três serviços básicos nos 12 meses anteriores (desagregados por sexo e por distrito)	8	5%
Redução da pobreza através	Infra-estruturas	Estradas	Melhorar a transitabilidade das estradas	Reabilitar e manter a rede de estradas	% da rede de estradas em boas e razoáveis condições	9	75%

Programa Governo – PARPA			Prioridades		Indicadores	No.	Metas 2006
Objectivos Estratégicos	Áreas	Sub-áreas	Objectivos	Ações			
da orientação privilegiada dos serviços públicos para as populações mais carentes		Água	Aumento do acesso	Abrir poços, estabelecer novas ligações	% População com acesso à água potável	10	42%
		Saneamento	Aumento do acesso	Latrinas melhoradas, fossas sépticas	% População com acesso a serviço de saneamento	11	37%
		Energia	Aumento do acesso à electricidade (todas as fontes de energia)	Novas ligações	Número de novas ligações	12	30,000
	Género		Igualdade de Género	Promoção de direitos e oportunidades entre homens e mulheres e integração das questões de género nas políticas, planos e intervenções de combate a pobreza	Aprovação e implementação da política do Género e a Estratégia de Implementação	13	Aprovação e iniciação de implementação
Promoção do desenvolvimento económico, com prioridade para as zonas rurais e a redução dos desequilíbrios regionais	Agricultura e desenvolvimento rural	Serviços Agrários	Promoção da produção agrícola	Aumentar a abrangência dos serviços de Extensão Agrária	% explorações agrícolas assistidas que adoptaram pelo menos uma nova tecnologia durante os 12 meses anteriores	14	30%
				Melhorar a cobertura dos serviços de sanidade animal	% de explorações Agro-pecuárias que vacinaram gado	15	72%
				Promover o uso de técnicas de rega	Área (Ha) de esquemas de rega construídos e/ou reabilitados com recursos públicos	16	3,200
		Gestão dos Recursos Naturais	Acesso a terra	Simplificar mecanismos de tramitação do direito de uso e aproveitamento da terra	% de processos recebidos e tramitados no prazo de 90 dias	17	95%
Criação de um ambiente favorável à acção do sector privado	Desenvolver o sector privado		Estimular a criação de emprego no sector formal, modernizar a prática de comércio para melhorar as actividades económicas, simplificar o processo de registo de negócio e reduzir a corrupção.	Nova Lei de Trabalho e Regulamentos aprovados de acordo com a melhoria do ambiente de negócios para todos	Redução do custo de despedimento (a de base 2005)	18	A ser confirmado (no fim do 2005)
			Melhoria no sistema do registo e licenciamento de negócios	Número de dias para se começar um negócio (registo e licenciamento). A ser medida através o relatório do Banco Mundial "Doing Business Annual report" (linha de base do 2005: 153 dias)		19	90 dias

Programa Governo – PARPA			Prioridades		Indicadores	No.	Metas
Objectivos Estratégicos	Áreas	Sub-áreas	Objectivos	Ações			2006
	Políticas macro-económicas e financeiras	Sistema Financeiro	Melhorar a intermediação financeira incluindo aquela dirigida às micro, pequenas e médias empresas e agregados familiares sem acesso à banca comercial	Fortalecer a capacidade de supervisão do BdM		20	Submissão da Legislação LFL à AR e promulgação de regulamentos
				Implementar IFRS no sector financeiro		21	Novo quadro de Contas e regulamento tributário aprovados
				Fortalecer a capacidade das instituições micro-finanças		22	Regulamentos prudências aprovados
			Melhorar o sector seguros e protecção social	Reforma do sector de seguros		23	Conclusão do estudo 'actuarial' sobre sistema de segurança social
			Fortalecer responsabilidade no sector bancario	Efectuar uma auditoria forense ao BAu através da PGR		24	Foram tomadas acções de seguimento
Criação de um ambiente favorável à acção do sector privado	Políticas macro-económicas e financeiras	Reforma do Sistema de Administração financeira do Estado	Elevação da eficiência e eficácia da gestão das disponibilidades financeiras do Estado	Alocação e execução do orçamento	Allocação orçamental (no orçamento aprovado pela AR) e execução orçamental (como apresentado no REO) do PARPA II Áreas Prioritarias de acordo com as metas estabelecidas em PARPA II	25	65% para as áreas prioritárias (de acordo com PARPA I)
					Taxas de execução orçamental para despesas correntes de bens e serviços nas áreas prioritárias, como apresentado no REO	26	Taxas de execução orçamental para despesas correntes de bens e serviços nas áreas prioritárias ≥ taxas nas áreas não-prioritárias
					Taxas de execução orçamental para despesas correntes no nível provincial, como apresentado no REO (todas despesas correntes)	27	Taxas de execução orçamental para despesas correntes no nível provincial no ano n > Taxas no ano n-1

Programa Governo – PARPA			Prioridades		Indicadores	No.	Metas
Objectivos Estratégicos	Áreas	Sub-áreas	Objectivos	Ações			2006
				Aumentar a abrangência do Orçamento do Estado	Aumentar receitas próprias incluídas no OE	28	Receitas próprias para os Ministérios de Educação e Cultura, Saúde, Agricultura, Obras Públicas e Habitação, Turismo, Recursos Minerais, Juventude e Desportos incluídas no OE 2007
					Aumentar o numero de fundos externos na Conta Único do Tesouro (CUT)	29	Pelo menos um fundo comum maior no CUT
				e-SISTAFE	Expansão das funções básicas do e-SISTAFE (tesouro, execução Orçamental, Contabilidade)	30	Alcançar a meta para "roll-out" estabelecida no Plano de Acção 2006-08 (a ser aprovado por Nov 2005 e como anexo ao MdE assinado com os doadores)
		Reforma Tributária	Tributação mais simples e abrangente, justa e equilibrada	Fortalecimento de administração tributária	A ser decidido antes da Revisão Conjunta 2006	31	
				Aumento de receitas totais cobradas	Receita total em percentagem de PIB	32	14.60%
		Procurement	Adopção de um sistema transparente e eficiente	Implementar um sistema moderno do procurement de acordo com as melhores práticas internacionais baseado no novo regulamento do procurement e em ligação com o e-SISTAFE		33	Unidade de Supervisão de Aquisições Públicas (USAP) criado, orçamentado e em funcionamento
		Auditoria	Melhorar cobertura e função das auditorias internas e externas	% dos distritos e autarquias auditadas pelo IGF		34	20%
				Número de relatórios de auditoria financeira realizados pelo Tribunal Administrativo		35	70
		Planeamento e Monitoria	Harmonização dos instrumentos de médio e curto prazo	Assegurar a consistência do PARPA, MTEF, PES e do orçamento		36	Estrutura e qualidade melhorados do PES e do Balanço do PES

Programa Governo – PARPA			Prioridades		Indicadores	No.	Metas
Objectivos Estratégicos	Áreas	Sub-áreas	Objectivos	Ações			2006
Criação de um ambiente favorável à acção do sector privado	Boa Governança, Legalidade e Justiça (Combate à corrupção)	Reforma Sector Público	Desconcentração e Descentralização	Mecanismos de transferências fiscais intergovernamentais definidos para os OLE e Municípios		37	Definido o critério de afectação do orçamento de investimento para os distritos a partir de 2007 bem como a proporção do orçamento executado pelos Governos distritais
				Política de descentralização adoptada		38	Estratégia do PPFD aprovada e em implementação (incluindo sistema comum de Monitoria e Avaliação) Esboço da Estratégia de Descentralização concluída
			Racionalização de estruturas e processos	Aprovação pelo governação da política salarial de médio prazo (reforma salarial) e a implementação começou a harmonização das três bases de dados (SIP, TA e payroll)		39	Aprovação e implementação em curso
				Planos de reestruturação acordados dentro do CFMP e o início da implementação nas áreas da Saúde, Educação, Agricultura, MAE, MIC, MF e MPD		40	Implementação em curso
				Aumento da proporção de novos funcionarios no sector publico recrutado na base de concursos publicos transparentes		41	Melhorias realizadas
			Combate à corrupção	Aumento de proporção dos casos de denuncia de corrupção ao Gabinete Central de Anti-Corrupção que são concluídos		42	Melhorias realizadas
				Levantamento sobre a corrupção no sistema de justiça (propondo soluções para a simplificação processual e de outras causas da corrupção) e recomendações implementadas		43	Publicação do 2.º estudo sobre o perfil dos Magistrados do Ministério Público e oficiais de justiça e recomendações definidas
			Sistema melhorado de inspecção e multas	Abolição da partilha de multas através da eliminação de todos os decretos especiais para uso directo de multas pelos recipientes (ministérios e inspectores)		44	Definir medidas para abolir a comparticipação nas multas e iniciar as suas implementação
Consolidação da Paz, e Unidade Nacionais, da justiça e da democracia	Boa Governança, Legalidade e Justiça	Reforma da Justiça	Elevar a eficiência na provisão de serviços pelo sistema judicial	Aumentar o número de sentenças judiciais		45	50% (Ano base é 2002)
				Redução do número de prisioneiros que aguardam acusação e julgamento	% total de presos à espera de julgamento (MINJ e MINT)	46	50%

Programa Governo – PARPA			Prioridades		Indicadores	No.	Metas
Objectivos Estratégicos	Áreas	Sub-áreas	Objectivos	Acções			2006
	(Combate à corrupção)		Simplificação e maior celeridade no processamento	Apresentação dum programa de reforma a longo prazo incluindo um sistema de planificação, orçamentação e monitoria que dê prioridade à prestação de serviços do sector	Aprovação do documento da visão pelo CM e actualização do PEI e POPEI	47	Implementação
				Reformas de leis	Consolidar a partir do POPEI um sistema harmonizado de M&E	48	Implementação do sistema harmonizado de M&E iniciada
					Reforma do Código de Processo Civil, do Código do Processo Penal, do código Penal	49 a)	Caso aprovada, iniciada a sua implementação
					Reforma da Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais incluindo secções comerciais, lei orgânica dos Tribunais Communicatios lei do IPAJ	49 b)	Caso aprovada, iniciada a sua implementação
					Reforma do Código de Notariado	49 c)	Caso aprovada iniciada a sua implementação
					Reforma da Legislação Prisional	49 d)	Caso aprovada, iniciada a sua implementação